



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

EDUARDO ANGELI

**ENSAIOS SOBRE A MAINLINE ECONOMICS E A HISTÓRIA
DO PENSAMENTO ECONÔMICO LIBERAL**

**TESE DE DOUTORADO APRESENTADA AO
INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP PARA
OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM
CIÊNCIAS ECONÔMICAS - ÁREA DE
CONCENTRAÇÃO TEORIA ECONÔMICA.**

PROF. DR. DAVID DEQUECH FILHO – ORIENTADOR

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA
TESE DEFENDIDA POR EDUARDO ANGELI E
ORIENTADA PELO PROF. DR. DAVID DEQUECH FILHO.**

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Dequech", written over a horizontal line.

CAMPINAS, 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
Maria Teodora Buoro Albertini – CRB8/2142 –
CEDOC/INSTITUTO DE ECONOMIA DA UNICAMP

An43e Angeli, Eduardo, 1981-
Ensaio sobre a mainline economics e a história do pensamento econômico liberal / Eduardo Angeli. – Campinas, SP: [s.n.], 2012.

Orientador: David Dequech Filho.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Economia.

1. Hayek, Friedrich A. Von (Friedrich August), 1989-1992. 2.
Buchanan, James M., 1919-. 3. Liberalismo. I. Dequech Filho, David,
1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.
III. Título.

12-040-BIE

Informações para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Essays on the mainline economics and the history of liberal economic thought

Palavras-chave em inglês:

Hayek, Friedrich A. Von (Friedrich August), 1989-1992

Buchanan, James M., 1919-

Liberalismo

Área de Concentração: Teoria econômica

Titulação: Doutor em Ciências Econômicas

Banca examinadora:

David Dequech Filho

Mauricio Chalfin Coutinho

Rogério Pereira de Andrade

Fabio Barbieri

Ricardo Luis Chaves Feijó

Data da defesa: 30-07-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciências Econômicas

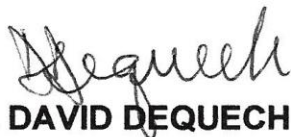
Tese de Doutorado

Aluno: EDUARDO ANGELI

**“Ensaio sobre a mainline economics e a história
do pensamento econômico liberal”**

Defendida em 30 / 07 / 2012

COMISSÃO JULGADORA



Prof. Dr. DAVID DEQUECH FILHO
Orientador – IE / UNICAMP



Prof. Dr. MAURICIO CHALFIN COUTINHO
IE / UNICAMP

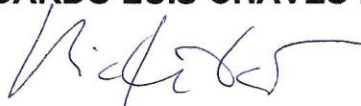


Prof. Dr. ROGERIO PEREIRA DE ANDRADE
IE / UNICAMP



Prof. Dr. FABIO BARBIERI
USP/RP

Prof. Dr. RICARDO LUIS CHAVES FEIJÓ
USP/RP



Para Fabi.

Agradecimentos

A confecção da tese só foi possível pela ajuda de diversas pessoas e instituições, a quem agradeço profundamente.

Ao professor David Dequech, meu orientador desde o mestrado, por ter confiado em meu trabalho por diversas vezes, inclusive quando não havia elementos suficientes para isso. Também por ler, comentar e me ajudar a melhorar a tese, esclarecendo diversos pontos obscuros, incompletos e imprecisos do texto. Agradeço por aceitar que minha pesquisa mudasse de rumo em relação ao combinado quando entrei no doutorado. Sua importância em minha formação como economista, como acadêmico e como servidor público não pode ser medida.

Ao professor Peter Boettke, por ter me recebido tão gentilmente durante o período sanduíche, e ter me dado a oportunidade de assistir a suas aulas, participar dos seminários de seu grupo e dos de pesquisa dos doutorandos, e discutir inúmeras vezes sobre minhas próprias inquietações em economia. O ano de convivência foi decisivo para mim, e isso extrapola a tese e a pesquisa em economia.

Aos professores Fábio Barbieri, Mauricio Coutinho, Ricardo Feijó e Rogério Pereira de Andrade pelas importantes e oportunas sugestões e críticas por ocasião da defesa da tese. Também aos professores Adriana Nunes Ferreira, Marco Cavalieri e Pedro Chadarevian pela disposição em colaborar nesta etapa importante de minha pesquisa.

Aos meus professores da pós-graduação, em especial Rodolfo Hoffmann, José Carlos Braga, José Maria da Silveira Jardim e Ricardo Abramovay, pelo conhecimento e pelo exemplo. Aos professores Maryse Farhi, Francisco Lopreato e novamente Rogério, que, ao lado do professor David, deram-me a chance de experimentar um pouco mais como é a vida acadêmica enquanto participei do programa de estágio docente na Unicamp.

Aos funcionários do Instituto de Economia, especialmente o Ademir, Alberto, Cida, Marinete, Alex e Fátima. Agradeço ao IE e à Unicamp de forma geral, por terem me proporcionado condições ideais de formação tanto no mestrado quanto no doutorado, e ao povo paulista, que sustenta esta estrutura maravilhosa e este ambiente intelectualmente tão enriquecedor.

À George Mason University e seu departamento de economia, que me acolheram durante o ano em que estive lá. Aos participantes dos seminários em Philosophy, Politics and Economics, coordenados pelo professor Boettke, especialmente os professores Lawrence White e Steve Horwitz, e os alunos Will Luther, Nick Snow, Simon Bilo, Harry David, Shruti Rajagopalan e Olga Niocara, pelos ensinamentos e pela experiência magnífica que foi o doutorado sanduíche. Ao Peter Lipsey, por ter ajudado muito com a documentação e os trâmites que me permitiram ir à George Mason.

À Universidade Federal do Pampa e à direção e coordenação acadêmica do campus Santana do Livramento, por me liberarem da coordenação do curso de ciências econômicas quando eu precisei aumentar a dedicação à tese.

À Capes e ao CNPq pelo apoio financeiro.

À Fabi, a quem a tese é dedicada, por ter sido compreensiva e paciente com um namorado, depois noivo e hoje marido muito mais ausente do que o ideal ao longo dos últimos anos. Por ter me dado suporte nas horas boas e nas ruins. Por me apoiar e fazer companhia, muitas vezes a centenas ou milhares de quilômetros, quando eu estava em Campinas, em Fairfax ou em Santana do Livramento. Por me fazer acreditar que tudo daria certo.

Aos meus pais, Mauro e Salete, pelo incentivo aos estudos e pela dedicação e sacrifício que fizeram para que eu, desde pequeno, pudesse ter uma educação de qualidade. Aos meus avós, Aparecida e Oscar (*in memoriam*), Adalmiro e Iolanda, às minhas irmãs e cunhados, Michelle, Altamir, Andréa e Rogerio, e aos meus sobrinhos, Gabriel, Davi e Lorena, por se fazerem presentes em todos os momentos, pelo incentivo, pelo apoio e por serem exemplos e inspiração. Pelo amor e pela alegria que me trazem.

Aos meus amigos da pós-graduação, especialmente Fabricio Pitombo Leite, Gustavo Aggio, Antonio Carlos Diegues Jr., Bruno de Conti, Juan Ernesto Sepulveda, Rodrigo Orair, Luciano Mattos, Fernando Henrique Lemos Rodrigues, Manuel Ramon Luz e Lucas Teixeira, e aos da graduação da Unicamp, principalmente Mariana Shitara, Lara Caldas, Manuela Carmona, Marcelo Cabral, Vinicius Manoel, Sarah Nogueira e Rebeca Bertoni. Ao Marcelo Osanai e de novo ao Diegues, pelo tempo em que dividimos a casa e íamos ao Brinco de Ouro e ao Majestoso para pelepas memoráveis. Os anos em Campinas

foram fantásticos em diversos aspectos, e muito disso se deve à convivência com pessoas tão especiais. A saudade é grande.

Ao Fabio Massao Inocima e ao João Paulo Faleiros, grandes amigos de uma década ou mais. Parceiros desde a época da graduação e que até hoje são presentes em minha vida, sempre prontos a um bom papo.

Aos companheiros da Unipampa, em particular a Ana Monteiro, Felipe Almeida, João Garibaldi, Carolina Fleck, Mauro Sopena, Nícia Araujo, Felipe Garcia, Kamilla Rizzi e novamente Gustavo Aggio, por proporcionarem um ambiente intelectualmente estimulante. Especialmente ao Gustavo, à Ana e ao Felipe Almeida, que fizeram leituras atentas e comentários valiosos para a melhoria da tese.

Aos amigos que fiz nos EUA e que foram fundamentais para que eu mantivesse a sanidade no exterior. A Caroline Pelaccia, Sandra Oliveira, Juliana Cerqueira e Rafaela André, pela amizade, companheirismo, lealdade, bom humor e paciência. Ao David Case e sua amável família, que me receberam em sua casa durante aquele ano. Ao Adrián Fernández Torello e sua família querida, que me fizeram sentir acolhido no melhor estilo uruguaio em plena Washington por diversas vezes, inclusive para celebrarmos o Natal.

Aos meus queridos irmãos da Comunidade Cristã das Boas Novas.

Por fim, e principalmente, “àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós, a ele seja a glória, na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém!” (Efésios 3:20-21).

A formação analítica de um economista, sobretudo a de um professor e pesquisador, deve passar por todas as tradições e guardar delas a distância necessária, para não ser aprisionada pelo seu método. Cada um deve refazer por si mesmo, com paciência e audácia, o estilo de análise que lhe pareça mais conveniente na luta pelo conhecimento, na luta por “conhecer o mundo” e “tentar mudá-lo”, na medida em que lhe permitirem as suas próprias forças e as forças sociais ante as quais atua.

Maria da Conceição Tavares

Existe um Smith, um Marx, um Walras, um Marshall e um Keynes para cada um de nós. Seus pensamentos são tão vigorosos e originais que depois de nos atingirem nunca mais nos livramos completamente deles. Felizmente não são claros. É essa ambiguidade que permite que cada um deles possa ser o “nosso” sem que isso impeça que seja também dos “outros”, cada um à sua maneira. Nenhum deles produziu uma “explicação” definitiva do “universo econômico”. Todos, entretanto, viram alguns aspectos fundamentais da vida econômica (e da sua influência sobre a condição humana) que um dia, talvez, integrarão uma compreensão da contínua e crescente complexidade que a domina. É por isso que hoje todos podemos ser um pouco smithianos, marxistas, walrasianos, marshallianos e keynesianos, sem arrependimento, sem vexame e sem contradição.

Antonio Delfim Netto

Resumo

O objetivo da tese, constituída de quatro ensaios, é, por um lado, aprofundar o conhecimento acerca da *mainline economics*, e, por outro, aproximá-la de alguns debates contemporâneos da ciência econômica. Para isso, apresenta e qualifica como heterodoxa e robusta a *mainline economics*, uma linha de pesquisa existente ao longo da evolução do pensamento econômico que abre mão de um conceito central à ortodoxia, o de equilíbrio, substituindo-o pela análise institucional sob uma perspectiva liberal. Procura argumentar também que a crítica heterodoxa da teoria econômica convencional não deve ser confundida com a crítica do próprio sistema capitalista. Uma vez que os autores associados à *mainline economics*, em geral, encontram-se no passado da disciplina e à margem de sua corrente ortodoxa, a tese busca, a seguir, justificar a importância do estudo da história do pensamento econômico e da existência do pluralismo de metodologias em economia. Para isso, levanta dois argumentos associados à escola austríaca, um grupo particular dentro da *mainline economics*: a abordagem de Israel Kirzner para a descoberta de oportunidades no processo de mercado como analogia ao que acontece na relação entre teoria econômica e história do pensamento econômico, e a defesa da liberdade por F. A. Hayek como incentivo à chance de variação e fuga do modo convencional de se fazer ciência econômica. Tendo argumentado a favor da valorização de autores progressos em economia e pela liberdade de se adotar metodologias distintas da convencional para se avançar em teoria econômica, a tese busca envolver o pensamento de dois autores associados à *mainline economics* com debates contemporâneos em economia. Assim, procura apreender o papel do individualismo no pensamento econômico e apresentar ao menos uma interpretação distinta da *mainstream economics*, mas que busca resgatar o pensamento de alguns dos clássicos da disciplina, qual seja, a de James Buchanan. Por fim, propõe-se avaliar o pensamento institucional de Hayek e sua compreensão de conceitos como instituições, regras, cultura e outros correlatos, bem como as relações entre eles, o comportamento humano e o desempenho do grupo social. Avalia também de que maneira se pode entender o liberalismo de Hayek como resultado de suas posições em economia institucional.

Palavras-chave: *Mainline economics*, economia liberal, F. A. Hayek, James Buchanan, Israel Kirzner.

Abstract

This dissertation is composed by four essays. Its purpose is to improve the comprehension about the mainline economics and to make it closer to some current discussions in economics. In order to achieve such goals, this dissertation presents the mainline economics, an intellectual project that can be found through the history of economic thought. Usually, the mainline economics does not use the conceptualization of equilibrium, at least not in the same sense of conventional economic theory. In this dissertation, there is an explanation of the reason for mainline economics can be heterodox and robust. It is also argued that a critique of orthodox economics should not be taken as a necessary critique of capitalism nor liberalism. Since economists who can be associated to the mainline economics are usually in the history of economics and they are not associated with economic orthodoxy, it is argued that both the history of economic thought and methodological pluralism in economics can be useful for the economic scientific community. In this context, two arguments related to the Austrian School of Economics are here developed: the place of entrepreneur in Kirzner's approach to the market process as an analogy to what is seen in the history of economic thought, and Hayek's arguments for liberty as a defense of freedom of research and the existence of methodological pluralism. It is argued that, under the Austrian point of view, history of economic thought and methodological pluralism might be more appreciated by economists. Afterwards, two connections between mainline economics and current discussions in Economics are proposed. Firstly, the role played by individualism in the economic thought is introduced and an interpretation that is different from the one held by orthodox economics. This reading is introduced by J. M. Buchanan's perspective. He is a mainline economist who has interesting explanations for the role of individualism in Economics. Secondly, Hayek's institutional thought is presented, in order to be compared to some institutional approaches that have been spreading through the social sciences in the last decades. The relation between Hayek's institutionalism, his liberalism and his interpretation of the role played by institutions over individual behavior and social performance is discussed as well.

Keywords: Mainline economics, liberal economics, F. A. Hayek, James Buchanan, Israel Kirzner.

Lista de tabelas

Tabela 1: Exemplo de classificação de autores.....	p. 12
Tabela 2: Características de instintos e de regras em Hayek.....	p. 148

Lista de figuras

Figura 1: Microeconomía reduccionista.....p. 97

Sumário

SUMÁRIO	XXI
INTRODUÇÃO	1
1. O PROJETO DE PESQUISA HETERODOXO DA <i>MAINLINE ECONOMICS</i>.....	9
1.1. Introdução	9
1.2. Tempo e equilíbrio no pensamento econômico convencional	15
1.3. A abordagem da <i>mainline economics</i>.....	26
1.3.1. A <i>mainline economics</i> como tradição econômica e como uma economia política robusta	27
1.3.2. Economia, instituições e trocas: a <i>mainline economics</i> de Buchanan	35
1.3.3. Ignorância, instituições e competição: a <i>mainline economics</i> de Hayek	42
1.4. Considerações finais	50
2. A ESCOLA AUSTRIACA E A IMPORTÂNCIA DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DO PLURALISMO METODOLÓGICO	53
2.1. Introdução	53
2.2. Os clássicos do pensamento e a postura do economista diante da teoria convencional: uma perspectiva kirzneriana	55
2.3. Uma defesa hayekiana da pluralidade de métodos e abordagens em economia ...	64
2.3.1. Uma breve introdução ao projeto pluralista em economia	67
2.3.2. Uma aproximação da abordagem hayekiana ao pluralismo em Economia	70
2.4. Considerações finais	79

3. O INDIVIDUALISMO EM ECONOMIA E A CONTRIBUIÇÃO DE JAMES BUCHANAN	81
3.1. Introdução	81
3.2. A entrada do individualismo no pensamento econômico.....	85
3.3. Individualismo e homem econômico.....	91
3.4. Individualismo metodológico e ontológico.....	98
3.5. Buchanan, a justificativa individualista e o uso do homem econômico	105
3.6. Considerações finais	114
4. DESEMPENHO SOCIAL, INFLUÊNCIA INSTITUCIONAL E ENRAIZAMENTO: OBSERVAÇÕES SOBRE A ABORDAGEM INSTITUCIONAL DE HAYEK E SUA RELAÇÃO COM O LIBERALISMO	117
4.1. Introdução	117
4.2. A economia institucional e a virada cognitiva.....	118
4.3. Algumas observações sobre o institucionalismo de Hayek	124
4.4. Breve sumário de alguns conceitos institucionais hayekianos	139
4.4.1. Regras e cultura.....	140
4.4.1.1. Regras de conhecimento tácito.....	143
4.4.1.2. Regras de conduta.....	144
4.4.1.3. Regras mentais.....	146
4.4.2. Ordem	148
4.4.3. Lei e legislação.....	151
4.6. Considerações Finais.....	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157

Introdução

A presente tese, constituída de quatro ensaios, tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre o que, à frente, será chamado de *mainline economics*, através especialmente do estudo do pensamento de alguns autores de destaque na história do pensamento econômico (HPE) recente, ao olhar, a partir desta perspectiva, como se pode avaliar e participar de alguns debates contemporâneos em economia. Ela é resultado de reflexões que venho realizando ao longo dos últimos anos, tanto durante a pós-graduação no Instituto de Economia da Unicamp, quanto no período de estágio doutoral no departamento de Economia da Universidade George Mason.

A decisão de estudar o pensamento de autores como Hayek, Kirzner e Buchanan está intimamente ligada aos centros em que estive durante a pós-graduação. Neles, aprendi a adotar uma postura crítica diante da teoria convencional e do discurso usual que atribui valor teórico apenas àquelas contribuições que se encontram na fina camada que caracteriza a fronteira do conhecimento. Como transparece na tese, creio que o pensamento econômico progresso pode sim contribuir para o entendimento da economia contemporânea e para a construção de uma teoria econômica possivelmente mais rica, no sentido de aparelhar melhor o economista com a intuição e a capacidade de interpretação dos fenômenos econômicos, do que a teoria convencional que está na suposta fronteira do conhecimento.

De fato, ao chegar à Unicamp para o curso de mestrado, em 2005, deparei-me com um programa de pós-graduação em que a maior parte dos alunos e professores se dizia associado à economia heterodoxa, identificando-a, quase sempre, com a visão de que o sistema econômico capitalista não é auto-regulado, mas, ao contrário, é estruturalmente instável, e que políticas econômicas intervencionistas são bem vindas. Esta visão é fruto do eixo pelo qual a própria área de economia da Unicamp foi constituída ao longo do tempo, fundamentada sobre as leituras de autores como Marx, Keynes e Kalecki. Nesse sentido, minha percepção era de que, para muitos de meus colegas e mestres, a crítica à teoria econômica neoclássica confundia-se com a crítica ao sistema econômico capitalista. Por outro lado, eu havia acabado de ler “Capitalismo e Liberdade”, de Milton Friedman, e essa

leitura deixara forte em mim a impressão de que o capitalismo possui algumas virtudes que não poderiam ser negligenciadas. Assim, achava pertinentes as críticas à teoria econômica dominante, mas tinha problemas em aceitar como necessária a posição bastante intervencionista a que tais críticas pareciam levar.

Diante desse incômodo, meu professor de microeconomia, Paulo Sérgio Fracalanza, e o professor David Dequech, recomendaram-me a leitura de Hayek, um autor, segundo eles, mais rico que a maior parte dos neoclássicos, que levanta questões interessantes e muitas vezes comuns aos economistas que estudávamos nas disciplinas do mestrado, mas que tinha um posicionamento político bastante distinto. Desde minha primeira leitura sobre Hayek, seu livro mais popular, “O Caminho da Servidão”, seguida pelos seus artigos seminais, “The Use of Knowledge in Society” e “Economics and Knowledge”, percebi que havia ali um rico caminho a ser explorado.

Ao mesmo tempo, eu era aluno do professor David na disciplina de Comportamento Econômico e Instituições, composta por um rico leque de leituras passando por diferentes tradições econômicas, de Keynes a North, que acabaram por me despertar o interesse para as questões abordadas pela economia institucional, assim como para as discussões envolvendo os diferentes tipos de incerteza e racionalidade limitada, e o impacto disso na teorização econômica. Após conversa com o professor David, ele aceitou ser meu orientador. O objetivo da dissertação, defendida em 2007, foi contribuir ao estudo do pensamento econômico e social de F. A. Hayek, focalizando em aspectos institucionais. Com isso, procurei aliar o interesse no estudo de um expoente do pensamento econômico liberal, Hayek, com as questões levantadas nas aulas do professor David.

Esse interesse pelas ideias vinculadas ao liberalismo econômico de um lado, e à economia institucional (em sentido amplo) de outro, permanecem centrais em minhas preocupações e pesquisas, como pode se perceber ao longo de toda a tese que ora apresento. Isso foi reforçado pela experiência de cursar uma segunda disciplina sobre temas institucionais com o professor David, já no doutorado, que procurava alargar e aprofundar os temas e abordagens tratadas na primeira, e pela disciplina de Sociologia Econômica que cursei na FEA-USP, também durante o doutorado, com o professor Ricardo Abramovay.

Já durante o período sanduíche na Universidade George Mason, no ano acadêmico de 2009-2010, participei, como aluno ouvinte, de duas disciplinas oferecidas pelo professor Peter Boettke aos alunos de pós-graduação: Teoria Austríaca do Processo de Mercado e Economia Constitucional. Na primeira delas realizamos a leitura paralela de quatro clássicos da Escola Austríaca: *Human Action*, de Ludwig von Mises, *Individualism and Economic Order*, de F. A. Hayek, *Man, Economy and State*, de Murray Rothbard, e *Competition and Entrepreneurship*, de Israel Kirzner.

Tais leituras tiveram profundo impacto sobre mim: Mises e Rothbard com a abordagem praxeológica e a defesa da economia como a ciência da ação humana, fundamentando, a meu juízo, admiravelmente bem o lugar da economia entre as ciências e seu método; Hayek, com sua perspectiva do problema econômico como fundamentalmente a questão da divisão do conhecimento, bem como de sua utilização numa sociedade complexa e não-coordenada centralmente, além de sua teoria da emergência, seleção e propagação de instituições como resultado de um processo evolucionário e sua reformulação do conceito de equilíbrio econômico; e Kirzner com o papel central dado ao empresário no processo dinâmico de descoberta de oportunidades de lucro e ajustamento, num sistema de mercado rumo ao equilíbrio jamais alcançado, e a capacidade de vislumbrar de maneira brilhante o modo de funcionamento e ajustamento microeconômico do sistema capitalista. A exposição séria a estes autores alterou bastante o meu modo de enxergar não só o funcionamento do sistema capitalista, mas também a nossa própria ciência.

A segunda disciplina cursada na Universidade George Mason foi “Economia Constitucional”, que buscou apresentar a economia política liberal através de uma pesada carga de leituras centrada em Adam Smith, Milton Friedman, F. A. Hayek, James Buchanan e Vincent e Elinor Ostrom. Este curso foi uma oportunidade excelente que tive de aprofundar o conhecimento de uma faceta da economia política que não me parecia coerente, no sentido de que, antes, eu não conseguia enxergar nela um projeto científico e uma maneira de se interpretar o universo econômico e propor respostas a uma questão central: como é possível a existência de uma ordem social que está longe de ser construída e comandada diretamente por uma mente humana, por mais brilhante que seja?

Por esses caminhos, então, acabei por chegar à tese no formato final. Meu esforço, com ela, vai no sentido de aprofundar o conhecimento acerca do pensamento dos autores associados à economia política do liberalismo, ou mais, especificamente, do que o professor Boettke chama de *mainline economics* (explicada no capítulo 1). Todos os ensaios são resultado, em última instância, da busca por um maior entendimento acerca das raízes do pensamento econômico liberal associado à *mainline economics*, especialmente em seus aspectos teóricos. Mais do que isso, com eles procuro entender como, a partir da ótica oferecida por autores como Kirzner, Buchanan e Hayek, é possível ao economista tomar posição em alguns dos debates contemporâneos em teoria econômica.

Antes de procurar introduzir, de fato, o que cada ensaio trata, acredito serem convenientes observações sobre alguns dos limites da tese. Em primeiro lugar, ela não é exaustiva, no sentido de não ser um estudo sistemático e completo de um ou mais autores, ou mesmo de alguma escola ou corrente de pensamento – o que seria difícil tanto pela vasta gama de temas tratados pelos autores selecionados, quanto pelos limites naturais que um trabalho como este tem em termos de tamanho, tempo disponível, etc. Assim, não ofereço uma reconstrução completa e sistemática do pensamento de Hayek, Kirzner ou Buchanan, tampouco proponho capítulos de algo como um “manual de HPE”, e menos ainda uma substituição da leitura dos originais. Antes, os ensaios ora apresentados são meramente exposições de algumas reflexões sobre problemas atuais da profissão que faço a partir da leitura que realizei de alguns autores relevantes na HPE recente. Apesar disso, procuro tratar, de maneira mais ou menos sucinta, dos projetos de pesquisa e os problemas e debates originais que motivaram os autores ora tratados em cada um dos ensaios.

Em segundo lugar, reconheço que a escolha por escrever a tese em formato de ensaios “cobra seu preço” através da redução da coerência possivelmente percebida pelo leitor, em comparação com o formato tradicional de teses, lidando com um tema específico. De fato, os capítulos podem ser lidos de forma independente uns dos outros, sem que, com isso, se perca parte sensível de seus conteúdos – a exceção talvez fique por conta do capítulo 1, que apresenta de modo mais cuidadoso que os demais o que é a *mainline economics*, sua distinção em relação à economia ortodoxa, e como ela é um projeto

abrangente de pesquisa (mais ampla, portanto, do que uma escola de pensamento) que permeia a evolução da ciência econômica desde sua fundação.

No entanto, a opção por construir a tese em forma de ensaios traz alguns benefícios. O principal deles é o de proporcionar a possibilidade de aprofundamento do estudo de determinado autor, e a maior liberdade conseguida de avaliar certas questões presentes atualmente nos debates dos economistas a partir da ótica de autores associados à *mainline economics*, em relação ao que conseguiria se a tese tivesse o formato convencional das teses de HPE. Assim, pude ter contato com uma gama maior de autores, lidar com mais temas e tentar contribuir de forma melhor com alguns pontos de discussão específicos em economia atualmente. Por isso, em todos os ensaios apresento ao menos um debate contemporâneo em teoria econômica ao mesmo tempo em que discuto os autores associados à *mainline economics* e que dificilmente seriam classificados como pertencentes à pretensa fronteira do conhecimento.

Feitos estes esclarecimentos, passo a descrever brevemente os propósitos de cada um dos ensaios.

Uma vez que, como indica o próprio título da tese, seu objetivo envolve o estudo da *mainline economics*, o propósito do capítulo 1 é apresentar e qualificar como heterodoxa a *mainline economics*, um recorte na história do pensamento econômico e, mais do que isso, um projeto intelectual existente ao longo da evolução do pensamento econômico que, em geral, abre mão de um conceito central à *mainstream economics*, o de equilíbrio, substituindo-o pela análise institucional sob uma perspectiva liberal. Procura argumentar também que essa crítica heterodoxa da teoria econômica convencional não deve ser confundida com a crítica do próprio sistema capitalista. Para isso, são discutidas rapidamente maneiras atuais de se classificar escolas e autores em economia e é apresentado criticamente o conceito de equilíbrio, para, em seguida, mostrar-se que a *mainline economics*, em geral, adota a abordagem de processo de mercado e de emergência de coordenação sem comando central.

Dado que a *mainline economics* pode ser mais claramente associada a autores do passado da disciplina e fora da economia ortodoxa, a apreciação de sua força teórica requer a aceitação do valor de pensadores pregressos e de escolas de pensamento

alternativas à principal dentro da profissão. Por isso, o objetivo do capítulo 2 é entender a importância do estudo da HPE e da existência do pluralismo de metodologias em economia. Ou seja, procura avaliar em que medida vale a pena a profissão valorizar o estudo da HPE e se ela deve adotar uma postura pluralista no que tange às metodologias de pesquisa. Para isso, levanta dois argumentos associados à escola austríaca, um grupo particular dentro da *mainline economics*: a abordagem de Kirzner para a descoberta de oportunidades no processo de mercado como analogia ao que acontece na relação entre teoria econômica e história do pensamento econômico, e a defesa da liberdade por Hayek como incentivo à chance de variação e fuga do modo convencional de se fazer ciência econômica. Os argumentos vão no sentido de mostrar que, sob uma perspectiva austríaca, tanto a HPE quanto o pluralismo metodológico podem ser mais apreciados pela profissão.

Argumentado que autores do passado da profissão podem ser importantes fontes de *insights* para o economista contemporâneo e de enriquecimento da teorização atual, os dois ensaios seguintes procuram dar exemplos de como o pensamento de dois autores ligados à *mainline economics* podem ser utilizados para o esclarecimento de questões atualmente debatidas pelos economistas.

O capítulo 3 procura entender o papel do individualismo no pensamento econômico e apresentar ao menos uma interpretação distinta da *mainstream economics*, mas que busca resgatar o pensamento de alguns dos clássicos da disciplina. Mais especificamente, a proposta é avaliar de que maneira o individualismo participa da teoria econômica contemporânea, e buscar em Hayek e principalmente em Buchanan modos de lidar de maneira criativa com o individualismo na teorização econômica, dando a este princípio sentidos diversos do usual aos economistas. Para isso, estuda brevemente a origem do individualismo no pensamento ocidental e sua entrada na Economia, bem como a construção teórica chamada de homem econômico. Procura também esclarecer a distinção entre individualismo metodológico e individualismo ontológico, explicitando que a aceitação de um não implica necessariamente a aceitação do outro. Por fim, busca compreender como um dos principais pensadores liberais do século XX, o prêmio Nobel J. M. Buchanan, entende por individualismo, em especial no que se refere a seu papel na economia.

Por fim, o capítulo 4 se propõe a estudar o pensamento institucional de Hayek e avaliar de que maneira se pode, a partir da perspectiva liberal do austríaco, contribuir com alguns debates contemporâneos em economia institucional, especialmente aqueles que envolvem a influência que as instituições exercem sobre o desempenho de longo prazo do grupo social, em particular através da atuação das instituições sobre a mente e a forma de os indivíduos interpretarem o ambiente em que estão inseridos. Além disso, busca compreender o que Hayek entendia por conceitos como instituições, regras, cultura e outros correlatos, recorrentes em suas obras após 1937, bem como as relações entre eles e com o comportamento humano.¹

¹ Apenas a título de esclarecimento, em particular ao Instituto de Economia da Unicamp e à sua Comissão de Pós-Graduação, informo os usos que os capítulos da tese tiveram até o momento da defesa. Uma versão anterior do capítulo 1 foi apresentada no XIV Encontro de Economia da Região Sul (Anpec-Sul) em Florianópolis em maio de 2011. Uma versão modificada do capítulo 2 foi aceita, recentemente, para publicação na revista *Nova Economia*, da UFMG. Por fim, uma versão anterior do capítulo 3 foi apresentada no IX Congresso Brasileiro de História Econômica em Curitiba em setembro de 2011, e outra foi apresentada no XXXIX Encontro Nacional de Economia da Anpec em Foz do Iguaçu em dezembro de 2011.

1. O projeto de pesquisa heterodoxo da *mainline economics*

1.1. Introdução

O objetivo do presente texto é apresentar e qualificar como heterodoxa uma linha de pesquisa encontrada em certo recorte da história do pensamento econômico, e que ainda é relativamente pouco conhecida pelos economistas heterodoxos nas universidades brasileiras: a *mainline economics*, uma tradição intelectual existente ao longo da história do pensamento econômico que, ao menos na vertente estudada aqui, abre mão de um conceito central à economia ortodoxa, o de equilíbrio, ao colocar o foco de sua análise sobre os aspectos institucionais relacionados à convivência e cooperação em sociedade sob um ponto de vista liberal. Segundo Boettke, o ponto central da *mainline economics* se relaciona com o entendimento de “how competing interests are reconciled through the market system to produce social cooperation and harmony” (Boettke, 2007, p. 9). Creio que esta abordagem possa contribuir com importantes *insights* para a tradição da teorização econômica sob a perspectiva da economia política, especialmente no que se refere ao entendimento da dinâmica econômica e da emergência de ordem e de coordenação numa sociedade de decisões descentralizadas.

Para os propósitos deste ensaio, economia heterodoxa é definida negativamente, em oposição a ortodoxia. Seguindo Dequech (2007-08), ortodoxia é uma categoria que, atualmente, corresponde à economia neoclássica, a escola dominante na ciência econômica, e que se assenta no tripé (i) racionalidade como maximização de utilidade, (ii) ênfase sobre estados de equilíbrio e (iii) negligência de tipos fortes de incerteza (Dequech, 2007-08), que fazem lembrar, ao menos parcialmente, a “santíssima trindade” ortodoxa de que falam Colander *et. al.* (2004), a saber, racionalidade, egoísmo e equilíbrio.²

² Ainda que, para Colander (2000), com a “morte da economia neoclássica” trabalhos que abram mão das características da economia neoclássica (que, em sua interpretação, começou a morrer lentamente, no sentido de se transformar, especialmente a partir da década de 1930) não necessariamente tenham qualquer dificuldade de conseguir sucesso e serem divulgados. A economia moderna, diz Colander (2000), ao invés de ser identificada pelos postulados da escola neoclássica (que, em sua visão, quase nunca são encontrados atualmente) é marcada pelo seu método – a modelagem, e mais do que isso, pela modelagem aplicada a questões de política econômica e empiricamente testável e por certo pragmatismo dos economistas, de modo que “[m]odern economics is economics of the model” (Colander, 2000, p. 138) e “modern applied economics is essentially data mining with some semblance of “scientific empirical testing” added to make it seem less ad hoc” (Colander, 2000, p. 140). De qualquer maneira, ainda que se aceite que essa economia moderna seja pragmática ela

Adotar um conceito negativo de heterodoxia, tal qual feito aqui, significa aceitar, como observa Dequech (2007-08), que não é necessário haver um programa coerente dentro da heterodoxia, na medida em que escolas de pensamento e autores que não sejam neoclássicos, ainda que largamente distintos entre si, podem ser colocados sob a mesma classificação, desde que não utilizem ao menos um dos três pilares ortodoxos.

Chamo o oposto de ortodoxia de heterodoxia, e o oposto de *mainline* como não-*mainline*. Um autor ou corrente pode ser ortodoxo, dependendo de suas opções metodológicas, e, ao mesmo tempo, *mainline*, se enfatizar a capacidade de reconciliação de interesses e de geração de cooperação anônima do sistema institucional típico do mercado livre, ou não-*mainline*, se destacar as falhas de coordenação via mercado e a necessidade de intervenção estatal. Mas, claro, um mesmo autor não pode ser *mainline* e não-*mainline*.

Além disso, como também coloca Dequech (2007-08), ao se definir heterodoxia como oposição à ortodoxia, que atualmente pode ser entendida como a escola neoclássica, é possível se admitir que parte da heterodoxia seja também pertencente à *mainstream economics*, na medida em que esta seja entendida num sentido sociológico. É *mainstream* aquilo que desfruta de prestígio acadêmico, que ocupa posições nas instituições mais respeitadas, que publica artigos nos meios de maior relevância entre a profissão, que é ensinado nas escolas de graduação e pós-graduação.

Nisso a presente classificação difere sutilmente daquela adotada por Boettke (2007). Neste texto, em que ele apresenta a *mainline economics*, o autor a considera o oposto de *mainstream economics*. Isso porque ele tende a associar o termo *mainstream economics* àquele tipo de teoria que procura entender a razão e como a atividade estatal deve interferir no sistema econômico, o que, no fundo, reflete a postura que em outro artigo

é, em boa medida, carente de um fundamento teórico, como, por exemplo, o que marcou o auge dos desenvolvimentos da teoria do equilíbrio geral com Arrow e Debreu, na década de 1950. Por isso, em minha opinião, ainda que no dia a dia a maior parte dos economistas seja pragmática, a teoria econômica neoclássica é a dominante na mente dos economistas e nos livros didáticos da profissão. Até porque, como destaca Possas (1997), o *mainstream*, que está assentado sobre “o apego à racionalidade maximizadora (substantiva) dos agentes e o pressuposto de que só situações de equilíbrio são teoricamente relevantes” (Possas, 1997, p. 26), tem tido a capacidade de trazer para dentro de seu paradigma temas recorrentemente tratados através de outros métodos por escolas heterodoxas, de forma a lidar com eles a partir daqueles seus dois pilares (racionalidade como maximização e equilíbrio) através de cada vez mais elaboradas técnicas matemáticas e econométricas, conferindo-lhe um suposto caráter rigoroso e científico, e marginalizando progressivamente correntes alternativas dentro da profissão. Fernandez (2011) nota que para além do que ele chama de “revolução empírica” na economia, um problema é o caráter ainda mais restritivo ao se delimitar, como é feito usualmente, o que é empírico exclusivamente aos estudos econométricos.

(Coyne e Boettke, 2007) ele chamou de *economist as a savior*,³ o comportamento do economista adequado à visão do Estado como um *player* do sistema econômico. Em oposição, na visão de Boettke, a *mainline economics* se associa à visão do economista como um *student*, percepção esta ligada à interpretação do Estado como um *referee* do processo econômico (promovendo o *enforcement* de regras e instituições emergentes, ao invés de construí-las).

De qualquer modo, definir ortodoxia, heterodoxia e *mainstream* da maneira feita aqui permite que autores de prestígio e claramente pertencentes à *mainline economics*, como Hayek e Buchanan, que são tratados de forma mais cuidadosa neste ensaio, ou Vernon Smith e Elinor Ostrom, possam ser qualificados como heterodoxos mesmo tendo alcançado talvez o maior prêmio pelo reconhecimento do trabalho de um economista, o prêmio Nobel, e sendo largamente citados e respeitados por economistas de diversas matizes teóricas, características que fazem deles economistas *mainstream*.

A *mainline economics* pode ser heterodoxa precisamente por, ao menos na maior parte dela, rejeitar um dos pilares da ortodoxia – neste ensaio o foco está no descarte da ênfase em estados de equilíbrio, como será discutido adiante. A meu juízo, a *mainline economics*, pelo menos na parcela representada pelos autores tratados aqui, trabalha também sem recorrer aos outros dois traços distintivos ortodoxos, até porque ela pode ser entendida como parte do que Koppl (2006) chama de nova ortodoxia emergente (ou *mainstream* heterodoxo) marcada pela aceitação de cinco características no estudo da economia: racionalidade limitada, seguimento de regras, instituições, cognição e evolução.⁴

A posição ora adotada implica a rejeição da definição de *mainstream*, ortodoxia e heterodoxia conforme as recomendações de política econômica ou, mais ainda, com a postura política ou posição ideológica de certo autor ou corrente de pensamento, caso faça a apologia da economia de mercado ou sua crítica. Muitas vezes, no Brasil, fazer ciência econômica heterodoxa ainda passa pela identificação desta com a visão de que o sistema econômico capitalista é estruturalmente instável e que, por isso, políticas econômicas

³ Possivelmente em referência ao título do livro que Robert Skidelsky publicou sobre a biografia de Keynes.

⁴ O que, em inglês, forma o acrônimo BRICE (bounded rationality, rule following, institutions, cognition, evolution).

intervencionistas são bem vindas. Nesse sentido, para boa parte da comunidade heterodoxa em economia, a crítica da teoria econômica neoclássica acaba por se confundir com a crítica do sistema econômico de livre mercado.

Mas, se fosse assim, como se poderia explicar o debate sobre a possibilidade do cálculo econômico socialista? Como se sabe, o argumento socialista, associado principalmente a autores como Oskar Lange, estava construído sobre uma plataforma marginalista com ênfase especial sobre as condições para o alcance do equilíbrio típico neoclássico.⁵ Para isso, a proposta era se valer do conhecimento das curvas de custos marginal e/ou médio das firmas e da substituição da “anarquia de mercado” pelo controle de um comitê planejador (Barbieri, 2005, cap. 2 e 4). Aliás, foi precisamente a percepção de que a crítica à proposta socialista neste debate deveria passar pela crítica do programa neoclássico que, de acordo com Kirzner (cf. Barbieri, 2005, cap. 5), levou o austrianismo, especialmente com Hayek, a se identificar como um projeto de pesquisa próprio, distinto daquela ortodoxia.

A tabela 1 abaixo procura mostrar as diferentes combinações entre as categorias aqui tratadas e alguns exemplos do pensamento econômico a partir da segunda metade do século XX.

Tabela 1: Exemplo de classificação de autores.

	Mainline	Não-mainline
Ortodoxo	Friedman	Stiglitz, Krugman
Heterodoxo	Hayek, Buchanan, Kirzner	Foley, Minsky, Davidson

Fonte: elaboração própria

Adentremos rapidamente em cada célula da matriz acima. Milton Friedman, é claro, pode ter suas contribuições à teoria econômica *stricto sensu* colocadas como dentro da ortodoxia neoclássica, mas em seus livros mais ligados à teoria política e filosofia do

⁵ Nas palavras de Carneiro, com Bergson e Samuelson, “o sistema walrasiano foi definitivamente incorporado como instrumento analítico das formas e bases racionais da intervenção do Estado na vida econômica” (Carneiro, 1996, p. 18). A herança walrasiana também pode ser encontrada no trabalho de Leontief e seus seguidores a partir da matriz insumo-produto, “instrumentos de larga aplicação em estudos de planejamento global e setorial, de extrema relevância para o estudo das tensões setoriais associadas a metas de expansão definidas a nível agregado” (Carneiro, 1996, p. 18). Aliás, Ebner (2005) identifica na aproximação com o sistema walrasiano a razão de Schumpeter ter aceitado a possibilidade de existência e funcionamento do socialismo, ao contrário de Mises, apesar de ambos serem herdeiros de Wieser, especialmente no que diz respeito ao papel central dado ao empresário inovador.

liberalismo, e especialmente em Friedman e Friedman (1990), o norte-americano se aproximou de uma análise institucional comparativa em que procura explicar como através do processo de mercado pode acontecer uma sociabilidade benéfica e a harmonia social.⁶ De qualquer modo, daqui em diante o caso especial de Friedman, que ora está qualificado como ortodoxo e *mainline*, será deixado de lado. A atenção do ensaio (e, de resto, da tese como um todo) estará sobre a *mainline* que é heterodoxa. Até porque discutir a existência de diferentes fases ao longo da trajetória intelectual de Friedman, e em que medida elas são compatíveis ou representam rompimentos, está além dos propósitos deste trabalho.

Já autores como Stiglitz e Krugman, por um lado, são associados às características distintivas da escola neoclássica e, ao mesmo tempo, destacam, ao longo de suas obras, problemas relativos à capacidade do processo de mercado gerar resultados benéficos e desejados, vendo a necessidade da intervenção estatal para a correção de tais problemas. Daí serem, de acordo com a classificação proposta, ortodoxos e não-*mainline*. Nessa perspectiva, é como se os economistas detivessem um modelo ideal em suas mentes para o funcionamento benéfico da economia de mercado, modelo este atrelado às condições para o alcance do equilíbrio geral competitivo. Contudo, ao se constatar o fato óbvio de que tais condições são demasiadamente restritivas e dificilmente podem ser encontradas na realidade, o sistema de livre mercado não é capaz de produzir resultados desejados. E, de forma geral, para a correção de tais supostas distorções, é necessária a intervenção estatal no sentido de atenuar tais problemas da realidade. Assim, essas linhas de pesquisa, associadas usualmente aos problemas de “falhas de mercado”, mantêm o modelo de equilíbrio geral como o modelo ideal, e vão buscando exceções a ele. Ou seja, nessa perspectiva os mercados maximizam o bem-estar desde que algumas condições sejam atendidas, mas em certo mercado pelo menos uma delas não o é, e o resultado, portanto, é que o mercado não consegue maximizar o bem-estar (Boettke *et. al.*, 2012). Dessa forma,

⁶ Friedman teve diferentes fases ao longo de sua trajetória intelectual, e mesmo dentro da etapa de sua obra mais interessada em uma análise semelhante à institucional comparativa, há distintas partes, possivelmente no final da vida mais próximo à *mainline* que no início. Basta vermos, por exemplo, que seu livro publicado em 1980 (Friedman e Friedman, 1990) mostra, em certo sentido, um caráter muito mais hayekiano e buchiano que seu clássico anterior sobre liberalismo, publicado em 1962 (Friedman, 1984). Isso porque, nota Boettke (2003), há ao menos três elementos que o livro mais recente ressalta em sua argumentação e que aproximam Friedman daqueles dois expoentes da *mainline*: o destaque dado ao papel informacional dos preços, a ordem espontânea de mercado e a existência de grupos de interesse que capturam parte do setor público na formulação de políticas econômicas.

tal linha de pensamento não representa propriamente um rompimento com a economia ortodoxa.⁷

Foley, Minsky e Davidson, por sua vez, claramente fazem escolhas teóricas e metodológicas distintas da ortodoxia, enfatizando questões como incerteza forte e análise de processo, ao mesmo tempo em que enxergam no capitalismo uma instabilidade que parece minar a capacidade de auto-regulação, a que eles procuram responder com a conveniência da ação estatal e da regulação do mecanismo de mercado para que sejam mitigados os problemas oriundos da dinâmica econômica baseada na ação individual.

Por fim, a célula que inclui Kirzner, Hayek e Buchanan é marcada pela rejeição da ênfase e do instrumental usuais da teoria neoclássica ao mesmo tempo em que adota uma postura liberal, enfatizando a existência de uma capacidade de harmonização de interesses opostos, de cooperação anônima e de comportamento simbiótico através da emergência de uma ordem espontânea associada a uma plataforma institucional capaz de converter interesses privados em benefícios sociais.

É sobre esse grupo que o presente ensaio procura lançar alguma luz, ao qualificá-lo como heterodoxo. Não se trata propriamente de uma escola de pensamento, mas muito mais de uma determinada forma de se pensar soluções para problemas envolvendo a cooperação e convivência harmoniosa em sociedade, de um projeto intelectual que tem perpassado o trabalho de alguns autores seminais e algumas escolas através da história do pensamento econômico.

Na seção seguinte a esta introdução, será feita a crítica da ortodoxia a partir do estudo de alguns de seus conceitos e ferramentas fundamentais, quais sejam: o tempo newtoniano, substrato de sua pseudo-dinâmica, e seu correlato, o equilíbrio. Será mostrado, após isso, que há um projeto intelectual em economia que, em sua teorização, abre mão de conceitos como equilíbrio e da utilização do instrumental matemático e econométrico como fins em si, como acontece com boa parte da pesquisa econômica nas últimas décadas, num

⁷ Em particular, Boettke *et. al.* (2012) mostram como a linha de pesquisa da economia comportamental se encaixa na abordagem de “falhas de mercado”. De acordo com eles, nessa perspectiva, a ideia de que os mercados funcionam está assentada sobre a suposição de que os indivíduos são do tipo *homo economicus* e detentores de racionalidade tipicamente associada à escola neoclássica contemporânea, o que conduz à conclusão de que se as pessoas são menos racionais do que o previsto na teoria, então o mercado não funciona.

movimento que desvia a economia de sua trajetória intelectual tal qual proposta por diversos autores relevantes e inclusive fundadores de nossa área do saber. Por fim, na última seção são traçadas as considerações finais.

1.2. Tempo e equilíbrio no pensamento econômico convencional

A corrente dominante no pensamento econômico nos últimos 140 anos tem como um de seus pilares um conceito tipicamente associado à obra de *sir* Isaac Newton, a saber, o de equilíbrio (cf. O’Driscoll e Rizzo, 1996, cap. 5). Braga chega a afirmar que “na tradição estritamente analítica em economia, são essenciais o conceito de equilíbrio e sua determinação quantitativa” (Braga, 2000, p. 34), bem como que “[o] conceito de equilíbrio é o que possui maior capacidade de renovação e sobrevivência na teoria econômica” (Braga, 2000, p. 51). Na economia, como na física, há forças que atuam sobre os elementos do sistema de modo a atraí-los e estabilizá-los, a menos que outra força os faça sair de tal estado de repouso.⁸

Diante disso, da naturalidade do repouso em um determinado ponto, a questão que se coloca é da possibilidade de se lidar com a característica básica do sistema capitalista tal qual ele se apresenta na realidade, a dinâmica, um conjunto em movimento, um sistema de coordenação descentralizada construído por diversos agentes que atuam concorrencialmente cercados pela incerteza, incapazes que são de conhecer plenamente o mundo que os rodeia e o que o futuro trará, e que reagem de forma mais ou menos “racional” a estas características. Prado afirma:

Essa perspectiva teórica adota a suposição de previsão perfeita, assumindo desde o princípio que os mercados estão em equilíbrio. Ao se concentrar nos mercados balanceados, faz com que desapareçam os hiatos reais que o

⁸ Cumpre destacar que a crítica à ênfase no conceito de equilíbrio da economia convencional se dá pela escolha metodológica de se estudar os estados de equilíbrio, ou de tentar fazer o que será chamado à frente de pseudo-dinâmica. Essa crítica não deve ser estendida ao tipo de teorização que lida dinamicamente com tendências a um equilíbrio que não é alcançado, como, por exemplo, a teoria da atividade empresarial de Israel Kirzner (e.g. 1973, 1999) que é explicitamente adotada por Buchanan (1980). Prado, ao reclamar a existência de um tipo de teoria alternativa à neoclássica, fala que nela, “[n]o plano da análise poderá haver convergência ao equilíbrio, mas isto será sempre entendido como irrelevante frente à temporalidade real” (Prado, 2003, p. 200).

sistema econômico vai criando e superando no processo de acumulação. Em consequência, os desbalanceamentos possíveis passam a ser tratados como se fossem puramente virtuais (Prado, 2003, p. 198).

De acordo com ele, tal escolha da teoria dominante está assentada sobre suposições bastante fortes:

[A]s unidades desse sistema, famílias e empresas, são plenamente racionais, utilizam corretamente a informação disponível e otimizam objetivos bem definidos; o próprio sistema fornece todas as informações necessárias para aquelas decisões, e os preços são flexíveis de tal modo que as situações de equilíbrio são atingidas muito rapidamente (Prado, 2003, p. 198).

Como será visto ao longo deste ensaio, a *mainline economics*, em particular os dois autores ora estudados, Buchanan e Hayek, vão criticar esses postulados usuais da ciência econômica e propor uma forma distinta de economia, com ênfase em processos ao invés de estados de equilíbrio, e que afasta a opção pela teorização da escolha racional no sentido normalmente entendido pela maior parte da profissão.

A ciência econômica, desde seu reconhecimento como campo autônomo do conhecimento humano, na passagem do século XVIII ao XIX, defronta-se com dificuldades em tratar de forma adequada com a dinâmica característica de seu objeto, a economia. Adam Smith, em sua obra magna, buscou compreender a diferença entre o nível de riqueza das nações, quais as causas de umas serem mais prósperas em relação a outras. A riqueza tratada por Smith era entendida como abundância de mercadorias que supram os desejos dos indivíduos, mercadorias estas produzidas pelo trabalho (em geral, alheio) – o que é tanto uma negação da visão metalista de riqueza típica do movimento mercantilista, quanto reflexo de que ao longo do século XVIII a economia foi deixando de ser a ciência do bom governo para ser a ciência da riqueza privada. A questão fiscal permanece, mas subsidiária à reflexão em torno da riqueza das nações muito mais associada ao progresso do capital (privado) (cf. Coutinho, 1990, caps. 1 e 3).

Smith encontra tanto no processo de acumulação de capital e no grau de divisão do trabalho, fatores a aumentar a potência das forças produtivas, condicionada pela dimensão do mercado, quanto em uma adequada plataforma institucional que permita a

convivência pacífica e a conversão de vícios privados em benefícios públicos, a resposta aos seus questionamentos. Smith deu-se o trabalho de realizar um estudo histórico e institucional na busca por uma resposta satisfatória às suas indagações, construindo sua contribuição a partir da avaliação das trocas benéficas entre os participantes do mercado e da coordenação espontânea entre estes.⁹

É a partir da herança ricardiana que a ciência econômica entrará de vez no campo do positivismo e da teoria estática. Apesar de Hicks (1987) ver em Ricardo (e nos economistas clássicos de forma geral) uma teoria dinâmica, os *Princípios de Economia Política* de 1817 e seus outros ensaios apresentam essencialmente uma abordagem estática.¹⁰ O próprio Ricardo diz que a análise relevante é sobre como se dá a distribuição do rendimento nacional, tido como um dado, entre a renda fundiária, os salários pelo trabalho e os lucros do capital, considerados o resíduo do modelo (Ricardo, 1996, prefácio). Semelhantemente, sua teoria do comércio internacional é uma análise fundamentalmente estática a partir das vantagens comparativas possuídas, em certo instante, por cada país, sem preocupação aparente com sua historicidade ou possibilidade de mudança. Por isso, o paradigma estático acompanha a ciência econômica desde sua gênese.

Como aponta Coutinho (1990, cap. 5), Ricardo trabalha num grau de abstração tal que se permite abrir mão de explicitar tanto seus pressupostos filosóficos quanto a constituição das categorias analíticas com as quais trabalha. Em outras palavras, Ricardo se poupa da discussão acerca dos fundamentos do seu modelo ao partir de categorias e objeto pré-definidos pelos debates dos economistas que o antecederam e da ética por eles estabelecida. Nesse sentido, pode-se afirmar que nele a economia política alcança

⁹ “*The Wealth of Nations*, read descriptively from the title’s words alone, suggests that nations are the units that are wealthy or poor, and, by inference, that increases in nation’s wealth are desirable. Smith did not, of course, have such a reading of his title in mind, since the whole thrust of his argument is that individuals, not nations, are the relevant units and that wealth consists in whatever it is that individuals desire. And Adam Smith’s work was the channel through which economic theory (...) was established, a theory of the spontaneous coordination achievable through an interlinked network of market exchanges and a theory that demonstrates the inefficacy of attempted economic management for a whole society” (Buchanan, 1994, p. 475).

¹⁰ “The concept of production as a process in time, with capital (the capital account) as the ‘report’ that is made in the present on the state of that process, is not specifically ‘Austrian’. It is just the same concept as underlies the work of British classical economists, and it is indeed older still” (Hicks, 1987, p. 12). Na tradição ricardiana, a contribuição de Sraffa, nas palavras de Possas, é “teoricamente limitada e irremediavelmente estática, no sentido de atemporal” (Possas, 1984, p. 63).

verdadeira maturidade e autonomia perante as outras áreas do saber humano. Nas palavras de Coutinho, é com Ricardo que “[o]s longos e trabalhosos movimentos de indução que caracterizaram a formação da economia política clássica tornaram-se desnecessários” (Coutinho, 1990, p. 220).

Ao principiar sua teorização em um estágio seguinte àqueles debates, tomando-os possivelmente como resolvidos, Ricardo legou aos economistas posteriores a herança do método puramente dedutivista sobre hipóteses gerais, que resultam em leis caracterizadas também por sua alta generalidade:

Se entendermos que a economia política se autonomiza enquanto sistema científico ao dispor de um conjunto de categorias e hipóteses às quais o raciocínio dedutivo pode se aplicar diretamente, Ricardo representou o término do movimento de constituição da economia política. Ele não construiu o campo de reflexão, mas deu à economia política uma espécie de código próprio, na forma de disciplina dedutiva (Coutinho, 1990, p. 221).

É com Ricardo que, ao contrário dos predecessores fisiocratas e Smith, não são feitas referências a eventos históricos ou a constatações da realidade como forma de enriquecer, ilustrar e procurar comprovar a teoria, mas sim reinam sozinhos a abstração e o raciocínio dedutivo a partir de premissas simplificadoras, e o mundo social é enxergado como uma máquina que funciona de acordo com leis gerais.¹¹

A revolução marginalista, cujo marco é a década de 1870 com a publicação das obras magnas de Carl Menger, William Stanley Jevons e León Walras, traz, especialmente pela contribuição deste último, o paradigma do equilíbrio agora refinado, com o crescente

¹¹ “É com Ricardo que o objetivismo ganha a versão mais acabada da economia clássica. Este entende o sistema econômico como uma máquina organizada, que funciona segundo leis universais, 'naturais'” (Fonseca, 2003, p. 26). De fato, ao comentar o método de Malthus, em oposição ao de Ricardo, Coutinho fala de uma “retomada de Smith, cujo estilo de combinar indução e dedução, cuja predileção pelo esboço de amplos traçados histórico-políticos, vislumbrando fases de desenvolvimento econômico, contornos e resultados sócio-econômicos da acumulação de capital, manifestam-se frequentemente (...). Aí, também, o ceticismo em relação à rígida disciplina dedutiva que viria a caracterizar Ricardo e a economia política desde então” (Coutinho, 1990, p. 164). Tais observações não implicam que Ricardo fizesse sua teorização de maneira totalmente desconexa do mundo real. Segundo Coutinho, “[i]sso não significa desconhecimento da realidade imediata. Pelo contrário, o sistema é totalmente apegado a ela, em uma dupla dimensão. De um lado, volta-se sempre à elucidação dos problemas econômicos correntes. As intervenções de Ricardo no debate econômico, e o destino último de sua obra, têm cunho instrumental em relação às questões candentes da política inglesa (preço do grão, queda da taxa de lucro). De outro lado, o sistema é uma abstração das relações econômicas fundamentais do capitalismo e, nesta medida, concreto” (Coutinho, 1990, p. 221-222).

incremento e sofisticação matemática e o aumento do grau de abstração da análise econômica.¹²

O equilíbrio passa a ser tido como númeno, objeto puramente abstrato, o conceito tratado apenas no campo das ideias e da lógica abstrata, sem implicações ou paralelos no mundo real. Isso implica, como coloca Braga (2000, Introdução e cap. 1), que ocorre uma espécie de clivagem fenomenológica: “[n]um plano, os fenômenos, observáveis e observados, de natureza dinâmico-cíclica. Noutro plano, uma fenomenologia estritamente abstrata, nível de elaboração lógica, purificada de determinados conteúdos, uma espécie de estrutura “interna” da fenomenologia econômica” (Braga, 2000, p. 40). Não há uma conexão adequada entre os dois universos. A teoria se descola da realidade que, a princípio, deveria ajudar a compreender: é a “tara” que Cardim de Carvalho constata na economia, qual seja, a “meta de se alcançar total coerência teórica, ao custo da relevância empírica” (Cardim de Carvalho, 2004, p. 332, n.11).

Não que isso já não estivesse, em certa medida, presente nos clássicos. A análise ricardiana sobre a distribuição do produto anual nacional, como colocado acima, pode ser tida como a inauguração do dedutivismo na economia, com a elaboração de hipóteses claras e distintas e a dedução de suas conclusões de forma unívoca e certa. Por isso, em certo sentido, a contribuição de Menger na Revolução Marginalista pode ser considerada em parte infrutífera, na medida em que não impediu o avanço como *mainstream* do dedutivismo e da economia enquanto ciência puramente lógica, abstrata e estática com Walras e seus seguidores. Segundo Lavoie, comentando a visão de Lachmann a respeito do avanço das ideias econômicas, “the tragedy of economics is that it failed to follow the subjectivist revolution to its logical conclusion, and instead found itself returning

¹² Muitas vezes a literatura econômica trata como algo monolítico as contribuições dos três principais nomes da Revolução Marginalista, Jevons, Menger e Walras. Jaffe (1976) chama a atenção para a distinção necessária entre suas obras, que possuem peculiaridades e importantes diferenças entre si. Para ele, tratá-los como quase idênticos ou como um produto homogêneo na apresentação do princípio da utilidade marginal decrescente é ignorar que eles possuem diferenças relevantes no modo de tratamento dos agentes e do processo econômico, na intenção dos autores no que tange à contribuição à economia e o impacto que cada um teve em diferentes linhas do pensamento econômico. Feijó (2000, cap. 1) também se posiciona a favor do processo de desomogeneização entre Menger e os demais autores associados à Revolução Marginalista, ao destacar que, ao contrário de Walras e Jevons, o austríaco não partia da hipótese de equilíbrio, não se expressava em linguagem matemática, não supunha conhecimento perfeito e ajustes automáticos, e tampouco usava o cálculo marginal infinitesimal como princípio teórico. Peart (1998) critica Jaffe, em especial por ele supostamente ter levado longe demais as diferenças entre Jevons e Menger.

to the Ricardian vice of abstract theorizing, or as he [Lachmann] liked to call it ‘late classic formalism’” (Lavoie, 1994, p. 15).

Aliás, Tolipan (2002) fala da “bifurcação” na economia política como resposta à estagnação advinda do problema ricardiano de se buscar uma medida invariável de valor: de um lado, os marginalistas e de outro, Marx. Já Kohn (2004) fala da existência de dois paradigmas em economia: o do valor, ligado ao programa de pesquisa Hicks-Samuelson, e o da troca, que abrange desde a nova economia institucional até a teoria da escolha pública, passando pela escola austríaca. Wagner (2007) realça também esta distinção feita por Kohn, ligando-a de modo mais explícito aos ramos criados por Walras e Menger, associados por ele à abordagem da estrutura (ou equilíbrio atemporal) e do processo, respectivamente. Ele explica que estas são duas “janelas”, ou dois tipos diferentes de “lentes”, através das quais os economistas observam os mesmo fenômenos; contudo, cada uma das lentes permite analisar, entender e destacar elementos absolutamente distintos. Essa diferença na visão de mundo mesmo é que pode ajudar a compreender os desentendimentos entre os economistas – inclusive, penso, na forma de se enxergar e analisar o próprio passado da disciplina.

A herança deixada por Walras é a da análise estática. Apesar da tendência à sofisticação, o equilíbrio geral é garantido pela existência da figura do leiloeiro walrasiano que centraliza as informações do mercado e, por um processo de *tâtonnement*, encontra os preços de equilíbrio em cada mercado particular.¹³ O problema é que fora dos preços de equilíbrio a teoria não pode admitir que haja transações – são os contratos provisórios, na expressão de Edgeworth (cf. Carneiro, 1996), um artifício que garante que as trocas só ocorram caso não exista excesso ou falta de mercadoria em um dos mercados. Ou seja, o processo de tateamento ocorre sem falsas transações e, portanto, sem tempo real, fonte de erros e ignorância. Assim, de certa maneira, a teoria do equilíbrio geral não tem uma explicação de como se dá a atração e o movimento de um ponto de desequilíbrio ao de

¹³ A rigor, como nota Carneiro (1996), seguindo sugestão de Jaffe, o próprio Walras não usou a ideia de um leiloeiro, mas sim seus seguidores, ao tentarem popularizar a noção de ajustamento via aproximações sucessivas. O que Walras pensava era simplesmente que os preços de algum modo acabariam por se tornar os de equilíbrio através da “lei da oferta e da demanda” dentro do processo de ajustamento rumo à compatibilidade em todos os mercados (cf. Carneiro, 1996). Não à toa, Ebner comenta sobre a teoria ortodoxa: “[n]eglecting the role of entrepreneurship, equilibration is assumed to result from a seemingly automatic adjustment mechanism” (Ebner, 2005, p. 132).

equilíbrio.¹⁴ Mais do que isso, a própria ideia de um leiloeiro que centralize informações e encontre os preços de equilíbrio acaba eliminando a necessidade da existência do sistema de preços como entendido por, entre outros, Adam Smith e F. A. Hayek, um sistema de transmissão de informações e conhecimento num ambiente de coordenação descentralizada.

Desai (2002) expõe três sentidos correntes para o conceito de equilíbrio na teoria econômica.¹⁵ O primeiro é o **equilíbrio parcial estático**, a ideia mais simples de equilíbrio, referente à noção elementar de igualdade entre oferta e demanda num mercado de concorrência perfeita. O segundo é o **equilíbrio geral**, também estático e estacionário, assentado sobre a suposição de concorrência perfeita para tentar atender às condições de unicidade e existência. O terceiro é o **equilíbrio dinâmico**, atribuído a Hicks e Hahn, que, segundo Desai (2002), consegue suprir diversas deficiências dos anteriores, em particular a incorporação de expectativas e incerteza – mas não incerteza keynesiana, frisa Desai (2002), além de requerer que os agentes disponham de informação perfeita particularmente sobre a reação dos outros agentes para que sua decisão estratégica produza o equilíbrio.¹⁶

O conceito de equilíbrio é o canal pelo qual se deita fora, *ex-ante*, o problema da coordenação entre os indivíduos envolvidos no processo de mercado. Essa é a característica a permear a corrente dominante na economia, especialmente por estar envolvida pela noção do equilíbrio geral walrasiano, pela busca da existência, estabilidade e unicidade do ponto de equilíbrio geral. A tradição puramente analítica da economia se debate com as questões estritamente formais de como assegurar aquelas características em seu modelo básico. Ingrao e Israel (1990, cap. 11) explicam que o problema maior no programa de pesquisa em economia matemática e microeconomia a respeito do equilíbrio

¹⁴ “How can we discuss stability in a model with only price-takers? Who changes the price when faced with excess demand or supply?” (Desai, 2002, p. 17). Nesse sentido, como mostram Boettke *et. al.* (2012), na abordagem associada ao equilíbrio geral, desde fins do século XIX, a coordenação, entendida como ampliação da compatibilidade entre planos e ações dos diferentes indivíduos, passou a ser tida como automática e instantânea, e não como um processo em que os agentes cometem erros.

¹⁵ Na verdade, há uma quarta forma de se enxergar o equilíbrio em economia, segundo Desai (2002): a interpretação de Victoria Chick para o equilíbrio na *Teoria Geral* de Keynes, chamado de *provisional equilibrium*, que não pode ser caracterizado como estacionário e nem de longo prazo. Ele depende de expectativas dos agentes, notadamente dos capitalistas, sobre o andamento dos negócios no curto e no longo prazo – expectativas construídas sobre bases precárias e sempre sujeitas a frustrações e revisões, em particular as de longo prazo.

¹⁶ “The solution concept of a Nash equilibrium which is most often used does assume that each agent knows the strategies of all other agents” (Desai, 2002, p. 19).

geral está sobre as condições para a unicidade e a estabilidade do equilíbrio, que não foram respondidas satisfatoriamente por Arrow e Debreu, ao passo que a questão da existência do equilíbrio, de fato, viveu grandes avanços ao longo do século, especialmente a partir dos anos 50. Segundo os autores, os economistas seguidores deste paradigma têm que se contentar com teoremas sobre a finitude de equilíbrios e com economias regulares ao invés da unicidade e da estabilidade do equilíbrio.¹⁷

Com o desenvolvimento da teoria ortodoxa dentro da abordagem do equilíbrio geral, é possível se argumentar que esta abordagem continua a adotar hipóteses irrealistas e restritivas.¹⁸ Tal crítica não é negada pelos avanços no paradigma neoclássico, feitos especialmente dentro da tradição novo-keynesiana com a incorporação de rigidezes aos seus modelos, ou entre os novo-clássicos, com os modelos de informação imperfeita. Estes não podem ser considerados como verdadeiros rompimentos dos princípios fundantes do arcabouço teórico walrasiano. Antes, são tentativas de encaixe de certos elementos da realidade, através de alterações em algumas condições dos modelos, que possam explicar o desvio temporário em relação ao ponto de equilíbrio geral teorizado. Segundo Braga, “[o] que os modelos neoclássico-keynesianos, monetaristas e novo-clássicos têm em comum é que todos se inscrevem no paradigma walrasiano de Equilíbrio Geral. Neste sentido, a polêmica entre eles revela diferenças menores” (Braga, 2000, p. 82), enquanto, para Prado,

¹⁷ Aliás, o próprio Debreu, escrevendo sobre o que considera ideal na pesquisa sobre o equilíbrio geral, coloca que “[a] mathematical model which attempts to explain economic equilibrium must have a nonempty set of solutions. One would also wish the solution to be unique. This uniqueness property, however, has been obtained only under strong assumptions and (...) economies with multiple equilibria must be allowed for. Such economies still seem to provide a satisfactory foundation for the study of stability, provided that all the equilibria of the economy are locally unique” (Debreu, 1970, p. 387).

¹⁸ Lisboa (1997, 1998) procura argumentar que tal tipo de crítica à economia neoclássica, a saber, do irrealismo de suas hipóteses, pode ser irrelevante. Isso porque o método adotado por tal tradição intelectual é o instrumentalismo à Friedman: já que toda teoria é um empobrecimento e uma simplificação da realidade, um modelo não deve ser considerado bom se for construído sobre hipóteses mais ou menos próximas ao mundo real, mas pela sua capacidade preditiva. Segundo Lisboa, “[a] abordagem instrumentalista caracteriza-se por uma visão profundamente pragmática da construção científica. Cabe a cada modelo ou teoria gerar proposições que possam ser testadas empiricamente. Utiliza-se, então, o modelo cujas previsões sejam mais bem corroboradas pelos dados existentes. É irrelevante se as hipóteses utilizadas pelo modelo são inconsistentes com alguma observação empírica ou mesmo as hipóteses utilizadas por outros modelos que estudam problemas distintos” (Lisboa, 1998, p. 119). Lawrence Boland parece ter consciência disso ao afirmar que “os teóricos neoclássicos frequentemente empregam argumentos *ad hoc* para rechaçar qualquer crítica; assim a crítica da hipótese da maximização tem, antes, que enfrentar o método da economia neoclássica e não o próprio pressuposto” (*apud* Belluzzo, 2000, p. 12), assim como Mark Blaug, que, ao se referir à teorização neoclássica, diz que “qualquer discussão sobre realismo ou falta dele é uma falta de compreensão do seu estatuto teórico ou metodológico” (*apud* Ganem, 1996, p. 108).

“[f]az parte da teoria neoclássica os desenvolvimentos que violam uma ou mais de suas hipóteses básicas, com o fim de verificar as consequências lógicas dessa ação” (Prado, 2003, p. 198).

A ênfase no equilíbrio traz dificuldade à tradição neoclássica para incorporar a noção de tempo como “flecha” em seu arcabouço teórico estático. Na tentativa de suprir essa lacuna, passa a fazer a temporalização do equilíbrio, numa dinâmica meramente formal. O tempo passa a ser considerado como simples índice subscrito em alguma variável econômica, de maneira a ser tratado via equações diferenciais ou a diferença, ou com técnicas para séries temporais ou dados de painel em modelos econométricos, de forma que “[n]ão há aqui um verdadeiro processo de mercado, mas sim uma dinâmica que tem a natureza de um processo sequencial de raciocínio que acontece num tempo meramente lógico” (Prado, 2007, p. 749). Eleutério Prado (2009) também mostra que um problema do conceito de equilíbrio é que este só é válido num contexto em que exista dinâmica que leve a ele – um processo de mercado que perfaça uma trajetória que conduza a um eventual ponto fixo atrator (o que nem sempre é o caso de processos dinâmicos) e logicamente precedente ao próprio ponto de equilíbrio.

A temporalidade do programa neoclássico é a do tempo newtoniano (O’Driscoll e Rizzo, 1996, cap. 4), conceito “especializado” do tempo, tempo como um eixo no plano cartesiano, cuja passagem é representada por um movimento ao longo de uma reta. Vale a pena ler a crítica de O’Driscoll e Rizzo à postura adotada pela maioria dos economistas:

Neoclassical theory has uncritically adopted this idea and used it in almost every systematic treatment of the temporal aspects of economics. In fact, almost all work on the economics of time is plagued by an excessive dependence on this analogy. Theorist treat a mere analogy as if it were the reality to which all models had to be faithful (O’Driscoll e Rizzo, 1996, p. 53).

Nesse mesmo aspecto, Prado destaca, retomando crítica de Joan Robinson, a escolha pelo estudo no estado do equilíbrio, ao invés do movimento que leva a uma tendência a ele, “implica tratar o tempo como mais uma dimensão espacial, como se este tivesse a propriedade da reversibilidade. Ao adotá-la, retira-se completamente o estudo dos

fenômenos econômicos da historicidade para colocá-lo num espaço de possibilidades meramente lógico formal” (Prado, 2003, p. 199).

A clivagem de que fala Braga (2000, Introdução e cap. 1) se reafirma na dinâmica tal qual vista pela teoria neoclássica. As técnicas da economia matemática e da econometria convencionais não permitem ao investigador realizar de forma satisfatória a análise histórica e institucional necessárias à compreensão dos processos econômicos, tampouco o estudo do comportamento dos agentes num ambiente marcado pela complexidade e pela incerteza fundamental como as economias capitalistas, que Vercelli (1985) caracterizou como estruturalmente instáveis. Um sistema estruturalmente instável é caracterizado por uma dinâmica não-linear e por flutuações produzidas endogenamente, que podem gerar mudanças qualitativas descontínuas não passíveis de previsão por parte de seus participantes.

Herscovici (2004) argumenta explicitamente que a instabilidade estrutural do capitalismo não pode ser compatibilizada com algum tipo de equilíbrio de longo prazo pré-existente. Outro argumento de Herscovici (2004) é que o abandono do paradigma do equilíbrio não implica qualquer tipo de nihilismo por parte da heterodoxia econômica, por poder ela propor duas outras maneiras de se pensar os problemas usualmente tratados por um economista. Em primeiro lugar, abrir mão do conceito de equilíbrio não implica admitir a existência de caos ou ausência de qualquer forma de estabilidade social, na medida em que é aumentada a ênfase no caráter regulador e estabilizador das instituições, o que é descrito da seguinte maneira por Rizzo:¹⁹

By following institutionally-sanctioned patterns of behavior, separate individuals are able to coordinate more completely their actions and plans. This is because institutions often limit the options available to an individual thereby reducing the uncertainty about what others are going to do. Furthermore, to the extent that institutions represent approximate, if not optimal, adaptations to the objective environment, the individual plans

¹⁹ Como nota Dequech (2011b), porém, é possível se olhar para (ao menos algumas) instituições que, ao contrário, atuam no sentido de gerar e aumentar a incerteza. A moeda, por exemplo, caso se tenha uma abordagem de caráter keynesiano em mente, como ele parece fazer: “[t]he presence of the institution of money, with all its functions, including that of a store of value, causes fundamental uncertainty regarding the proceeds that decision makers will obtain from investment, production, or, more generally, from their portfolio of assets” (Dequech, 2011b, p. 634). Ele fala também das instituições associadas a inovações financeiras ampliando esse efeito.

will also be roughly coordinated with that environment (Rizzo, 1996, p. xxii).

Em segundo lugar, ainda de acordo com Herscovici (2004), há desenvolvimentos na teoria econômica no sentido de se utilizar modelos não equilibristas, como aqueles envolvendo complexidade. Segundo Bueno (2005), modelos de sistemas complexos são marcados pela admissão de consequências não-intencionais da ação dos indivíduos sobre si mesmos, independente de sua racionalidade (inclusive se definida como egoísmo), num processo de ação e reação inserido no tempo. Aqui, a atuação de um indivíduo aparentemente isolado desencadeia uma série de outras ações em diversas partes do sistema de forma que as condições sobre as quais aquela primeira ação foi decidida e levada a cabo podem, na verdade, não serem mais encontradas. De acordo com o autor, os modelos envolvendo complexidade incorporam, como os modelos de equilíbrio geral, parâmetros que captam fatores referentes a instituições, expectativas e ambiente. A especificidade da abordagem proposta em relação à convencional está na oportunidade de tornar endógenos os valores adquiridos pelos parâmetros do modelo no longo prazo. Segundo ele, abre-se a possibilidade de que os agentes alterem suas estratégias ao longo do tempo, bem como que o ambiente (institucional, econômico e natural) em que atuam seja modificado em consequência de suas ações.

Por seu turno, Boettke *et. al.* (1994) mostram preocupação com a tendência de alguns economistas, notadamente os austríacos, de julgarem que o abandono do instrumental assentado sobre o conceito de equilíbrio possa significar a renúncia do ideal científico e da própria noção de teorização em economia.²⁰ Para eles, contudo, essa não é uma passagem necessária. A proposta destes austríacos é a substituição do pensamento permeado pelo equilíbrio por um alternativo, por eles chamado de “análise de ordem”, que conseguiria unir de forma satisfatória teoria e história,²¹ ao invés de realizar a

²⁰ Preocupação possivelmente gerada pela própria história da escola austríaca, que em seu nascimento se viu envolvida em intensos debates de Menger e seus discípulos com a chamada escola histórica alemã, o *Methodenstreit*, sobre a possibilidade de teorização e formulação de princípios gerais para o estudo da ação humana em oposição ao imenso acúmulo de informações históricas e estudos locais ou datados que marcava a linha encabeçada por Gustav von Schmoller.

²¹ “Although order analysis gives history and empirical work a more prominent place, the analysis itself is not historicism. It is theory at its relevant best” (Boettke *et. al.*, 1994, p. 63).

dicotomização entre as duas. É o estudo da emergência de ordens espontâneas, frutos da ação humana, mas não do desejo ou planejamento humanos, através das quais se dá a coordenação dos indivíduos e os processos de mudança das estruturas sociais proposto por esses austríacos. Tal forma de análise, se não vê o mundo em equilíbrio automático intrínseco ao sistema, tampouco enxerga caos ou ausência de regularidades. Segundo eles, “[t]heoretical knowledge, like the market process, is neither equilibrating nor disequilibrating; it is rather an orderly process of change” (Boettke *et. al.*, 1994, p. 70).

Já Prado (2003) faz um chamado por uma teoria econômica que seja oposta à neoclássica, que venha a tratar do seguinte:

Situações em que há desbalanceamento dos mercados. Mais do que isso, ela tem de visar aos processos que ocorrem fora de algum equilíbrio ou mesmo fora de qualquer equilíbrio, pois é desse modo que se pode colocar a análise econômica em congruência com a história e se pode fazer reaparecer aquilo que move os processos (Prado, 2003, p. 199).

Ao longo da próxima seção deste ensaio será apresentada uma linha de pesquisa, a *mainline economics*, que, a meu juízo, atende as propostas e demandas de Herscovici (2004), Prado (2003) e Boettke *et. al.* (1994), ao mesmo tempo em que enfatiza o papel central das instituições, mostrando assim que a economia heterodoxa crítica da teoria econômica neoclássica não deve ser confundida com uma postura necessariamente contrária ao sistema liberal.²²

1.3. A abordagem da *mainline economics*

O objetivo desta seção é apontar a existência de um projeto de pesquisa em economia que, de forma geral, abre mão do instrumental tipicamente adotado pela economia ortodoxa, e, ao mesmo tempo, assume uma postura política liberal. Nesse sentido, pode-se entender que há sim uma ciência econômica heterodoxa e liberal, o que

²² Prado (2003) cita como exemplos de teorias que respondem às fraquezas do neoclassicismo levantadas nesta seção as construções marxista e keynesiana, ambas claramente críticas do liberalismo.

explicita a separação analítica entre a crítica da teoria econômica convencional e a crítica do sistema de mercado.

De acordo com Boettke (2007) é possível se falar de uma *mainline* existente ao longo da história do pensamento econômico, que diz respeito a certas percepções e afirmações que serão explicitadas ao longo da seção. Esta *mainline* é uma categoria distinta da *mainstream economics*, conceito que, para Boettke (2007), diz respeito ao prestígio que certas formas de apresentação e certos argumentos possuem dentro da profissão, assim como da economia ortodoxa, que, segundo Dequech (2007-08) atualmente pode ser identificada com a escola neoclássica. A posição de Boettke (2007) é que as classificações em economia devem se referir muito mais ao tipo de teorização, às perguntas feitas e à maneira pela qual se buscam respostas a elas, envolvendo (ou não) a promoção da harmonização de interesses e a cooperação anônima através do processo de mercado, do que por como a teoria é apresentada (de forma verbal ou através da matemática ou estatística, por exemplo).

Deve ficar claro que, da maneira apresentada neste ensaio, a *mainline economics* não é necessariamente oposta à *mainstream economics*, até porque tratam de classificar qualidades distintas dos economistas e suas teorias, e nem à ortodoxia econômica. A economia ortodoxa se opõe à heterodoxia na medida em que adota outros procedimentos metodológicos e outras opções teóricas, como discutido na introdução ao ensaio, o que leva uma a apresentar argumentos agradáveis e convincentes à maioria da profissão, e outra, não. Já a *mainline* não necessariamente não faça parte do *mainstream*, na medida em que o que ela incorpora é o tipo de explicação e preocupação dos economistas.

1.3.1. A mainline economics como tradição econômica e como uma economia política robusta

A *mainline* se refere a argumentos e proposições centrais e relevantes que vem sendo utilizados ao longo da história do pensamento econômico, quais sejam, aquelas que enfatizam a promoção da “harmony of interests that emerges through the competitive market process” (Boettke, 2007, p. 7). Nesta perspectiva, é através do processo de mercado que indivíduos portadores de interesses contraditórios e opostos podem conviver em

sociedade e cooperarem mutuamente, ainda que sem essa intenção: “[i]t draws attention to a unique sort of relationships, that which involves the cooperative association of individuals, one with another, even when individual interests are different” (Buchanan, 1964, p. 35). Deve ser destacado que, como o próprio Smith nota, a harmonia de interesses não é um pré-requisito para o funcionamento das instituições típicas do livre mercado, mas sim que o resultado do funcionamento daquelas instituições de origem evolucionária associados ao liberalismo é a justamente a promoção da harmonia de interesses. Ao estudar o clássico capítulo 8 da *Riqueza das Nações* sobre os salários, bem como os conflitos que Smith constata nas relações entre patrões e empregados, e a assimetria de forças entre esses dois grupos, Coutinho afirma:

Deve-se notar que o capítulo sobre salários compartilha inteiramente a visão geral contida em *A Riqueza das Nações* (...). Não escamoteia as tensões da relação salarial, nem o confronto entre desiguais. Não há harmonia ex-ante na estrutura econômica; todavia, o sistema em operação conduz ao melhor resultado para todos porque a demanda por trabalho e a elevação do salário no mercado serão o resultado natural da expansão econômica e do aumento do produto excedente e da riqueza nacional (Coutinho, 1990, p. 131).

Por isso Hayek destaca:

[N]either Smith nor any other reputable author I know has ever maintained that there existed some original harmony of interests irrespective of those grown institutions. What they did maintain (...) was that institutions had developed by a process of the elimination of the less effective which did bring about a reconciliation of the divergent interests (Hayek, 1967c, p. 100).

Além do mais, por fazer análise de processo, e não estática, os adeptos da *mainline* procuram lidar com as complicações trazidas pela incorporação do fator tempo e da ignorância possuída pelos agentes na análise econômica. Contudo, a solução passa, nessa perspectiva, pelo mercado e suas instituições como forma de se lidar com a ignorância e a mudança na economia, e não pela intervenção estatal.²³

²³ Richard Wagner (2011) fala de um *Viennese kaleidics*, em explícita alusão à contribuição de Shackle, mas ressaltando como a abordagem do processo de mercado (notadamente austríaca, mas, a meu juízo, compatível com a *mainline* de

A ordem social de emergência espontânea, na expressão consagrada por Hayek, baseada na economia de mercado, possui uma “reconciliation power” (Boettke, 2007, p. 7) que tem sido detectada e propalada por autores desde Hume e Smith a Hayek e Buchanan.²⁴ Para enfatizar a prevalência e maior relevância desta *mainline* sobre a *mainstream economics*, tanto Boettke (2007, p.8) quanto Buchanan (1964, p. 28) citam Lord Acton: “[b]ut it is not the popular movement, but the traveling of the minds of men Who sit in the seat of Adam Smith that is really serious and worthy of all attention”.²⁵

Israel Kirzner costuma repetir diversas vezes ao longo de suas palestras anuais no curso de verão “Economia Austríaca Avançada”, promovido pela *Foundation for Economic Education*,²⁶ que a emergência da economia política como área autônoma do conhecimento, obra promovida pelos economistas clássicos desde fins do século XVIII, e seu desenvolvimento subsequente, estiveram atrelados à constatação, por parte dos economistas, da existência de cadeias sistemáticas de causa e efeito nas relações econômicas, onde antes só se enxergava caos e desordem. Enquanto isso não fosse admitido e percebido, a teoria econômica não poderia florescer. O problema, sob este ponto de vista, é que a utilização das descobertas de cadeias de causa e efeito na esfera econômica

forma mais geral) consegue conciliar ignorância e mercado livre. De acordo com Wagner (2011), a contribuição de Lachmann foi justamente fazer a conexão entre Mises e Shackle.

²⁴ De modo que Coutinho (1990, cap. 3) fala de uma tradição liberal na linha Locke, Hutcheson, Hume e Smith, enquanto Horwitz (2001) trata da tradição de estudo de ordens espontâneas perpassando a linha Smith, Menger e Hayek. Para uma leitura da tradição da ordem espontânea ao longo dos séculos desde a Idade Média, ver Barry (1982).

²⁵ Foley chama de *Adam's Fallacy* “the claim that selfish behavior is somehow transmuted by capitalist social relations into public benefaction” (Foley, 2006, p. 32) ou, em outras palavras, a proposição de que “the ruthless pursuit of self-interest, which can lead people to do bad things to other people, is transmuted by capitalist social relations into a moral good” (Foley, 2009, p. 43). A crítica de Foley (2009), ao que parece, não passa necessariamente pela negação das virtudes do capitalismo guiado pelo auto-interesse individual, tais como a ampliação brutal da capacidade produtiva da sociedade, por exemplo, mas sim a ideia de que a lógica racional e egoísta deva ser aplicada a outras esferas da vida humana, e a suposta falta de exposição convincente de por que este é o melhor modo de organização da vida em sociedade, quando comparado a alternativas. A nova sociologia econômica (NSE) parece fazer uma crítica semelhante à ciência econômica neoclássica. Segundo Abramovay (2004), uma contribuição de Karl Polanyi herdada pela NSE localiza-se justamente no destaque dado ao caráter não-anônimo e menos ainda automático ou impessoal do mercado, mas sim tratá-lo como uma construção social imersa numa espécie de teia de relações e estruturas sociais de toda espécie. Aqui, as trocas não são impessoais, e o comportamento econômico de forma alguma é mecânico ou “frio”; antes, é a opacidade do mercado, incapaz que é de servir como único mecanismo no processo de transmissão de informações, tomada de decisão e alocação de recursos numa economia, que deixa transparecer que os indivíduos, na realidade, agem imersos em estruturas sociais ao mesmo tempo por eles construídas e que, em certa medida, a eles se impõem. Não são o mercado e o mecanismo de preços os únicos fatores levados em conta na tomada de decisão por parte dos agentes.

²⁶ Disponível em <http://fee.org/media/video/kirzner-austrian-economics/>

da sociedade, bem como a possibilidade de se estabelecerem leis econômicas,²⁷ sofrem um uso distorcido quando se prestam à mera organização de dados estatísticos ou, ainda, à manipulação de agregados macroeconômicos, sem fazer menção à ação individual guiada por propósitos num ambiente institucional de coordenação descentralizada (Moss, 1975).

Claro que sempre houve estudiosos dos fenômenos econômicos da sociedade como algo ordenado, mas talvez seja possível concordar com Kirzner (2009, cap. 2) quando ele dá a entender que os precursores dos clássicos já estudavam a riqueza de maneira isolada, e que uma marca do nascimento da nova disciplina é a descoberta e estudo sistemático de leis aparentemente inexoráveis relacionada àquele objeto.²⁸ Além disso, seguindo Coutinho (1990, cap. 1), é possível se entender o processo secular de emergência da economia política como o resultado de um duplo movimento: o primeiro, digamos, no campo material, qual seja, a formação progressiva e o desenvolvimento de um novo modo de produção na Europa, especialmente na Grã-Bretanha,²⁹ e o segundo no campo das ideias, o iluminismo.

No campo material, temos a emergência progressiva de um novo modo de produção na Europa, particularmente na Grã-Bretanha, quando o “desenvolvimento do comércio, da agricultura e da manufatura revolucionara as estruturas produtiva e social” (Coutinho, 1990, p. 9) nos séculos XVII e XVIII. Tal movimento colaborou no maior destaque de “expressões da sociabilidade mercantil” (Coutinho, 1990, p. 9) que vão estar no centro da análise da nova disciplina, tais como preço, câmbio, valor, juros, e suas relações. Tais categorias sempre foram objeto de estudo, desde a antiguidade, mas o estudo sistemático de cadeias de causa e efeito entre elas e das regularidades só começou a acontecer a partir daquele processo.

²⁷ Kirzner (2006) discute a possibilidade de se estabelecerem leis econômicas, em sentido semelhante às leis físicas.

²⁸ Os fisiocratas, por exemplo, trabalhavam com a noção de sistema organizado com circulação de riqueza entre as classes – a inspiração era o recém-descoberto sistema circulatório pela medicina. O *Tableau Économique* de Quesnay talvez seja o ponto máximo dessa “pré-história do pensamento econômico”. Tanto assim que “Smith funda a HPE”, na medida em que é com ele que “pela primeira vez sistematiza-se uma rememoração racionada, externa e objetiva da ciência econômica. Ela é, por isso mesmo, pela primeira vez crítica e analítica” (Tolipan, 2002, p. 159).

²⁹ Tanto que vários dos precursores eram homens de negócios, homens práticos, ou então com interesses diretamente associados aos seus escritos. Por isso a passagem da economia para se tornar uma área científica, ao longo do tempo, envolveu também a retórica e o convencimento de “neutralidade” e “independência”, várias vezes reafirmada por vários daqueles precursores (cf. Coutinho, 1990, cap. 1).

Ainda de acordo com Coutinho (1990, cap. 1), no campo intelectual o nascimento da economia política pode ser visto como desdobramento do iluminismo, que tem como marcas o primado da razão e o jusnaturalismo. Não por acaso, alguns dos precursores da economia política são claramente associados ao iluminismo, como, por exemplo, David Hume, que exerceu famosa influência sobre Adam Smith. Além disso, o iluminismo marcou o movimento de formação da economia política através da influência exercida pelo grande desenvolvimento científico da época, via método científico e analogias com as ciências da natureza, fazendo os precursores buscarem leis de sistema, regularidades e cadeias sistemáticas de causa e efeito. Mais especificamente, foi o iluminismo escocês o mais importante na formação do pensamento econômico, na medida em que era o ambiente intelectual de Adam Smith. Cerqueira (2006) argumenta que a preocupação com progresso e felicidade foi geral do iluminismo, mas foi mais acentuada na Escócia, país relativamente atrasado em relação a outros, como Inglaterra e França. Além disso, no iluminismo escocês é dado destaque a questões envolvendo hábitos e instituições. Na perspectiva daqueles intelectuais, as instituições dão estabilidade ao comportamento ao limitarem o leque de opções dos indivíduos. Elas possuem relativa autonomia das vontades individuais. Além do mais, ainda de acordo com Cerqueira (2006), nos iluministas escoceses é dada grande ênfase aos resultados não intencionais da ação humana.

Diante disso, qual era a visão dos primeiros economistas a respeito das regularidades que permitiam a existência de um sistema em que uma grande quantidade de indivíduos sem uma coordenação centralizada pudessem viver contando com a colaboração anônima alheia? Como era possível a formação e perpetuação de uma ordem social que estava longe de ser construída e comandada diretamente por uma mente humana, por mais brilhante que fosse? Segundo Boettke e Sautet (2009), os economistas tem se proposto (ou ao menos deveriam se propor) há mais de dois séculos uma constatação e uma problemática: a constatação pode ser resumida na profícua observação de Frédéric Bastiat de que, afinal de contas, “Paris é alimentada”; a problemática é a explicação de como se alcança a coordenação entre os diferentes indivíduos sem um comando central, através do mercado. O papel do economista, nesta ótica, é iluminar o tipo de plataforma institucional

que aumenta o grau de coordenação entre os planos e ações dos indivíduos neste sistema descentralizado.

De acordo com Brennan e Buchanan (2000, prefácio), a preocupação dos filósofos e cientistas sociais sempre tem sido acerca da possibilidade de coexistência pacífica entre os indivíduos que agem em busca do interesse próprio que geralmente são conflitantes, de modo a se superar o dilema hobbesiano entre a vida “desagradável, bruta e curta” do mundo anárquico da guerra permanente, ou “desagradável, bruta e escravizada” sob o comando do soberano totalitário. Uma saída possível para o dilema, explicam, reside na esperança do aperfeiçoamento moral do homem. Muito esforço e energia têm sido despendidos em busca dessa solução, observam os autores.

A outra forma de se solucionar o dilema social de que falam Brennan e Buchanan (2000, prefácio) parte da constatação de que as pessoas estão longe de possuírem o caráter moral requerido para viverem em harmonia sem a existência de regras de comportamento. Busca, então, na existência de regras que impõem restrições à ação individual o mecanismo que permite a existência de ordem social. Os autores remontam à “grande descoberta intelectual do século dezoito” e, em especial, de Adam Smith, de que se houver um apropriado aparato legal e institucional, a ação individual, mesmo que permeada por desejos e intenções que não sejam propriamente benevolentes ou fraternas, pode promover o bem público, vale dizer, ao buscar seu próprio interesse, o indivíduo, se agir conforme regras adequadas, pode atender também o interesse alheio. Ou seja, para se promover o bem de outrem não é necessário que este benefício seja deliberado ou planejado. Nas palavras de Vernon Smith, “to do good for others does **not** require deliberate action to further the perceived interest of others” (Smith, 2002, p. 503, grifo no original) e que “people did not have to be good to produce good” (Smith, 2002, p. 553). Tal postura de modo algum implica a defesa do comportamento egoísta e o repúdio da fraternidade e do altruísmo por parte dos economistas, alerta Vernon Smith (2002). Pelo contrário, já que nenhum código jurídico ou norma de comportamento poderia contemplar toda forma de ação, é indispensável, para o bom funcionamento do sistema econômico, que as pessoas internalizem boas regras de comportamento ou uma “ideology of honesty”

(Smith, 2002, p. 503) que gere maior incentivo ao comportamento voltado à troca que ao crime.

Daí a importância do economista estudar as instituições, regras, leis e outras características que descrevam e permitam a existência de regularidades na cooperação anônima e imperceptível que se dá no mercado. Nesse movimento, o economista se recoloca ao lado dos “pais fundadores” da disciplina, como colocam Brennan e Buchanan (2000, prefácio), na medida em que o economista era conhecido como o estudioso do funcionamento do mercado como mecanismo institucional de coordenação e cooperação social, ao invés de, como ficou patente especialmente a partir do século XX, aquele profissional atarefado com a formulação de previsões para o impacto de um choque exógeno sobre as variáveis econômicas, em nível macro ou microeconômico, ou com a construção de modelos teóricos alternativos a partir de diferentes suposições simplificatórias, muitas vezes incapazes de intuir o funcionamento econômico da sociedade ou mesmo de apreender as preocupações e entendimentos que deram origem à disciplina. Por isso os autores definem seu próprio trabalho como uma tentativa de analisar “the basic logic of rules, to indicate why rules or institutions, rather than outcomes should be the central focus of inquiry” (Brennan e Buchanan, 2000, p. xvii).

De fato, como coloca Coutinho (1990, cap. 1), a ciência econômica foi se formando quase como uma abordagem científica e estudo do liberalismo, liberalismo este que viria a ser entendido nos clássicos como liberdade de comércio e não intervenção nos negócios.³⁰ O liberalismo refletia a ideia iluminista de existência de uma lei (ou ordem) natural que o Estado não deveria perturbar e contra a qual não deveria legislar. Nesse sentido, a herança iluminista na formação da economia também se manifesta no desejo de conhecer racionalmente e decifrar a lei natural.

O tipo de explicação que a *mainline economics* procura dar aos fenômenos sociais, em particular os econômicos, torna-se mais clara quando se percebe que ela é o que Boettke e Leeson (2004) e Leeson e Subrick (2006) chamam de uma economia política

³⁰ “A associação entre economia política clássica e liberalismo é inequívoca (...). A capa do liberalismo, entretanto, não adiciona apenas um apêndice ideológico à ciência da economia política. Representa uma parcela indissociável desta; mais ainda, apresenta-se como um de seus elementos constitutivos” (Coutinho, 1990, p. 24).

robusta (*robust political economy*). A robustez de que tratam os autores se refere à capacidade que o sistema de economia política abordado ou “modelado” pelo economista tem de se manter eficiente mesmo quando abre mão de certos postulados utilizados normalmente pela teorização econômica convencional.³¹

O teórico econômico tem, diante de si, a opção de trabalhar com um cenário em que seja relativamente fácil derivar o funcionamento adequado do sistema econômico, ou então com postulados distantes, digamos, dos ideais. Dessa maneira, “[i]n taking the easy case, the political economist postulates that set of assumptions that are most conducive to the point he wants to make. The easy case consists of assuming the ideal conditions that make the theorist’s system work” (Boettke e Leeson, 2004, p. 100).

Pode-se depreender da leitura de Boettke e Leeson (2004) e Leeson e Subrick (2006) que o *easy case* pode ser encontrado, por exemplo, na teorização que assume conhecimento e racionalidade perfeitos, mercados completos e preços flexíveis. Com essas condições é possível se extrair de maneira pouco complicada e mais ou menos direta o resultado de que o sistema econômico baseado no livre mercado produza resultados desejados, como, por exemplo, o *market clearing* ou simplesmente o progresso econômico. Semelhantemente, é provável que distintos sistemas de economia política produzam resultados parecidos e bem vindos. A teorização se torna mais rica e a análise institucional comparativa pode ser melhor feita, contudo, quando alguns destes postulados centrais deixam de existir.

Dessa forma, o real teste da robustez dos sistemas econômicos abordados, inclusive o baseado no mercado, acontece quando características tais como benevolência e onisciência dos agentes não são assumidas. Se o sistema tratado permanece de pé mesmo ao receber esse tipo de “choque adverso”, então ele é robusto. Nas palavras dos autores, uma economia política robusta “is one that can withstand the test of the hard case” (Boettke e Leeson, 2004, p. 102).

Dois são os tipos principais de *hard case*, ao menos na perspectiva dos autores: em primeiro lugar, a situação em que os homens são desonestos, quando se abre mão da

³¹ Em Leeson e Boettke (2006) é possível entender que a robustez é uma qualidade da abordagem feita pelo economista, e não do sistema econômico em si.

existência de agentes benevolentes, em particular os que atuam na gestão estatal; e em segundo lugar, o caso em que os homens são ignorantes, quando não se requer conhecimento perfeito:

When information is costly, imperfect, and asymmetric, a robust political economy produces rational allocation nonetheless. Likewise, when men are selfish knaves, a robust political economy nevertheless produces socially beneficial outcomes. In short, conditions shy of omniscience and benevolence do not cause the system to falter. Even in the face of these problematic imperfections, a robust political economy performs well (Boettke e Leeson, 2004, p. 103).

Ambos os casos são interessantes e convenientes para se entender a *mainline economics* como uma *robust political economy*: a situação em que os homens são desonestos pode ser associada especialmente à contribuição de James Buchanan, e aquela em que são ignorantes à contribuição de F. A. Hayek. Por isso é importante que se avalie rapidamente os programas de pesquisa de ambos os autores.³²

1.3.2. Economia, instituições e trocas: a *mainline economics* de Buchanan

James Buchanan, em artigo publicado em 1964, pergunta-se o que os economistas deveriam fazer, qual seu papel distintivo dentre tantos diversos campos do saber. Para responder a este questionamento, retorna a Adam Smith e sua ideia de uma propensão natural à troca existente nos homens, para argumentar que o trabalho do economista deve ser uma reflexão sobre os processos de troca como meios de relacionamento entre os indivíduos, o comportamento nestas relações e as instituições e estruturas que emergem a partir desta propensão. Ou seja, na perspectiva de Buchanan, retomando a proposta smithiana, a economia é a teoria dos mercados, ciência das trocas e

³² Hayek e Buchanan são representantes importantes de duas escolas diferentes de pensamento econômico (a escola austríaca e a escola de economia política da Virginia – ligada à *Constitutional Economics* e à *Public Choice Economics*). Ainda assim, apresentam semelhanças importantes. Boettke e Leeson (2003) argumentam que aquelas escolas compartilham boa parte de seus fundamentos metodológicos (tais como o individualismo metodológico e um tipo de teorização a partir da escolha racional), analíticos (como a ênfase nas trocas e no caráter dinâmico do processo de mercado, além da aplicação do ponto de vista econômico e do princípio da ação proposital também ao campo da política) e ideológicos (como a adesão ao liberalismo clássico) – conjuntamente a um entendimento da economia como uma espécie de subárea da praxeologia. Ademais, defendem os autores, a escola austríaca, especialmente com Mises e Hayek, antecipou alguns elementos importantes que viriam a ser tratados em particular por Buchanan, como a preocupação com a existência de grupos de interesse que buscam atuar contra a *rule of law* e a favor de estratégias típicas de *rent seeking*.

da emergência dos ambientes e instituições que surgem delas. Desse ponto de vista, a proposta convencional de que ela seja a ciência que estuda a alocação de recursos escassos entre fins alternativos é um desvirtuamento de seu propósito original e daquilo que Buchanan, representante da *mainline*, defende.

Buchanan (1964, 1994) enxerga na própria definição convencional de ciência econômica e na ênfase no problema da escolha, na decisão alocativa face à escassez, um deslocamento daquilo que seria o correto assunto da economia tal como proposto por Adam Smith, fazendo com que, ao invés de terem como objeto de estudo um tipo de manifestação da atividade humana e os arranjos institucionais que emergem a partir dela, os economistas procurem resolver problemas tecnológicos ou de engenharia econômica; em outras palavras, ele coloca, ao invés de construírem uma “teoria dos mercados”, os economistas tem feito avançar uma “teoria da alocação de recursos”, e, na visão robbinsiana, “our subject field is a problem or set of problems, not a characteristic form of human activity” (Buchanan, 1964, p. 30). Para o norte-americano, os economistas erram o alvo ao colocar sua preocupação sobre o processo de escolha de recursos escassos entre fins alternativos, ao invés de se concentrarem na construção de “a generalized understanding of the complex set of exchange relationships” (Buchanan, 1994, p. 473).

A famosa analogia contada pelos economistas do naufrago Robinson Crusóe como representando o homem econômico é falsa, ao menos até a entrada em cena de Sexta-Feira. O problema econômico, como entendido por Buchanan (1964), não está na alocação de recursos que o solitário Crusóe deve levar adiante, mas sim no relacionamento associativo simbiótico entre ele e Sexta-Feira. Em uma palavra, a atenção deve estar sobre o processo de troca e de associação benéfica entre os indivíduos, não na escolha individual (ou, por agregação ou antropomorfismo, coletiva).

Buchanan (1964) observa que a economia, enquanto teoria da escolha, trata de um falso problema na categorização das estruturas de mercado. Assim, quando se fala de mercado em concorrência perfeita, com agentes homogêneos e tomadores de preço, sem capacidade de influenciar o equilíbrio de mercado, não existe, de fato, concorrência, tampouco individualismo metodológico. O mercado, diz Buchanan, não é competitivo por hipótese ou construção, mas sim se torna competitivo. O indivíduo não apenas responde a

estímulos externos de modo mecânico, mas a constante pressão concorrencial promove a emergência de um processo competitivo que orienta e limita a ação individual e cria a solução para a questão da coordenação através de ajustamentos, contratos, acordos, confiança, negociações, sem a existência de regras exogenamente determinadas e impostas. Assim, ao invés de enxergar o mercado como um mecanismo computacional e um meio de transmissão de informação alternativo, entre outros possivelmente existentes (como o Estado), Buchanan (1964) propõe que os economistas passem a entender o mercado como um arranjo institucional que emerge a partir das trocas promovidas pelos diferentes indivíduos que cooperam buscando alcançar cada um seu próprio objetivo.

O alerta de Buchanan (1964) começa com a constatação de que, com o tipo convencional de preocupação em mente, os economistas não são capazes de discernir de quem é a decisão de maximização: indivíduos, comunidade, igreja, sociedade, etc, ou seja, sem poder estabelecer o limite de quais unidades maximizam algo, acabam caindo, sem perceber, na armadilha da agregação vazia de significado. Mesmo economistas de cunho liberal e defensores do individualismo, como Knight, Friedman e o próprio Robbins, diz Buchanan (1964), poderiam tentar se safar dessa dificuldade dizendo que a sociedade que resolve seu problema econômico-alocativo deve ser entendida como um grupo de indivíduos que se organizou e concordou em resolver seu problema econômico de determinada maneira; falhariam, porém por não conseguirem solucionar a questão de como se define a função social de bem estar, nem de como tal arranjo ou acordo é alcançado.

Buchanan (1964) também expõe que o entendimento da ciência econômica como o estudo da alocação de recursos escassos entre fins alternativos, com a ênfase na maximização de determinada função objetivo, faz com que os economistas acabem se engajando em meros problemas computacionais, tornando a economia um simples ramo da matemática aplicada; a diferença entre a economia e a engenharia residiria, assim, no momento de revelação e disponibilidade da função a ser maximizada. Além disso, a ciência da escolha se confronta com um paradoxo: a partir de quando a função de utilidade do indivíduo é conhecida, o problema de maximização pode ser resolvido por um computador, e a escolha se torna puramente mecânica; nesse caso, não há escolha entre diferentes alternativas propriamente dita, e um computador pode resolver todo o problema de um

indivíduo que conheça sua função utilidade. A escolha robbinsiana é, assim, um deslocamento do problema econômico.

A economia ortodoxa, tipificada no arcabouço neoclássico tradicional, reserva à concorrência o estatuto teórico de estrutura estática que fornece determinados resultados que deverão ser julgados por comparação com o que é definido *ex-ante* como desejável e detentor de certas características. Aqui, faz sentido se falar de “falhas de mercado” e se proporem correções que levem ao resultado final “ótimo”. Mas, para a *mainline economics*, a concorrência é o processo de criação, percepção e exploração de oportunidades de ganhos. Por isso, Buchanan fala que o movimento da economia neoclássica é responsável pela mudança da ênfase “from the exploitation of potential gains-from-trade to the attaining of specifically defined results” (Buchanan, 1969, p. 17).

Assim, ao invés de propor a regulação e controle de preços, quantidades e práticas tipicamente concorrenciais, os economistas deveriam adotar o que Buchanan (1969) chama de “política Smithiana”, caracterizada pela ênfase na preocupação de se aumentar a possibilidade de trocas mutuamente benéficas e exploração de oportunidades de ganhos, além da melhoria do grau de coordenação entre os indivíduos, através do funcionamento “cristalino”, por exemplo, do sistema de preços, bem como a existência de um arcabouço institucional que faça com que o comportamento individual possa também promover o interesse alheio como consequência não-intencional.

James Buchanan constrói sua economia constitucional com o objetivo de realizar uma análise institucional comparativa. Em sua perspectiva, o economista deve avaliar qual a plataforma institucional que melhor permita a convivência pacífica entre os diversos indivíduos, de modo a se resolver o problema levantado há séculos por Hobbes sem que haja a necessidade do Leviatã, tampouco a mudança moral do ser humano. Por isso, do ponto de vista do projeto de pesquisa buchaliano, é conveniente que a avaliação do arcabouço institucional aconteça no cenário em que seja mais difícil derivar a convivência harmoniosa em sociedade. Assim, Buchanan usa como argumento estratégico o construto teórico do homem econômico com o objetivo de elaborar uma espécie de exercício mental que lhe permita verificar qual o conjunto institucional capaz de converter o pior cenário,

qual seja, a sociedade formada por indivíduos puramente egoístas, em um produto benéfico, uma sociedade com alto grau de coordenação e cooperação simbiótica.

Do ponto de vista do norte-americano, pode-se entender que muitos tipos de arranjo social ou institucional seriam capazes de produzir resultados desejados de paz, segurança, cooperação e prosperidade, desde que a sociedade fosse formada por pessoas benevolentes, caridosas, fraternas. Semelhantemente, se o Estado fosse conduzido por dirigentes preocupados com o bem público e altruístas seria possível se pensar que talvez o “Leviatã benevolente” pudesse conduzir a sociedade de maneira satisfatória.

Contudo, na perspectiva do cientista social e econômico, tais cenários são, em certo sentido, pouco interessantes, já que, de certa maneira, não oferecem grandes questões teóricas a serem enfrentadas, tampouco são resistentes a problemas nas hipóteses bastante restritivas sobre o comportamento e a motivação dos agentes, sejam privados, sejam públicos. A questão que se coloca, então, é: diante da mudança naquelas hipóteses motivacionais e comportamentais, quais sistemas permanecem de pé?

Para Buchanan, modelos como o keynesiano ou socialista não se mostrariam robustos, pois quando se substitui aquele tipo de suposição restritiva pela construção a partir do homem econômico, seus benefícios desaparecem. Por isso sua crítica ao crescimento do tamanho e do escopo da ação estatal, especialmente nos EUA no período pós-guerra. Essa crítica assume, em particular, duas formas: o problema dos déficits crônicos e o problema do *rent seeking*.

Na visão de Buchanan (e.g. Buchanan e Wagner, 2000), a utilização do homem econômico na interpretação dos fenômenos de economia política nos EUA no período pós-guerra leva à conclusão de que o keynesianismo democrático conduz de forma persistente ao problema do déficit público. Tal posição é crítica sobretudo da teoria das finanças funcionais, que trazia subjacente a ideia de que o agente público atuaria preocupado com o bem-estar geral e de acordo com o conselho “cientificamente neutro” do economista.

Ao contrário, portanto, do keynesianismo e, em particular, da teoria das finanças funcionais, na perspectiva oferecida pela *constitutional economics* aplicada a este caso específico, o político prefere tomar decisões que lhe rendam dividendos políticos como, por exemplo, manter de forma persistente gastos elevados e tributos baixos, de

maneira a garantir emprego e produção em níveis altos e, possivelmente, deixar seu sucessor com espaço limitado de ação, especialmente se for de um grupo político rival. Por isso, dar poder discricionário ao agente público na esperança de que, em busca do bem geral, ele saiba o que fazer e deseja fazê-lo, não pode ser admitido. Aceitar a benevolência do político é uma hipótese por demasiado restritiva.

Por isso, para Buchanan e a *constitutional economics* a preocupação deve estar sobre a capacidade das instituições promoverem o bem público. Um sistema dotado de uma apropriada estrutura institucional é robusto, na medida em que, mesmo que adotado o pior cenário para a motivação do político, ele não cai por terra. Isso, na visão de Buchanan e seus pares, não aconteceria, por exemplo, com o keynesianismo democrático e a teoria das finanças funcionais.

Daí que boa parte da atuação pública de Buchanan, a partir da ideia de que “os políticos também são auto-interessados”, passa pela defesa da constitucionalização do equilíbrio orçamentário (Buchanan e Wagner, 2000) e da política monetária (Buchanan, 2009), de maneira que independentemente da motivação dos envolvidos no poder político discricionário e de seus interesses de curto prazo, o sistema econômico possa funcionar bem no longo prazo.

O crescimento do tamanho do Estado e de seu escopo também gerou outros problemas na visão buchiana, com destaque para o *rent seeking* (Buchanan, 1980). *Rent seeking*, explica Buchanan (1980), é um termo que diz respeito à situação em que há impedimentos à livre entrada de competidores, o que não permite que, através do processo de mercado, uma escassez “artificial” seja esgotada pelo movimento de agentes em busca da exploração dessa oportunidade de ganhos, numa clara abordagem kirzneriana de atividade empresarial.³³ O *rent seeking* em si é o comportamento visto nesse tipo de cenário, em que recursos escassos são utilizados não para se realizar o ajuste de quantidade e preço rumo ao que aconteceria caso existisse livre concorrência, mas sim para se tentar garantir, através da ação estatal e por mecanismos fora daqueles associados ao mercado

³³ Apesar de esta ser a forma mais usual de *rent seeking*, não é a única, segundo Buchanan (1980). O autor fala também, por exemplo, do caso em que a atuação estatal se dá através da interferência no processo de mercado para que o preço corrente fique abaixo daquele que seria o competitivo, o que também gera oportunidades para comportamento de tipo *rent seeking* – mas, nesse caso, referente à dificuldade artificialmente criada para a entrada de novos demandantes.

competitivo, que barreiras à entrada sejam mantidas (se o agente for o que detém o direito à renda), ou que essas rendas possam ser capturadas (se o agente for o que ainda não detém o direito à renda). De qualquer maneira, o relevante é que, apesar do sinal da escassez relativa de certo bem ser mantido, a entrada no oferecimento desse bem é barrada, o que gera modos não competitivos de se tentar capturar essa renda. Os recursos escassos utilizados na busca da renda pelas maneiras não competitivas deixam de ser aplicados diretamente na ampliação da oferta daquele bem.

No estudo do problema de *rent seeking*, transparece nitidamente a análise institucional comparativa e a economia política robusta de Buchanan. No cenário competitivo, o processo de mercado tende a ampliar a oferta, fazer cessar as rendas e promover o desenvolvimento econômico. Já no cenário com o Estado com escopo ampliado, há o bloqueio do processo de mercado, do aumento da oferta e do desaparecimento da renda, impedindo o desenvolvimento que teria sido alcançado no caso alternativo.

Além disso, é explícito em Buchanan (1980) que o homem econômico, o pior caso de motivação, se imerso numa plataforma institucional típica do livre mercado irá produzir, como consequência não intencional de sua ação, resultados benéficos, como o aumento do grau de coordenação do sistema econômico e o desenvolvimento econômico. Ao contrário, o mesmo homem econômico atuando agora a partir de uma plataforma institucional em que o escopo da ação estatal seja ampliado a ponto de barrar o funcionamento satisfatório do processo de mercado, produzirá, como consequência não intencional de sua atuação, desperdício de recursos, ao agir não no sentido de diminuir a escassez de determinado bem na economia. Em suma, na visão de Buchanan (1980), a conjugação de homem econômico (pior cenário) com instituições de mercado produz bons resultados, mas homem econômico com outro arcabouço institucional produz maus resultados.

É por isso que Buchanan defende o uso do homem econômico na análise comparativa institucional. É apenas com esse *hard case*, de indivíduos egoístas, que se

pode avaliar corretamente qual a melhor plataforma institucional para a sociedade.³⁴ E é precisamente nas instituições do livre mercado e da limitação do poder público que Buchanan encontra aqueles resultados desejados.

1.3.3. Ignorância, instituições e competição: a mainline economics de Hayek

F. A. Hayek talvez seja um dos principais representantes da *mainline economics*. Horwitz (2001) expõe que compreensão do tipo de argumentação presente na linha constituída por Smith, Menger e Hayek precisa ter a atenção sobre o tripé formado pelos seguintes elementos: o conhecimento incompleto e inarticulado, o conjunto institucional que leva cada agente a se aproveitar do conhecimento difuso e imperfeito de uma miríade de indivíduos, e o modo de surgimento e evolução das instituições.

Como se sabe, Hayek iniciou sua carreira acadêmica lidando principalmente com questões referentes à teoria do ciclo econômico e monetária, tanto que veio a travar um intenso debate com Keynes e Sraffa na primeira metade dos anos 1930, especialmente. Um marco importante na trajetória do austríaco aconteceu no ano de 1937. De acordo com Caldwell (1988a), o artigo *Economics and Knowledge* (Hayek, 1937) marca a “transformação de Hayek”, uma ruptura do austríaco com seus trabalhos anteriores no sentido de que é a partir daí, na visão do autor, que o austríaco rejeita de maneira mais definitiva a utilização do conceito de equilíbrio, ao menos no sentido usualmente tratado pelos economistas, em suas teorias. A negação da análise equilibrista se deveria ao crescente interesse do austríaco, também transparecido no artigo de 1937, no problema da coordenação entre os agentes possuidores de conhecimento imperfeito e incompleto como objeto central de estudo do cientista social, para o que aquele instrumental pouco contribui, na visão de Hayek.

De acordo com Caldwell (1988a), a inserção de Hayek no debate sobre a possibilidade do cálculo econômico socialista teria motivado essa transformação. A suposta

³⁴ O homem econômico buchaniiano se aproxima do homem econômico de tipo psicológico, ao invés do de tipo lógico, na classificação que Fonseca (1988) faz a partir de Robbins. O homem econômico de tipo psicológico é egoísta e hedonista, ao passo que no de tipo lógico a ênfase se coloca não nessas características, mas na lógica racional de escolha, independente de quais sejam os fins.

derrota de Mises em seu embate com Oskar Lange e outros “socialistas de mercado” dentro de uma plataforma marginalista teria levado Hayek a buscar reformular de forma radical o argumento em favor do livre mercado. Daí seu movimento em direção aos problemas de coordenação e de conhecimento, e a consequente conclusão da superioridade dos princípios de mercado sobre os do planejamento estatal para a organização da sociedade.

Ora, a aceitação de conhecimento imperfeito, incompleto, subjetivo e disperso era incompatível com a análise marginalista e de equilíbrio até então amplamente difundida nos círculos de economistas. O que Caldwell (1988a) chama de “transformação de Hayek” é esse abandono do instrumental usual do economista, particularmente o conceito de equilíbrio (que o próprio Hayek anteriormente teria defendido), rumo a uma abordagem que adota a hipótese de conhecimento imperfeito por parte dos indivíduos e que vê o mercado como um processo competitivo de criação, descoberta e experimentação, provocado pela participação de Hayek no debate sobre o cálculo econômico socialista e tipificado em seu artigo de 1937.³⁵

Lewis (2009), em texto acerca do projeto de pesquisa hayekiano, procura mostrar que no artigo de 1937, Hayek busca questionar a capacidade explicativa da teoria econômica convencional.³⁶ Para o austríaco, não era satisfatória a maneira como os economistas usualmente lidavam com o problema do conhecimento, ou mais especificamente, com a questão de como era possível que as pessoas se utilizassem do conhecimento umas das outras numa economia sem controle central. Em 1937, Hayek levantou dois problemas epistemológicos à teoria econômica, relacionados à subjetividade

³⁵ Avaliando o conjunto da obra de Hayek, Caldwell afirma: “[f]or most of his life (...) Hayek never rejected equilibrium theory; He always insisted that it was good for *certain* uses. But, in most cases, he criticizes the way it was actually being used by economists. In particular, he felt that it led people to draw the wrong conclusions about the nature of the market process” (Caldwell, 2004, p. 226, grifo no original). Caldwell não chega a falar de toda a vida de Hayek porque, ao estudar um artigo do austríaco de 1981, escrito em comemoração ao meio século de seu *Prices and Production*, Caldwell encontra que “[i]t is clear (...) that he rejected here *even his own definition of equilibrium* (...) as useful for understanding how the price system continually guides the formation of capital stock. At a minimum, the paper suggests that, by the end of his life, hayek’s commitment to equilibrium theory as a metaphor for capturing the essence of the market process had reached its lowest point” (Caldwell, 2004, p. 227 grifos no original). Com isso, Caldwell chega a levantar a discussão, por ele associada a Ulrich Witt, da possibilidade de incompatibilidade entre a obra mais madura de Hayek, crítica do equilíbrio e centrada no estudo das questões envolvendo o conceito de ordem espontânea, e suas contribuições anteriores, envolvendo o estudo dos ciclos econômicos.

³⁶ Os parágrafos seguintes, nos quais se investiga o avanço do projeto de pesquisa hayekiano, são bastante baseados no texto de Paul Lewis (2009).

do conhecimento bem como à sua dispersão. Em sua visão, o conhecimento relevante às pessoas não pode ser considerado objetivo, direto, mas sim subjetivo, já que o conhecimento objetivo é, de certa forma, convertido em percepção subjetiva do indivíduo. Assim, o conhecimento “externo” possuído pelo economista é diferente daquele detido pelos indivíduos e que é, portanto, o relevante na tomada de decisão.

Além de subjetivo, o conhecimento, segundo Hayek no artigo de 1937, é disperso, difuso, pela sociedade, com cada pessoa detendo não mais do que uma fração do conhecimento total existente. Mais do que isso, o conhecimento social total não só não está concentrado, ele simplesmente não pode ser concentrado, detido, por uma só pessoa ou comitê. Há, portanto, em Hayek uma divisão do conhecimento social análoga à divisão do trabalho smithiana.

Tendo apontado os dois problemas de caráter epistemológico à teoria econômica, em Hayek (1937) se encontra uma reformulação do conceito de equilíbrio. Para o austríaco, existem dois tipos de equilíbrio, quais sejam, o individual e o geral. Para que aconteça o equilíbrio individual, é necessário que a pessoa tenha estabelecido um plano coerente e compatível com seu conhecimento (subjetivo), de modo que um indivíduo racional está sempre em equilíbrio (individual).

A passagem do equilíbrio individual para o equilíbrio geral, no entanto, não é elementar, no sentido de não ser derivada da simples agregação dos equilíbrios individuais. Para que se dê tal passagem, na perspectiva de Hayek (1937), é preciso que os diversos planos individuais de equilíbrio sejam compatíveis uns com os outros, no sentido de que as expectativas sobre o futuro sejam compartilhadas pelas pessoas e que os planos de um indivíduo não atrapalhem, não fujam do que os outros preveem que este indivíduo faça.

A despeito dessa dificuldade, a existência de algum grau de coordenação na sociedade descentralizada pode ser atestada empiricamente e isso mostra, para Hayek, que há uma espécie de tendência ao equilíbrio, ou seja, de alguma maneira há um movimento a conduzir ao atendimento daqueles requisitos necessários ao equilíbrio geral – papel do

processo de mercado, ou melhor, da competição, que é um procedimento de descoberta de novo conhecimento (Hayek, 1968).³⁷

O problema é que a teoria econômica convencional, na perspectiva hayekiana, é incapaz de explicar como isso acontece, já que assume como existente o que, na verdade, deveria esclarecer: como se dá o crescimento da correspondência entre conhecimento objetivo e conhecimento subjetivo e como as expectativas dos indivíduos se tornam progressivamente compatíveis. Como diz Prado, ao estudar Hayek (1937):

Hayek (...) considerou esse modo de pensar como tautológico, associando-o à decisão prévia, que despontara na teoria econômica de Walras principalmente, de transformar a Economia Política num ramo de aplicação da análise matemática pura e da lógica dedutiva (...). [A]o invés de mostrar que o sistema econômico tende para o equilíbrio, essa abordagem, devido a uma opção de procedimento, escolhe analisá-lo em equilíbrio, assumindo aquilo que deveria mostrar e cometendo uma petição de princípio (Prado, 2003, p. 199).

Hayek vai então buscar aprofundar o fundamento ontológico para sua crítica epistemológica à teoria econômica. Assim se pode entender, segundo a leitura de Lewis (2009), como seu livro de psicologia teórica, *The Sensory Order*, pode ser encaixado no projeto de pesquisa mais amplo do austríaco.³⁸ Nele, Hayek explica que a mente humana é um sistema de classificação dos estímulos sensoriais a partir de regras aprendidas ou herdadas culturalmente. A partir disso, pode-se derivar a base ontológica da crítica epistemológica de Hayek.

³⁷ A existência de coordenação e ordem pode ser comprovada empiricamente no sentido de existirem regularidades, cadeias sistemáticas de causa e efeito e a emergência de ordem no sistema econômico (e. g. Mises, 1960), tudo isso sujeito ao escrutínio do economista que, na perspectiva da *mainline economics*, deve atuar como um estudante da sociedade, das cadeias sistemáticas de causa e efeito, de como suas instituições evoluem e permitem a coordenação entre os indivíduos, em consonância com a ação estatal típica de um árbitro, buscando fazer cumprir as regras e instituições em prática numa sociedade (Coyne e Boettke, 2006). Em oposição à ação do economista como estudante, Coyne e Boettke (2006) falam dele atuando muitas vezes como uma espécie de “salvador” com a ambição de propor recomendações ao governante para que este possa intervir com vistas a atender certos objetivos de política econômica – um distorção, segundo eles, provocada principalmente a partir do pós-guerra com a criação de instituições como o Banco Mundial e o FMI e o crescimento do papel do Estado como um *player* na economia e na construção de instituições.

³⁸ Como percebe Lewis (2009), ainda que *The Sensory Order* tenha tido seu núcleo construído por Hayek nos anos 1920 (antes, portanto, de seus escritos em economia, ainda que sua publicação tenha acontecido apenas em 1952), se observarmos o conjunto de obras do austríaco de uma perspectiva mais ampla, notamos que ele pode se enquadrar, do ponto de vista de desenvolvimento das ideias, depois de 1937, ao oferecer um sustentáculo às críticas à teoria econômica.

Em primeiro lugar, em *The Sensory Order* Hayek (1976c) argumenta que o conhecimento possuído pelo indivíduo não pode ser exatamente correspondente à realidade objetiva. A relação entre o indivíduo e o mundo exterior é mediada por seus sentidos e por sua mente, que é um sistema de regras abstratas de classificação e, portanto, interpretação. É a essa estrutura sensorial “organizada” que o indivíduo tem acesso para conhecer o mundo exterior, e não ao mundo propriamente dito.

Em segundo lugar, as regras de classificação não são plena e universalmente detidas e partilhadas, mas são resultado da cultura em que a pessoa cresceu e habita, bem como de sua própria trajetória particular, que atua no estabelecimento, adaptação e evolução daquelas regras. Claro que, em alguma medida, as regras mentais são socialmente compartilhadas (caso contrário sequer haveria a possibilidade de sociabilidade), contudo cada indivíduo recebeu diferentes estímulos ao longo da vida e herdou culturalmente distintas regras de interpretação. Assim, por cada indivíduo ter sido exposto a sensações únicas, que produzem diferentes regras de classificação e interpretação, cada um compreende o mundo de maneira singular. Com isso, cada pessoa contempla diferentes realidades ou facetas do ambiente, capturando e interpretando distintos aspectos do mundo e possuindo, por isso, uma fração do conhecimento total existente na sociedade. Daí ser possível, a partir de Hayek, dizer que o conhecimento social total, além de subjetivo, é difuso, disperso entre as pessoas.

Dada a base ontológica da noção de que o conhecimento é difuso e subjetivo, a questão a ser enfrentada, do ponto de vista do desenvolvimento do programa hayekiano, diz respeito à maneira pela qual se dão a descoberta e utilização do conhecimento. Aqui entra, novamente, o papel das regras e instituições na economia hayekiana. No clássico artigo de 1945, *The Use of Knowledge in Society*, Hayek mostra que em uma economia marcada não só pela divisão do trabalho smithiana, mas também pela divisão do conhecimento, o sistema de preços possui papel central na coordenação das atividades dos indivíduos através da descoberta e utilização de conhecimento difuso e subjetivo, bem como na tendência à compatibilização das expectativas. Na perspectiva de Hayek, o sistema de preços é como que um sintetizador do conhecimento relevante ao agente de determinado mercado. As mudanças nos preços relativos, provocadas pela ação dos indivíduos com base em seu

conhecimento particular, são a maneira pela qual acontece a transmissão do conhecimento relevante e a adaptação de uma miríade de agentes a alterações na escassez relativa de certo bem que, geralmente, são de origem ignorada.

O texto de Lewis (2009) que tem sido usado para esclarecer o projeto de pesquisa hayekiano ao longo destes parágrafos estabelece uma interessante distinção entre duas maneiras sequenciais pelas quais alterações no sistema de preços levam a adaptações no conhecimento e, portanto, nas expectativas e ações individuais. Em primeiro lugar, eles entram na formação das expectativas dos agentes, transmitindo conhecimento particular sintetizado sobre a escassez relativa dos bens e sobre oportunidades de ganhos não exploradas. Em segundo lugar, os preços são necessários ao cálculo econômico que dita a existência de lucros ou não em certa atividade, o que comandará o comportamento no período seguinte. Nesse sentido fica clara a conexão entre Hayek e a teoria da atividade empresarial de Israel Kirzner (e.g. 1973, 1999).

Em Hayek o mercado é um processo de importância seminal para a coordenação das pessoas que vivem em um ambiente econômico complexo. Ele transmite informações sobre as condições particulares e locais de cada produto, de cada ramo de produção ou consumo, em quantidade e especificidade que jamais poderiam ser captadas e processadas por uma mente humana particular, ou comitê planejador central. O mercado é um grande transmissor de conhecimento e, nesse sentido, ocupa um lugar de destaque entre as instituições de uma sociedade livre.

Para Hayek (e.g. 1968), a concorrência é um conceito colocado em contraposição à visão tradicional de concorrência como mera estrutura de mercado “estática”, ou, nas palavras de Mario Possas, como uma imagem “pacífica (e inerte) desenhada pelo neoclassicismo” (Possas, 1989, p. 55), que tem sua riqueza teórica e analítica escamoteada pela hipótese *ceteris paribus*, que neutraliza o papel ativo dos participantes do mercado e as novidades que a concorrência pode trazer, deixando a ela apenas um papel “passivo” de ajuste a condições dadas de oferta e demanda (Possas, 1989, cap. 2). Na visão da *mainline economics*, ao contrário, a concorrência deve ser entendida como processo de mercado que ocorre ao longo do tempo num ambiente complexo,

potencial gerador de desequilíbrios e frustrações de expectativas causadas por decisões equivocadas por parte dos agentes.

Talvez o mais relevante seja que no processo de mercado, onde as decisões são tomadas de forma descentralizada, acontece a criação, descoberta e utilização de conhecimento novo sobre as condições particulares e locais da economia. Vale dizer, na tentativa de obter maior vantagem em relação a seus concorrentes, o empresário busca novos conhecimentos do mercado em que atua, da demanda com que lida, além de introduzir novas técnicas de produção e novos produtos e estar alerta a quaisquer novas oportunidades de lucros. Esse novo conhecimento só surge por causa da inserção e competição dos agentes no processo de mercado. E os resultados desse processo não são passíveis de previsão, na medida em que seus rumos e resultados vão sendo construídos ao longo do próprio processo, com a passagem do tempo.³⁹

A etapa seguinte do desenvolvimento do pensamento hayekiano, cujo marco pode ser seu livro de 1960, *The Constitution of Liberty*, seguido pela trilogia *Law, Legislation and Liberty* (1973a, 1976, 1979), é mostrar que além do sistema de preços, outras instituições também são importantes na promoção da tendência ao equilíbrio (entendido como compatibilização de planos) e do aumento do grau de coordenação da economia descentralizada através da descoberta e transmissão de conhecimento.

O austríaco evidencia a existência de instituições e regras socialmente herdadas e transmitidas não só referentes à classificação dos estímulos sensoriais, como dito anteriormente, mas também relativas à conduta e ao conhecimento tácito, adicionando, assim, uma nova dimensão ao conceito de conhecimento – além de difuso e subjetivo, ele é também, ao menos em parte, tácito, no sentido de que não pode ser verbalizado e explicitado, sendo, muitas vezes, ignorado por seu próprio detentor.⁴⁰

³⁹ Sobre o caráter criativo e não-teleológico do processo de mercado, ver Buchanan e Vanberg (1991).

⁴⁰ Andrade (2004) estuda a noção de conhecimento tácito em Hayek. Autores como Vaughn (1999) e Runde (1997) também destacam o papel complementar que outras instituições, além do sistema de preços, tem no aumento do grau de compatibilização de planos e coordenação – o que não significa, obviamente, que o sistema de preços possa ser substituído na transmissão de sinais de mercado e no cálculo econômico: “[p]rice relations alone tell the entrepreneur where return sufficiently exceeds costs to make it profitable to devote limited capital to a particular undertaking. Such signs direct him to an invisible goal, the satisfaction of the distant unknown consumer of the final product” (Hayek, 1988, p. 100).

A economia hayekiana, assim como dos principais adeptos da *mainline economics*, é a economia do processo de mercado. Como destaca Lewis (2009), Hayek substitui o conceito de equilíbrio pelo de ordem, que emerge a partir da adesão a certas regras e instituições de caráter evolucionário e do processo de mercado que produz o crescimento do conhecimento e a progressiva compatibilização de planos individuais, o que se resume no conceito de ordem catalática.

A abordagem institucional e evolucionária de Hayek é reflexo da sua preocupação com o caráter dinâmico, mutável e adaptativo das ordens sociais que emergem da interação entre indivíduos. Aqui jaz uma distinção fundamental entre Hayek e a teoria neoclássica representada pela abordagem do equilíbrio geral na linha de Arrow e Debreu.

Hayek (como explicitam Boettke e Leeson, 2004), assim como os economistas austríacos em geral, apresenta uma economia política robusta com relação às hipóteses epistemológicas e de informação que adotam, que são de tipo *worst case*. Sua construção teórica envolve indivíduos que possuem não mais que fragmentos do conhecimento social total, e que erram e se adaptam a um mundo e ao conhecimento detido em permanente mutação. Como se sabe, é precisamente a partir do problema do conhecimento que Hayek vai defender a supremacia da economia de mercado e suas instituições em relação à economia centralmente planejada – esta não exhibe a robustez que aquela apresenta diante do pior cenário. Aliás, na interpretação de Boettke e Leeson (2004), o resultado do debate do cálculo econômico socialista foi a vitória dos austríacos Mises e Hayek não só por mostrarem que a economia política do liberalismo era robusta diante do pior cenário, mas também por concluírem que mesmo no melhor cenário o socialismo seria impossível.

Ao assumir hipóteses de pior cenário para testar a robustez do sistema econômico, os autores da *mainline economics* se afastam do tipo de teorização proposta pela economia ortodoxa, ao mesmo tempo em que seus resultados encontram no sistema de livre mercado a maneira de se promover a sociabilidade humana. Vale dizer, ainda assumindo hipóteses de tipo *worst case*, o sistema de que tratam autores como Hayek e outros ligados à *mainline economics* fica de pé, diferentemente do que acontece, por exemplo, com aqueles associados à quebra de algumas hipóteses do modelo de equilíbrio geral competitivo, como no caso da contribuição de autores como Stiglitz e Kahneman.

1.4. Considerações finais

O ensaio procurou mostrar que a não utilização da ferramenta típica da maioria dos economistas, o equilíbrio, na teorização econômica não implica a adoção de uma postura política intervencionista ou de transformação do sistema econômico.

A *mainline economics* foi apresentada como um projeto de pesquisa que não se identifica como apenas uma escola de pensamento. Ela se refere à problemática, abordagem e explicação que tem sido características de diversos pensadores econômicos ao longo do desenvolvimento da disciplina. Como visto, a *mainline economics* adota a abordagem do processo de mercado em detrimento do equilíbrio. Com isso, consegue incorporar em seu construto teórico conceitos como mudança evolucionária, incerteza, consequências não-intencionais e emergência de ordens espontâneas. Nesse sentido, ela consegue ser uma abordagem bastante distinta da economia ortodoxa, que apresenta dificuldade de conciliar de forma satisfatória o conceito de equilíbrio com a passagem real do tempo, que traz novidades e mudanças estruturais.

Mais do que isso, sob a ótica da *mainline economics* a ênfase é colocada no processo de mercado, ao invés de nos estados finais de equilíbrio, ou então na trajetória teleológica rumo a um ponto atrator pré-determinado. A racionalidade, que na economia ortodoxa é tida como propriedade dos indivíduos, na *mainline economics* é considerada como propriedade do processo de mercado ou ordem espontânea que surge por um processo evolucionário de instituições, regras e comportamentos. Vernon Smith propõe um conceito de racionalidade ecológica, “an emergent order based on trial-and-error cultural and biological processes” (Smith, 2002, p. 552).

Conforme apresentada, a *mainline economics* pode ser definida pelo método aplicado em oposição à economia ortodoxa (e nisso inclui o tipo de explicação) bem como o objeto de estudo. Ao se pensar, por exemplo, na obra de Kirzner, pode-se entendê-la como tratando do mesmo objeto da economia neoclássica convencional, ao tentar fechar uma lacuna teórica do modelo Arrow-Debreu – como se dá o movimento ao equilíbrio em uma economia de tomadores de preço? Por outro lado, Buchanan, por exemplo, enfatiza sua

discordância do objeto mesmo convencionalmente tratado pelos economistas, geralmente lidando com escolha maximizadora, propondo uma ênfase maior no processo de trocas espontâneas que levam à formação de uma ordem emergente.

A heterodoxia econômica encontra no Brasil um espaço privilegiado para seu desenvolvimento. É um pressuposto deste capítulo que um economista heterodoxo deva ser identificado muito mais pelo tipo de argumento que apresenta e pelo modo de abordagem do objeto econômico, distintos da economia ortodoxa, do que por uma ou outra postura política.

2. A escola austríaca e a importância da história do pensamento econômico e do pluralismo metodológico

2.1. Introdução

A história do pensamento econômico (HPE) é o campo de conhecimento do economista permanentemente posto em xeque em termos de sua relevância e necessidade (Tolipan, 1989). Sua existência só é aceita pela maioria da profissão na medida em que sirva como relato da trajetória pré-determinada, teleológica, da ciência ao estado atual, tido como conhecimento correto, verdadeiro. O processo de erro e acerto vivenciado pelas gerações anteriores serviria, então, como a história da imperfeição do passado, da trajetória progressista do conhecimento científico, em que cada acerto passa a ser incorporado ao estado atual da ciência.

Foley (2009) observa que os principais teóricos da ciência econômica, quando se aventuram a escrever sobre HPE, acabam por fazer *Whig history*, o tipo de história que, na sua definição, “reads back the presumptions of current scholarship into the old texts” (Foley, 2009, p. 27). O mesmo Foley (2009) atribui a Sraffa a constatação de que quando a modelagem matemática e estatística detém papel proeminente como ferramentas livres de erros se aplicadas ao entendimento dos fenômenos sociais, a história da ciência acaba por se tornar “submerged and forgotten” (Foley, 2009, p. 28), já que quando se atinge um conhecimento superior, a história de como se chegou a ele se torna desnecessária.

Semelhantemente, a metodologia da economia costuma ter valor reduzido para a maior parte da profissão. Os argumentos contra tal área do conhecimento do economista variam entre a simples irrelevância e a arrogância e intrusão que marcariam o comportamento de seus praticantes diante do trabalho dos verdadeiros cientistas econômicos (Hoover, 1995). Subjacente a este julgamento está a ideia de que o papel que a metodologia atribui a si é o de ditar regras de boa ciência e delimitar o que é científico ou não na disciplina.

O presente ensaio procura mostrar que argumentos construídos a partir da contribuição de autores ligados ao que Boettke (2007) chama de *mainline economics*, e

mais especificamente à escola austríaca, podem fornecer justificativas tanto para o estudo da HPE, de que trata a seção 2, quanto para uma posição pluralista em economia, tema da seção 3, ambos os elementos importantes para o próprio avanço e ganho de prestígio da *mainline economics* e do austrianismo. Para isso ele possui, além desta introdução, duas seções argumentativas, seguidas de uma breve conclusão.

Na seção 2 procuro mostrar que a HPE não deve servir como confirmação da certeza atual detida pela teoria econômica. Ao contrário: ela mostra as batalhas, dúvidas, e a vasta gama de possibilidades de desenvolvimentos teóricos que podem surgir em cada ponto do tempo histórico de nossa profissão. Não deve se contentar em mostrar como este ou aquele pensador contribuiu para o estado atual do conhecimento, mas sim apontar sua força teórica, os desdobramentos possíveis de suas contribuições e as limitações do arcabouço que erigiu. Dessa forma, o papel e a relevância da HPE na formação de um economista estão longe da mera curiosidade histórica ou da maneira como o processo de tentativa e erro do passado trouxe a ciência econômica a um estado mais próximo da verdade hoje. Nesse sentido, a construção de uma analogia entre uma teoria econômica sobre o funcionamento dos mercados e o que acontece na ciência econômica pode ser útil para a compreensão deste último movimento. Contudo, ao contrário de Stigler (1982), a analogia que proponho na seção 2 tem como base a contribuição de Israel Kirzner para a teoria do processo de mercado.

Na seção 3 busco me posicionar em favor do pluralismo em economia como uma postura meta-metodológica que deve prevalecer em nossa área do conhecimento. Para isso, apresento rapidamente o programa do pluralismo crítico, associado principalmente ao trabalho de Bruce Caldwell, e mostro que, a partir de um ponto de vista hayekiano, é conveniente que exista espaço para a pluralidade de metodologias de pesquisa na academia de economia. A analogia aqui se dá com o liberalismo que Hayek defendeu para a “Grande Sociedade” tendo em vista tanto o problema do conhecimento quanto a abordagem evolucionária que permeia a obra do austríaco.

Por fim, na conclusão sumário os argumentos apresentados ao longo do ensaio.

Antes, contudo, cabe um esclarecimento: penso na escola austríaca, a que faço alusão já no título do presente ensaio, como a linha de pensamento de Menger, Mises, Hayek, Kirzner e seus seguidores, e concordo com Boettke (1998c) quando este a define a partir do tripé (i) individualismo metodológico e subjetivismo, (ii) ênfase nos processos de mudança e no agente que os desencadeia e conduz, e (iii) atenção ao arcabouço institucional que permite a emergência de uma ordem espontânea. É sobre esse tripé que é erigida a especificidade do austrianismo no pensamento econômico, qual seja, a unificação da abordagem tipicamente econômica da agência individual guiada pelo interesse próprio com a abordagem sociológica preocupada com instituições sociais.

2.2. Os clássicos do pensamento e a postura do economista diante da teoria convencional: uma perspectiva kirzneriana

Nesta seção procuro argumentar que o estudo do pensamento de um grande economista só se justifica na medida em que nele se busquem alternativas ao estado atual da ciência econômica. Os clássicos do pensamento econômico (em sentido amplo) podem contribuir à compreensão das relações entre os homens num certo sistema social, o capitalismo, que, a despeito de suas diversas mutações e características particulares, permanece com traços, digamos, essenciais, que se propagam no tempo e no espaço.⁴¹

Ainda que questões locais certamente influenciem na constituição dos dramas intelectuais que impulsionam os clássicos a refletirem sobre o mundo que os rodeia, isso não implica que não tenham nada a dizer sobre nosso atual estado econômico. Por isso, a utilização dos autores do passado deve ser feita com conhecimento do contexto em que estavam inseridos, mas sem que se perca de vista a possibilidade de conectá-los, de modo direto ou indireto, à realidade corrente através do aproveitamento crítico de suas

⁴¹ Braga (1996) observa que economistas políticos do porte de Marx (livre concorrência/monopolização) e Schumpeter (capitalismo disperso e competitivo/capitalismo trustificado), entre outros, enxergaram a necessidade de se partir para a periodização do capitalismo como maneira de se analisar e compreender seu arranjo e sua dinâmica. Isso, claro, não significa adesão a uma visão etapista ou de trajetória pré-determinada e necessária das economias e das formas de organização social. Em suas palavras, “[é] preciso assumir que o objeto da Economia não é um campo 'autocontido'. Está aberto à história, tem determinações teóricas, mas não se ajusta a determinismos, mecanismos automáticos e formalismos lógicos” (Braga, 1996, p. 121).

construções teóricas. Segundo Tolipan, a HPE “deve recuperar para *analisar e esquecer*; ela deve liberar o atual dos sintomas do passado. Ela deve ser teórica e orientada pelas dificuldades presentes. Num sentido profundo, *crítica e analítica*” (Tolipan, 2002, p. 149, grifos no original).

Certamente não se pode captar o que há de essencial, justa e plenamente, na obra de um grande autor sem recorrer às questões imediatas (teóricas e concretas) que o impulsionaram a tentar fazer avançar a compreensão do sistema que busca desvendar. Esse tem sido um erro comum no estudo da história das ideias em nossa disciplina, qual seja, a descontextualização completa e o corte cirúrgico de conceitos e ideias que possam servir a certo arcabouço teórico estranho ao qual foi originalmente criado. Exemplo típico desse movimento, aliás citado por Tolipan (1989), é o da incorporação da teoria da renda clássica pela teoria marginalista de produtividade e remuneração dos fatores, sem contudo, referir-se ao conceito de excedente ou à divisão de classes que a precediam.

Por outro lado, não se trata de “jogar, da bacia, o bebê junto com a água”. Volto a ressaltar que os clássicos escreveram estimulados por problemas por eles detectados em sua própria época, mas que isso não seja um impedimento à busca, neles, de inspiração e ferramentas para os problemas enfrentados pela profissão hoje. Smith, imerso em uma Escócia atrasada e que vivenciava uma variante peculiar do iluminismo (Cerqueira, 2006), estava preocupado em criticar os fisiocratas ao mostrar que o crescimento da riqueza das nações estava ligado ao grau de divisão do trabalho e ao tamanho do mercado; Ricardo, preocupado com o fechamento do comércio de cereal inglês e seu impacto sobre a taxa de acumulação capitalista, vista como motor do progresso, quando criou a teoria das vantagens comparativas e a explicação da origem da renda da terra;⁴² Marx, em entender de que modo o capital submete de modo cada vez mais intenso o trabalho a seu processo de valorização

⁴² Schumpeter (2006), em sua obra de enorme fôlego e erudição sobre HPE, fala do “vício ricardiano”, que ele define como o hábito de se estabelecer relações entre agregados macroeconômicos tomando como dadas certas variáveis, e erigir, a partir desta base frágil, um enorme edifício de proposições de política econômica que já eram, por assim dizer, buscadas e desejadas *ex-ante* pelo teórico. A questão é que, além de serem frutos de uma pressa para a proposição de diagnósticos e soluções para o mundo concreto (que Malthus, parece, já havia identificado na introdução de seus *Princípios de Economia Política*), e da atribuição de relações espúrias de causa e efeito, elas, se examinadas, revelar-se-ão tautológicas, já que, pelo que é tomado como dado e pelo é tido como variável, o resultado é certo. Assim, diz ele, Ricardo mostrou que os lucros dependem do preço do trigo, de forma irrefutável, porque os lucros “could not possibly depend upon anything else, since everything else is ‘given,’ that is, frozen” (Schumpeter, 2006, p. 448). Segundo ele, ao menos nesta questão de método, Keynes está ao lado de Ricardo, não de Malthus.

de si mesmo, sugando trabalho vivo e procurando, ao mesmo tempo, livrar-se desse empecilho, só para se ver unificado a ele nas crises que este mesmo processo gera; Keynes, em tomar posição em favor do capitalismo como sistema econômico eficiente, em oposição ao planejamento central, ainda que apontasse os problemas trazidos pela valorização exacerbada do indivíduo e do *love of Money*.⁴³ Já Hayek escreveu no clima da guerra fria, em que a disputa entre os sistemas econômicos estava em seu momento máximo, e qual seria o vencedor, na disputa cotidiana, parecia realmente incerto ao “homem da rua”. Mais do que isso, escreveu durante o auge do chamado “Estado de bem-estar social” e das políticas estatais de regulação, controle e “domesticação” da dinâmica capitalista. É nesse clima político que Hayek procura mostrar a superioridade do sistema de mercado em relação às suas alternativas.

A contextualização política e teórica dos autores pregressos é importante na compreensão do pensamento de determinado autor, mas que nisso não se encerre o trabalho do economista praticante de HPE, tampouco se inviabilize o diálogo construtivo teórico entre o presente e o passado. O contexto particular em que cada um dos clássicos da história da profissão escreveu não deve desencorajar a busca, neles, de perguntas, trilhas, pistas e possíveis caminhos que foram deixados abertos ao longo dos desenvolvimentos posteriores. Creio que seja nisso, na busca pela crítica e por caminhos alternativos a partir da força teórica de seu pensamento, que se encontra justificativa e motivação para o estudo da contribuição de um autor de porte.

O austrianismo contemporâneo pode ser visto como uma corrente de pensamento que promove a construção da teoria contemporânea como uma espécie de extensão do passado da ciência econômica. Boettke (2002) percebe que os adeptos da escola austríaca contemporânea fazem um uso instrumentalista da HPE, utilizando o passado para construção teórica atual de sua abordagem – e não devem se envergonhar por isso, diz ele, já que esse tipo de leitura vem servindo não só à economia, mas também às demais ciências humanas em seu desenvolvimento. De acordo com ele, o que os austríacos, em geral, fazem quando realizam uma leitura instrumental da HPE, não é propriamente

⁴³ De acordo com Fonseca (2010), “sua [de Keynes] crítica ao liberalismo não se estende ao capitalismo como sistema econômico” (Fonseca, 2010, p. 432).

história intelectual, que se preocupa muito mais com a contextualização do pensamento de um autor para entender como e por que de seus escritos, mas sim um diálogo entre os autores do passado e os teóricos presentes, trazendo os antigos de volta ao debate. Assim, “older ideas, like contemporary ideas, are examined for their logic and how they fit in the refinement of the basic concepts in economic science” (Boettke, 2002, p. 353).

Ludwig von Mises (1960), ao comentar a relevância do livro seminal de Kirzner (2009), afirma que “[e]ssays on the history of economic thought are to be appreciated not only purely as history”.⁴⁴ Antes, penso, só se pode encontrar utilidade neles ao servirem de instrumento de avaliação crítica do estado atual de nosso conhecimento a respeito dos fenômenos econômicos, a partir da observação e estudo das tentativas realizadas no passado para decifrar o funcionamento da economia, tanto na busca por uma melhor maneira de se delimitar e abordar o objeto, quanto em alternativas ao próprio tipo de raciocínio e interpretação que realizamos.

Nessa perspectiva, a linha divisória entre teoria econômica e HPE acaba por se tornar obscura. Não há uma delimitação clara entre ambos os terrenos. O fazer HPE é, também, fazer teoria econômica. Se se quiser, é fazer a crítica da teoria econômica. A teorização, assim, surge, também “na” e “como” posição crítica à teoria convencional. Como coloca Tolipan a respeito da obra de Sraffa, o sentido da HPE é o “que recusa a função meramente rememorativa e apologética da história do pensamento e a trata como teoria e crítica no sentido forte dos termos” (Tolipan, 2002, p. 148).

De acordo com Boettke (2000), há quatro modos não excludentes de se realizar a leitura dos clássicos. O primeiro é a *Whig history*, nome dado à leitura feita por aqueles vistos como vencedores nos principais debates acadêmicos. O segundo é *contra-Whig history*, a história escrita por aqueles percebidos como derrotados. A terceira é a leitura de *antiquário*, dedicada sobretudo à reconstituição da intenção do autor ao escrever seus textos e com a sua contextualização. Por fim, a quarta é a *instrumental*,⁴⁵ que se preocupa

⁴⁴ Boettke (2002), no entanto, ressalta que a obra de Mises, em geral, parece dar suporte à visão convencional no trato do pensamento econômico progressivo. Já Hayek, ainda segundo Boettke (2002), em seus cursos na London School of Economics procurava utilizar os autores progressivos da disciplina de forma integrada à teoria econômica contemporânea.

⁴⁵ Em texto publicado posteriormente, Boettke (2001) substitui o termo *instrumental* por *opportunistic*.

principalmente com o objetivo do leitor. Boettke (2000) propõe então uma matriz com as quatro células contendo as combinações entre os diferentes modos de se realizar a leitura (*Whig* e antiquário, *Whig* e instrumental, *contra-Whig* e antiquário, *contra-Whig* e instrumental). De acordo com ele, todas estas quatro combinações possuem seu valor histórico, inclusive as de caráter instrumentalista, baseado na argumentação de cunho kirzneriano explicitada abaixo.

Na interpretação de Boettke (2002) é inegável que a escola austríaca contemporânea realiza uma leitura instrumentalista da HPE, trabalhando na aderência da teoria econômica com os membros progressos da tradição. Os *founding fathers* Menger, Böhm-Bawerk e Mises seriam praticantes de *Whig history*, ao passo que Hayek faria uso instrumental do pensamento anterior, ao mesmo tempo em que publicou trabalhos tipicamente *Whig* ao tratar de teoria monetária e ciclo econômico (antes, portanto, do que Caldwell, em 1988, chamou de “transformação de Hayek”). Contudo, após a sua “transformação” (Caldwell, 1988a) e o alargamento de seus interesses rumo à filosofia, ciência política e outros campos do saber, tomou posição, em geral, *contra-Whig*.⁴⁶ Boettke (2001) argumenta que Hayek fazia uso do pensamento progresso com o objetivo de avançar na teorização econômica atual: “he used intellectual history primarily for his present theoretical purpose. To Hayek, doing intellectual history was one way in which one did contemporary theorizing” (Boettke, 2001, p. 120).

Boettke (2000) reconhece que a posição favorável a leituras instrumentalistas ou oportunistas pode causar estranheza aos “puristas” da HPE, na medida em que, em geral, só se reconhece como academicamente válida a leitura de antiquário, que procura apenas recompor a intenção original do autor ou destacar uma antecipação esquecida na história do pensamento, o que acaba por tornar de valor reduzido para os estudantes de economia a dedicação à HPE. Um dos principais nomes da escola austríaca contemporânea, ele conta que por seu trabalho ser repleto de referências a autores considerados clássicos na economia, ele pode ser tido, pela convenção da profissão, como um historiador do pensamento ou qualquer coisa do tipo, tudo exceto um teórico. A despeito disso, ele próprio

⁴⁶ “Hayek is best appreciated as an opportunistic reader of the history of political, philosophical, and economic thought, and one who waffles between a Whig and contra-Whig perspective in his readings” (Boettke, 2001, p. 126).

se considera um teórico em economia e economia política. A diferença de opiniões a que Boettke (2000) se refere pode ser atribuída à percepção, pela maior parte da profissão, de que há um processo que Arida (1983) chamou de superação positiva: tudo o que havia de relevante nos pensadores econômicos do passado foi incorporado ao estado presente da teoria, está contido na fronteira do conhecimento. Desta forma, o estudo das idéias pode ser feito, mas de modo desconexo da realização da pesquisa teórica na fronteira do conhecimento.

Para Boettke (2000), porém, não se deve desprezar a possibilidade de que a profissão tenha cometido equívocos, que conhecimento precioso tenha se perdido ao longo do tempo, ou que soframos do que ele chama de “memória insuficiente” - o que faz lembrar a “espessura temporal reduzida” com a qual Arida (1983) qualifica a fronteira do conhecimento na concepção *hard science* que domina a ciência econômica.

A constatação de Boettke (2000) é que na perspectiva convencional, por ele identificada sobretudo com o trabalho de George Stigler, é possível se fazer uma analogia do “mercado” de ideias com o mercado competitivo eficiente normalmente tratado na teoria econômica, em que não se encontram oportunidades de lucro puro a serem exploradas.

Stigler (1982) se propõe a procurar entender o progresso da ciência econômica a partir da compreensão de economia que possui. Os demandantes nesse mercado seriam os que buscam “ideias e métodos” que possam ser aplicadas para o entendimento do universo econômico; estes acabam, em geral, por adquirir ideias já prontas e testadas. Já aqueles engajados na busca de novos pensamentos são ofertantes, na medida em que oferecem ideias e métodos àqueles que os irão aplicar, e demandantes, por terem que recorrer à ciência econômica contemporânea e pretérita para buscar pistas para os novos caminhos. O problema, então, é saber em quais caminhos procurar, já que é de se supor, diz ele, que a história da ciência econômica, como ademais de todas as ciências, deve estar repleta de equívocos. Subjacente à abordagem de Stigler para a evolução da ciência (econômica) está a noção de que há uma espécie de processo cumulativo no avanço do conhecimento. De fato, ao comentar o caráter pré-científico do mercantilismo, Stigler afirma que uma das características da literatura mercantilista era que “most mercantilists propose their own views without any attempt to utilize or improve upon the work of other mercantilists” o que

acabava por levar a que “there was no cumulative improvement in the doctrines being propounded” (Stigler, 1982, p. 58).

A etapa científica da economia, ao contrário, seria caracterizada pela existência de uma comunidade que dialoga entre si e constrói sua teorização a partir da contribuição dos pares e dos autores da geração anterior: “[a]n essential element of a science is the cumulative growth of knowledge, and that cumulative character could not arise if each generation of economists faced fundamentally new problems calling for entirely new methods of analysis” (Stigler, 1982, p. 61). Nessa comunidade científica ganha destaque a existência da apresentação de propostas, de debate e de crítica através de conferências e revistas acadêmicas, por exemplo.

Mais do que isso, Stigler (1982) dá a entender que a existência dessa comunidade científica como que leva a economia a, ao longo do tempo, descartar as propostas teóricas e metodológicas infrutíferas. Desse modo, a entrada no *mainstream* e a criação de linhas de pesquisa relevantes e progressivas, sugere Stigler (1982), acontece após as abordagens terem passado pelo crivo da crítica dos pares, de maneira que o domínio da profissão é feito por ideias já testadas e aprovadas. O tempo e a crítica da comunidade científica, então, seriam encarregados de separar e dar prosseguimento às ideias que possam gerar frutos. Diz ele:

[T]he overwhelming majority of these new ideas will prove to be sterile - in fact, quite possibly all the new ideas of a period of years will prove to be sterile. Only afterward, with the fullness of knowledge that history sometimes provides, can we identify the truly fertile ideas of a period (Stigler, 1982, p. 63).

Ora, nesse caso, dificilmente haveria ideias corretas e aproveitáveis a serem exploradas nos autores mais antigos, que já não tenham sido apropriadas pelos participantes desse “mercado”.⁴⁷ Mais do que isso, dado o alto grau de exigência para os estudantes atingirem a fronteira do conhecimento e para os já treinados não ficarem defasados, o custo

⁴⁷ Stigler (1982) não descarta a possibilidade de, nesse processo de seleção e entrada no *mainstream* da profissão, autores importantes que dariam contribuições relevantes fiquem excluídos. Um caso citado por ele é o de Augustin Cournot. Do ponto de vista de Stigler, essa é uma evidência de que a ciência não dá “saltos”, mas é um processo contínuo e progressivo.

de oportunidade para se dedicar ao estudo do pensamento dos autores progressos é muito alto.

Na opinião de Boettke (2000), porém, podem sim haver erros cometidos no curso do desenvolvimento da ciência ao longo do tempo, de modo a existirem “oportunidades de ganho não-exploradas” no mercado de ideias. A analogia utilizada por ele, ainda que de forma implícita, é com a abordagem austríaca do processo de mercado, e, mais especificamente, com o papel que Israel Kirzner (e. g. 1973) dá ao empresário que consegue perceber a existência desses erros e oportunidades.

Kirzner adota uma perspectiva misesiana para estudar o processo de mercado rumo ao equilíbrio, em que não existem oportunidades de ganho não exploradas.⁴⁸ Nesse processo, papel central é dado ao empresário (*entrepreneur*) que possui um “estado de alerta” (*alertness*) que o leva a notar a existência desses erros e oportunidades e, sobre eles, extrair ganhos extraordinários, num movimento que, ao mesmo tempo, aumenta o grau de coordenação entre os indivíduos e leva o mercado a um estado mais próximo do equilíbrio (que, destaque-se, nunca é alcançado). Nas palavras de Kirzner,

The emphasis was thus on the entrepreneur as the person who alertly (but “passively”) simply noticed the opportunities generated by the earlier errors, which errors were seen as arising from unanticipated independently-caused, changes in underlying market circumstances (Kirzner, 1999, p. 7).

Seguindo Koppl (2002), a atividade empresarial de Kirzner pode ser definida tanto como o estado de alerta para novas oportunidades quanto a ação que leva à arbitragem a partir da percepção dessas oportunidades, e o estado de alerta como o conhecimento relevante sobre como ou onde encontrar as informações e dados de mercado relevantes. Assim, “[a]lertness leads to discovery, which leads to action” e “[a]lertness is the uncaused cause whose effect is change” (Koppl, 2002, p. 12).

De um ponto de vista kirzneriano, deve ser enfatizado que as oportunidades de ganho estão lá, presentes, como que à espera de que alguém as perceba e explore. Não são

⁴⁸ Koppl (2002) discute se a contribuição de Kirzner, é, de fato, perfeitamente resultado dos postulados misesianos que Kirzner supostamente adota. Segundo ele, “[i]t is not clear whether “it's all in Mises”. Some evidence suggests that Kirzner's entrepreneur is in fully present in Mises' work; some evidence suggests it is not” (Koppl, 2002, p. 20).

“criadas”, nem tampouco se sabe de sua existência como se existisse uma espécie de “ignorância calculada” e racional. A oportunidade simplesmente não é percebida até que o empresário, dotado do estado de alerta, a nota e explora. É a *sheer ignorance*, que Kirzner define como “undeliberate, costlessly-removable ignorance which “inefficiently” remains after all known worthwhile, cost-benefit-calculated efforts have been made to remove known ignorance” (Kirzner, 1999, p. 10, n. 21).⁴⁹

Portanto, seguindo Boettke (2000), pode-se falar da existência de uma espécie de oportunidade de ganhos ainda não percebidos e capturados na leitura dos clássicos da economia. O processo de mercado – no caso, mercado de ideias – de forma alguma garante que erros não sejam cometidos e que todos os ganhos sejam explorados, sob uma perspectiva austríaca. O mercado não é perfeito e competitivo no sentido neoclássico convencional. Assim como Hayek, o economista teórico atual pode se valer do trabalho de “mining the past” (Boettke, 2001, p. 121) para avançar sua pesquisa.

Com isso, de um ponto de vista austríaco e, mais especificamente, kirzneriano, a HPE pode ser compreendida como um esforço de se buscar, nos autores pregressos, modos de se corrigir, criticar e aprimorar a teorização econômica contemporânea. Se for entendido que o processo de avanço da ciência econômica não necessariamente conduz à exploração de todas as oportunidades de ganho intelectual no estudo dos clássicos do passado, é possível que o retorno a eles possa levar à descoberta e utilização de conhecimento válido que havia passado despercebido, como resultado de uma espécie de ignorância involuntária. Cumpriria, assim, ao pesquisador engajado na HPE um papel análogo ao do *entrepreneur* na abordagem de Kirzner ao processo de mercado: descobrir e explorar as oportunidades até então ignoradas que levem à aderência crítica da HPE à teorização econômica atual.

Nas palavras de Ricardo Tolipan, “[a] história do pensamento não deve ser uma mera retrospectiva, isto é, um relato que culmina acriticamente no presente. Também não deve ser um relicário, depósito de vestígios sacralizados. Estes são procedimentos da

⁴⁹ Nisso pode ser encontrada uma distinção fundamental em relação à abordagem neoclássica da chamada economia da informação. Barbieri (2006) explicita a distinção entre economia da informação e economia do conhecimento, associada ao nome de outro economista austríaco, Hayek.

apologia do atual” (Tolipan, 2002, p. 149), ou seja, os clássicos do pensamento econômico não devem ser tratados, quando convém, como gênios que anteviram e limparam o caminho para a certeza que hoje se possui; mesmo para aqueles que enxergam a HPE como uma extensão crítica e progressiva da teoria econômica, os clássicos do passado não devem ser tratados como santos inspirados, infalíveis e inerrantes, autores de um cânon sagrado que deve ser estudado à exaustão para que nele se encontre a verdadeira resposta aos questionamentos humanos.

Isso implica que a história do pensamento econômico que não se faça estéril traz em seu bojo a noção de que o conhecimento humano é imperfeito, mas capaz de ser aprimorado num processo que não é necessário e nem pode ser dado como certo. Só assim se justifica a existência de paradigmas concorrentes em economia, de escolas heterodoxas, à margem e críticas à ortodoxia. A leitura dos clássicos do passado serve justamente ao levantamento de questões a favor e contra o paradigma dominante, ao seu método e às respostas e soluções que oferece. A relação entre o estudo da história do pensamento e a existência de abordagens alternativas é direta. Duncan Foley é correto quando afirma que “history of thought can contribute to the intellectual diversity of the economics profession (...). [A] more diverse profession would be an intellectually stronger profession, and the history of thought, in my view, is one path to reproducing diversity” (Foley, 2009, p. 29).

Na próxima seção procuro justificar a existência do pluralismo metodológico em economia a partir de uma analogia com o liberalismo apregoado por F. A. Hayek. Talvez o resgate ora tentado do pensamento de Hayek, um autor consagrado do passado relativamente recente da economia, para tentar aproximá-lo de um tópico relevante e atual da metodologia da economia, possa servir como exemplo mesmo da possibilidade de ganho intelectual que o retorno a autores pretéritos é capaz de trazer para a tentativa de avanço do debate contemporâneo.

2.3. Uma defesa hayekiana da pluralidade de métodos e abordagens em economia

Assim como Cavalieri (2009), meu objetivo nesta seção é justificar a existência do pluralismo em economia. Ao contrário dele, porém, procuro tal justificativa a partir da

abordagem de Hayek à mudança institucional. Para os propósitos deste ensaio, pluralismo pode ser entendido como a existência de uma variedade de programas de pesquisas em economia, bem como de um ambiente institucional na academia que ofereça algum espaço para posições divergentes do que é considerado conhecimento e método hegemônicos na profissão.⁵⁰ Dessa forma, a presente seção coaduna também com o projeto de Caldwell (1994, cap. 13) quando ele enxerga como uma das tarefas dos metodólogos do período pós-positivista a atuação na construção de um ambiente acadêmico em que “both novelty and criticism can operate freely” (Caldwell, 1994, p. 245) dentro da economia, na medida em que aqui são apresentados argumentos de cunho hayekiano para a existência desse ambiente dentro da profissão. Isso se torna especialmente importante em um período da história da ciência econômica em que, como nota Possas (1997), os espaços para diálogo entre as correntes alternativas e a economia convencional parecem se estreitar à medida em que o *mainstream* neoclássico apresenta uma tendência a suprimir quaisquer abordagens que não estejam construídas sobre seus postulados de racionalidade como maximização e de ênfase em estados de equilíbrio, ou que não adotem as cada vez mais refinadas técnicas matemáticas e econométricas, ainda que busque incorporar temas usualmente tratados pelas escolas heterodoxas – é a “cheia do *mainstream*” de que ele fala, um movimento que “é assustador pelo triunfalismo conservador, arrogância e quase total desprezo pelo pluralismo que ele exhibe” (Possas, 1997, p. 35).

Subjacente aos propósitos da presente seção está a ideia de que o objetivo de estudos na área de metodologia da economia não deve ser mostrar a possibilidade de se “fazer ciência”, conforme esta é pregada pelo núcleo duro da disciplina, tampouco demarcar critérios de cientificidade ou estabelecer normas para a pesquisa em economia. Não vejo o método como uma “Meca” da economia positiva, uma espécie de motor da ciência a empurrá-la em direção a explicações cada vez mais neutras e próximas da verdade objetiva, e baseada em fatos e não em valores, como Blaug (cf. Prado, 1989, p. 243), nem como sociologia da ciência.

⁵⁰ Cavalieri, por sua vez, fala de pluralismo como uma justificativa para “a existência legítima de um conjunto de discursos diferenciados, em termos razoavelmente não complementares, dentro de um universo de objeto científico comum” (Cavalieri, 2009, p. 168). Fernandez (2011) observa que usualmente o pluralismo é a postura adotada por metodólogos heterodoxos.

A meu juízo, a reflexão metodológica deveria fazer parte da formação de qualquer economista, e ser sua preocupação permanente. Ela é por natureza uma postura crítica em relação às hipóteses e ao tipo de raciocínio praticado pelo economista seguidor desta ou daquela vertente de pensamento, na medida em que procura compreender os fundamentos das explicações dadas pelos profissionais e as bases de suas doutrinas.

Isso não implica, obviamente, que todos os economistas deveriam ter a metodologia como área de pesquisa, mas apenas que ela é útil a todos e deveria fazer parte de seu treinamento como ferramenta relevante. Nas palavras da pós-keynesiana Sheila Dow:

[M]ethodological awareness would be extremely useful for all economists (...). For Post Keynesian theory like any theory, to develop, not all economists should be concentrating on foundations all the time. But the rationale for acquiring methodological awareness is that it can be drawn from the subconscious to the conscious level when the need arises (Dow, 1999, p. 17).

Assim como Mises (2006, prefácio) dá a entender que avanços em estudos epistemológicos não acontecem de modo separado do avanço dos campos científicos propriamente ditos, e muito menos por indivíduos que não estejam engajados na pesquisa científica, o mesmo, acredito, pode ser dito com relação à metodologia.⁵¹ Nesse sentido, ela não precisa ser colocada à margem como um campo do saber necessariamente separado das áreas de estudo da ciência econômica substantiva e trabalhado por um círculo restrito e fechado de profissionais, mas integrado às reflexões e tentativas de avanço do economista.

Além da crítica ao pensamento econômico, especialmente do *mainstream*, sigo Dow (1999) quando ela diz que o estudo da metodologia também se mostra profícuo como forma de se colocarem limites e fronteiras entre as diferentes escolas de pensamento, bem como servir de parâmetro para debates internos a cada uma delas, sendo, assim, importante

⁵¹ Caldwell parece não concordar com isso. Na perspectiva dele o trabalho do estudioso da metodologia da economia se constitui na crítica dos programas de pesquisa e, de certa maneira, ele como que está acima destes programas, e não participando de seu avanço e batalhas. Em suas palavras, “studying methodology is not the same thing as studying economics (...). One does not study theology or the sociology of religion to become more religious. One does it to understand religious phenomena better” (Caldwell, 1990, p. 65-66). Leijonhufvud e Bob Coats parecem concordar com essa separação entre o metodólogo e a comunidade dos economistas (cf. Fernandez, 2011).

enquanto criador e norte de novas agendas de pesquisa. Ainda acredito na utilidade e até necessidade de se estabelecerem as demarcações entre escolas de pensamento e tradições intelectuais como forma de se facilitar tanto o debate acadêmico (e até político) quanto o desenvolvimento intelectual individual, na medida em que a leitura dos clássicos de certa corrente e o enfrentamento de seus dilemas e limites podem servir como guia à reflexão que se proponha a avançar a ciência econômica, especialmente quando se pretende traçar um caminho crítico à corrente dominante dentro da profissão. Isso, contudo, não implica qualquer postura acadêmica de erguimento de muros entre as escolas, ou de impossibilidade de diálogo ou de aproveitamento mútuo de conceitos e ideias; ao contrário, na medida em que a metodologia possa servir ao aumento e facilitação do diálogo entre os economistas adeptos das diferentes escolas de pensamento.⁵²

2.3.1. Uma breve introdução ao projeto pluralista em economia

Um dos principais nomes associados ao pluralismo em economia é o de Bruce Caldwell. Sua postura pluralista, argumenta (Caldwell, 1988b), é resultado de uma reflexão que o levou a descartar outros possíveis papéis para a metodologia, dentre os quais o de propor uma maneira inequívoca de se fazer ciência econômica, de escolher entre paradigmas diferentes e de demarcar o que é e o que não é científico em economia. Segundo ele, o papel da metodologia deve ser buscado a partir de uma perspectiva pluralista, para a qual “the primary purpose of methodological work in economics is to enhance our *understanding* of what economic science is all about and, with luck, by so doing, to *improve* it” (Caldwell, 1988b, p. 234, grifos no original). Para cumprir este objetivo, o trabalho do estudioso da metodologia da economia é “undertakes *critical evaluations of the strenghts and limitations of various research programs in economics and economic methodology*” (Caldwell, 1988b, p. 234, grifo no original), o que pode ser enriquecido por estudos sobre a trajetória do movimento das ideias ao longo do tempo, a

⁵² Em entrevista disponível em <http://youtu.be/onNYh6Ewj4>, Peter Boettke fala da metodologia como um meio para início de conversas entre economistas, e não instrumento para barrá-las.

contextualização do surgimento e avanço dos programas de pesquisa e, claro, da retórica aplicada à economia.

Para cumprir seu propósito, a ferramenta fundamental do pluralista é a crítica dos programas de pesquisa e das novidades que emergem continuamente no pensamento econômico. Nesse sentido, a metodologia tal como proposta por Caldwell (e.g. 1988b) pode ser associada a uma visão meta-metodológica. Ela é o oposto da visão dominante segundo a qual o papel da metodologia é como que propor fórmulas para se fazer ciência econômica. Em seu artigo originado em 1985 (Caldwell, 1988b), Caldwell chama essa posição de pluralismo metodológico, mas pouco depois, em 1990, afirma que a posição que defende é “probably better dubbed critical pluralism” (Caldwell, 1990, p. 65).

A crítica que caracteriza a posição do pluralista tem o objetivo de compreender o programa de pesquisa e apontar suas fraquezas, com a intenção de se buscar o avanço do conhecimento econômico. Ela pode assumir diversos aspectos, passando pela crítica interna, dizendo respeito à coerência e ao rigor lógico de determinado projeto de pesquisa, até a sua capacidade de explicar a realidade e a sua possibilidade de sustentação empírica, passando por outros como contribuição para o ensino de economia, possibilidades de analogia com outras áreas do conhecimento e simplicidade. Em suas palavras, o propósito do pluralista

[I]s not to demarcate, nor to find the “best” theory by comparing rival theories against a set of immutable standards, but to find the strengths and weaknesses of whatever program they are investigating. If they do their job well, we will have a better understanding of what economic science is, and with luck that will lead to its improvement (Caldwell, 1988b, p. 240).

A despeito do pluralismo crítico ser fruto de uma certa decepção com a possibilidade de se usar a metodologia para o estabelecimento de receitas científicas para a economia ou a demarcação entre o que é e o que não é científico de forma inquestionável, ele não implica a descrença na existência de uma realidade compreensível ou a desistência da busca da “verdade”. Cavalieri escreve sobre Caldwell que

[O] pluralismo crítico não pretende ser uma filosofia da ciência. O pluralismo crítico é, antes de tudo, uma posição de economista. E embora Caldwell note, num texto mais recente, sua simpatia pela visão realista

quanto à ontologia do ser social (...) - significando que o autor concorda com a idéia de uma verdade una, e que o objetivo da ciência é perseguir a clarificação dessa verdade – essa posição não traz grandes consequências para sua sugestão, pois o núcleo duro de sua tese encontra-se no nível metametodológico (Cavaliere, 2009, p. 170).

Talvez por isso Caldwell admita possuir uma postura reticente com relação à agenda de pesquisa de autores como McCloskey, envolvendo o estudo da retórica na economia e a solução de controvérsias entre os participantes da profissão. Até porque, como indica Prado (2003), o crescimento da abordagem da retórica em economia a partir da década de 1980 está associado ao avanço do pós-modernismo, que tem como uma de suas marcas a ideia de que não existe uma verdade objetiva e única que possa ser progressivamente conhecida e aproximada pela crítica científica. Nas palavras de Caldwell, “the opposition to it [a abordagem da retórica] from methodologists like me was inevitable, given the anti-epistemological foundations which were chosen for its grounding” (Caldwell, 1990, p. 70).

De acordo com Van Bouwel (2005), pode-se falar de ao menos cinco razões em defesa de uma postura pluralista em economia. A primeira delas é a motivação ontológica, que se baseia na posição de que o mundo é complexo (ou o que o autor chama de *disunity*) e, portanto, nenhuma teoria sozinha seria capaz de dar conta das várias facetas existentes na realidade social. A segunda, quase complementar à primeira, é assentada nas limitações cognitivas dos investigadores, explicitando a incapacidade intelectual de se lidar plenamente com os diversos ângulos através dos quais se podem abordar o objeto de pesquisa social. A terceira motivação apresentada por Van Bouwel (2005) é a existência de particularidades históricas e geográficas, de modo que uma teoria não seria capaz de explicar todas as manifestações econômicas em todas as eras e em todos os lugares, ainda mais pela realidade ser mutável. A quarta é a motivação pragmática, que dá espaço à justificativa de que diferentes abordagens podem ser válidas na medida em que diferentes objetivos e diferentes tipos de perguntas possam existir. Por fim, a quinta motivação é a estratégica, que Van Bouwel (2005) diz existir apenas na medida em que membros de escolas marginalizadas na profissão procurem defender o pluralismo para que possam justificar sua própria pesquisa e opção teórica e metodológica.

Semelhantemente Fernandez (2011) expõe seis possíveis motivos candidatos a razão de existência da metodologia como área de estudo do economista. São eles: simplesmente para nada, para entreter economistas às vésperas da aposentadoria, como atividade para quem não consegue trabalhar com modelos, como reguladora e guardiã do que é ciência em economia (ou seja, com um papel prescritivo), como mecanismo de estudo e reflexão sobre as práticas dos profissionais de economia (um caráter descritivo) ou como defensora do pluralismo.⁵³ As três primeiras, continua Fernandez (2011), desprezam como válida a metodologia, enquanto as três últimas atribuem a ela um papel relevante, de modo que são as usualmente adotadas pelos metodólogos.⁵⁴ Interessante também é a observação feita pelo autor de que adotar uma postura pluralista não significa ser contraditório no nível individual. Ou seja, o economista que se filia claramente a uma escola de pensamento e defende suas posições teóricas, metodológicas e sua doutrina, pode sim se posicionar favoravelmente à existência e valor de outras correntes a partir do reconhecimento dos limites cognitivos seus e de seus pares diante de uma realidade complexa e passível de mudança.

2.3.2. Uma aproximação da abordagem hayekiana ao pluralismo em Economia

Segundo Arnold (1980), o arcabouço teórico hayekiano para a existência da “Sociedade Aberta” está assentado sobre três fundamentos: o primeiro é a liberdade, o segundo é a existência de regras gerais e o terceiro é um ambiente concorrencial (entendido como livre entrada e saída), tudo isso envolvido por um determinado código moral. Para Arnold (1980), Hayek coloca como fundamento primeiro da “Sociedade Aberta” a liberdade, na medida em que é ela que permite ao indivíduo fazer uso do conhecimento que possui para seu próprio benefício, o que pode trazer o progresso de todos, se tivermos em

⁵³ Fernandez não fala precisamente de pluralismo metodológico, mas sim pluralismo epistemológico, que assevera a impossibilidade de se definirem critérios definitivos para a escolha entre diferentes metodologias, o que conduz à defesa da existência de múltiplas metodologias e do pluralismo como atitude metodológica.

⁵⁴ Em particular, segundo Fernandez (2011), metodólogos heterodoxos tendem a ser prescritivos, já que são heterodoxos precisamente por se colocarem em oposição a outra categoria, o que requer em alguma medida uma postura de levantar e publicar questões problemáticas de uma corrente em confronto com alguma ideia de como se deveria abordar determinado problema econômico.

mente uma explicação de tipo “mão invisível”. A existência de liberdade, contudo, está condicionada à adoção de regras gerais, nome dado ao conjunto de regras que caracterizam e regem uma sociedade e que são anônimas, no sentido de não serem dirigidas a pessoas específicas, e sem um propósito exclusivo e pré-definido.

Liberdade, para Hayek, é “that condition of men in which coercion of some by others is reduced as much as is possible in society” (Hayek, 1960, p. 11). Para o austríaco, o conceito relevante de liberdade é social (de um homem para com outro) e se refere à liberdade da coerção e do arbítrio exercidos por uma pessoa sobre outra pessoa. De acordo com ele, o valor da liberdade está precisamente em dar capacidade às pessoas agirem conforme seus próprios planos (e não, sob coerção, destinadas a atender explicitamente fins alheios).⁵⁵ Mais do que isso, a defesa da liberdade por Hayek se assenta na existência, no construto teórico do austríaco, de ignorância por parte das pessoas.⁵⁶ A sociedade livre, portanto, deve ser decorrência de ela ser formada por indivíduos que não possuem conhecimento perfeito e que não tem certeza sobre o que o futuro trará. Se houvesse homens oniscientes, diz Hayek (1960, cap. 2), o argumento pela liberdade seria bastante enfraquecido. Mas já que o conhecimento é limitado e passível de mudança, é conveniente que se permita às pessoas fazer uso do conhecimento local e particular que está disperso na sociedade, e que não pode ser coletado e processado por uma pessoa ou comitê central, bem como que os indivíduos possam realizar experimentos e mudanças para, através de um processo de tentativa e erro, poderem se adaptar às circunstâncias sempre variáveis do ambiente. De fato, como será visto adiante, Hayek pensa que mais importante do que garantir a existência de instituições que possam elevar o grau de previsibilidade por parte das pessoas, é dar a chance de elas poderem aprender e usar esse conhecimento.

A liberdade, para Hayek, é relevante na medida em que permita o comportamento distinto do senso comum existente e representado na opinião da maioria, ainda que, no construto hayekiano, as instituições e regras sejam espécies de depósitos de

⁵⁵ “Coercion is evil precisely because it thus eliminates an individual as a thinking and valuing person and makes him a bare tool in the achievement of the ends of another” (Hayek, 1960, p. 21).

⁵⁶ “[T]he case for individual freedom rests chiefly on the recognition of the inevitable ignorance of all of us concerning a great many of the factors on which the achievement of our ends and welfare depends” (Hayek, 1960, p. 29).

conhecimento social acumulado ao longo de gerações através de um processo evolucionário. Elas são necessárias, muitas vezes acompanhadas de algum tipo de *enforcement*, para que a ordem espontânea não seja esfacelada.

De qualquer modo, mais importante do que a liberdade que certo indivíduo desfruta, é a existência de um ambiente institucional (em sentido amplo) que possibilite às pessoas tentarem fugir do que é considerado usual ou consensual, de maneira que alguém possa se beneficiar não só do conhecimento alheio, mas mais ainda da liberdade de outrem em um regime de divisão do trabalho e divisão do conhecimento. Segundo o austríaco,

[M]ajority action is, of necessity, confined to the already tried and ascertained, to issues on which agreement has already been reached in that process of discussion that must be preceded by different experiences and actions on the part of different individuals. The benefits I derive from freedom are thus largely the result of the uses of freedom by others, and mostly of those uses (Hayek, 1960, p. 31-32).

A liberdade de que fala Hayek (1960, cap. 2), assim, não é liberdade apenas da coerção e do arbítrio alheios, mas também liberdade para poder fugir do comportamento e do pensamento convencionais, bem como para se utilizar conhecimento exclusivo em seu próprio benefício, tudo isso envolvido num processo de tentativa e erro em que prevalece uma espécie de disciplina competitiva de mercado. Dessa forma é possível à sociedade preservar a liberdade (o que por si só, para Hayek, tem valor), aumentar o grau de utilização do conhecimento existente e o grau de coordenação entre os indivíduos, além de se valer da possível eficiência advinda do processo evolucionário de regras e instituições.

Um caminho possível para a melhor compreensão da relação entre liberalismo e abordagem institucional evolucionária em Hayek é apontado por Ebner (2005).⁵⁷ A hipótese do autor é que, ao contrário do que é usualmente dito a respeito da contribuição hayekiana, na obra do austríaco é possível sim encontrar um papel importante para a ação ativa empresarial do *entrepreneur* – e isso não apenas no estudo da competição no processo de mercado, mas também na evolução institucional e cultural. Na sua interpretação, a pouca

⁵⁷ Neste ensaio o objetivo não é estudar a economia institucional evolucionária de Hayek de forma mais aprofundada, mas meramente utilizar alguns dos pontos levantados por Hayek, numa leitura instrumental da HPE, para avançar, a partir da perspectiva da *mainline economics*, o entendimento da relevância do pluralismo metodológico.

atenção ao papel do *entrepreneur* usualmente atribuída a Hayek pode ser consequência de um problema maior, qual seja, a visão de uma bifurcação austríaca, com Mises de um lado e Hayek de outro. Nessa perspectiva, se Mises dá papel central ao *entrepreneur*, um *homo agens* de sua abordagem praxeológica e individualista por excelência (e que irá desaguar na construção de Kirzner), Hayek, ao supostamente abandonar aqueles dois princípios (quais sejam, o individualismo metodológico e a abordagem praxeológica) daria pouca importância à atividade empresarial.

De acordo com Ebner (2005), a abordagem de Hayek à evolução institucional ocorre em três momentos: variação, transmissão e seleção.⁵⁸ Por variação se entende a mudança, nem sempre deliberada, de hábitos, rotinas e tecnologia por parte de indivíduos que buscam atingir determinados objetivos em um mundo permeado pela incerteza e num ambiente concorrencial. Tal mudança pressupõe a existência de uma plataforma institucional e jurídica de caráter negativo, ou seja, que permita à ação humana ser livre dentro de certos limites, ao invés de definir precisamente os passos exatos que a ação terá, além de apresentar alguma tolerância para aqueles que quebrem o sistema de regras. Birner e Ege (1999) notam que, para Hayek, a ordem de mercado (“catalaxia”) é esta plataforma onde os indivíduos podem buscar seus próprios interesses e divergir do comportamento esperado. Deve ser entendido também que é no sistema de mercado que a cooperação anônima e inconsciente de um sem número de pessoas é possível de acontecer.

Na visão proporcionada por Hayek, a atividade empresarial é a postura individual ativa e auto-interessada, centrada, portanto, na busca de lucro (ou, em termos misesianos e de forma mais geral, na redução da *uneasiness*), o que implica a procura por conhecimento, que acontece, em particular, a partir da percepção e interpretação dos sinais transmitidos pelos preços relativos, que funcionam como uma espécie de síntese numérica do conhecimento disperso na sociedade. Assim, a atividade empresarial se manifesta como a introdução de um tipo de comportamento ou ação que foge do que usualmente se toma

⁵⁸ Hayek fala que “Economics has from its origins been concerned with how an extended order of human interaction comes into existence through *a process of variation, winnowing and sifting* far surpassing our vision or our capacity to design” (Hayek, 1988, p. 14, grifo meu). Para os propósitos deste ensaio, interessa avaliar especificamente o processo de variação e a razão de Hayek defender um arcabouço liberal a partir dele, para que seja feita a analogia desse processo com o pluralismo metodológico em economia. Assim, foge ao objetivo deste trabalho um estudo e avaliação da abordagem evolucionária hayekiana como um todo.

como correto ou esperado, por parte de um indivíduo interessado em si mesmo. Essa inovação pode posteriormente ser espreitada e se tornar o novo comportamento usual. Nas palavras de Hayek:

[T]he law-breakers, who were to be path-breakers, certainly did not introduce the new rules because they recognized that they were beneficial to the community, but they simply started some practices advantageous to them which then did prove beneficial to the group in which they prevailed (Hayek, 1979, p. 161).

A atividade empresarial se mostra como um processo de tentativa e erro que se aplica à concorrência característica do processo de mercado, mas que também pode ser vista no processo de evolução cultural na medida em que os indivíduos atuam na esfera institucional na busca por solução de problemas. Em outras palavras, o processo de tentativa e erro que caracteriza o comportamento inovador na abordagem evolucionária hayekiana parece não se referir exclusivamente àquelas práticas típicas do comportamento concorrencial do mercado, mas também a outras esferas, de modo que o tipo de explicação que Hayek oferece pode bem se ajustar ao processo de mudança cultural.

Para Hayek, o progresso da civilização está associado a uma mudança institucional que facilite a existência e a atuação do *entrepreneur*, o motor do processo competitivo. Em sua perspectiva, o empresário atua como aquele que obriga os competidores a fazerem o que não desejam ao forçar maior aplicação, busca de inovações, trabalho mais duro, regularidade e racionalidade como forma de se manterem no mercado. Isso faz com que “[t]o those with whom others compete, the fact that they have competitors is always a nuisance that prevents a quiet life” (Hayek, 1979, p. 77), o que pode produzir uma pressão social no sentido de combater a competição e restringir o espaço para a atuação do *entrepreneur*.⁵⁹

⁵⁹ Hayek destaca o problema do surgimento de restrições à atividade empresarial especialmente em regimes democráticos: “[i]f in a society in which the spirit of enterprise has not yet spread, the majority has power to prohibit whatever it dislikes, it is most unlikely that it will allow competition to arise. I doubt whether a functioning market has ever newly arisen under an unlimited democracy, and it seems at least likely that unlimited democracy will destroy it where it has grown up” (Hayek, 1979, p. 77). Em outro capítulo (Hayek, 1979, cap. 12), o austríaco tece considerações críticas com relação ao sistema democrático ocidental, referindo-se, em particular, à existência e poder de grupos de interesses especiais em nome de supostos vontade geral e bem da nação.

Por isso o austríaco dá ênfase à existência de um ambiente institucional que permita o comportamento desviante do convencional e que não produza punição como retaliação ao indivíduo pioneiro a ponto de bloquear o processo. Assim, de seu ponto de vista, o Estado liberal deve atuar no sentido de garantir que o *entrepreneur* tenha o espaço e a possibilidade de atuar de maneira inovadora mesmo diante da pressão e da tentativa de retaliação e controle por parte dos rivais, ou mesmo de limitação por regras formais e leis, muito mais do que procurar um indutor ou condutor do processo de inovação.⁶⁰ Dessa forma, o processo de descoberta dificilmente poderá ser bloqueado.

Nas palavras de Hayek sobre o processo de inovação empurrada pela competição:

Such a development will be possible only if the traditionalist majority does not have power to make compulsory for everyone those traditional manners and mores which would prevent the experimentation with new ways inherent in competition. This means that the power of the majority must be limited to the enforcement of such general rules as will prevent the individuals from encroaching on the protected domains of their fellows, and should not extend to positive prescriptions of what the individuals must do (Hayek, 1979, p. 161).

Assim, da mesma maneira que, por diversas vezes ao longo da sua obra, Hayek destaca o importante papel que o seguimento compartilhado de regras, em suas diferentes dimensões, têm para a sociabilidade e a existência de uma ordem social expandida,⁶¹ seja através da internalização das regras, seja através da pressão ou *enforcement* externo, formal e especialmente informal, ele também ressalta o papel central que a existência do espaço para o rompimento com aqueles padrões estabelecidos, através da atividade empresarial do *entrepreneur*, ocupa no processo evolucionário e no processo de mercado, e por fim, no avanço da civilização, no crescimento do conhecimento e no desenvolvimento econômico.

⁶⁰ Tratando das diferentes ordens econômicas pela qual a humanidade passou através de um processo evolucionário, Hayek diz: “[t]hey made the evolution possible mostly by relaxation of prohibitions” (Hayek, 1979, p. 161), ou seja, abrindo espaço para o comportamento inovador.

⁶¹ “Life of man in society, or even of the social animals in groups, is made possible by the individuals acting according to certain rules” (Hayek, 1960, p. 148).

A propósito, Hayek, em diferentes pontos, procura no desenvolvimento histórico do capitalismo as características de uma sociedade liberal e plural relatos que enriqueçam sua explicação acerca do papel fundamental do espaço dado à atividade empresarial. De fato, algum grau de tolerância no ambiente em que o indivíduo atua é importante para que inovações possam ser introduzidas e que, mesmo que não seja a intenção do inovador, venham a contribuir para o progresso da sociedade como um todo:

There can be little doubt that from the toleration of bartering with the outsider, the recognition of delimited private property, especially in land, the enforcement of contractual obligations, the competition of craftsmen in the same trade, the variability of customary prices, the lending of Money, particularly at interest, were all initially infringements of customary rules – so many falls from grace (Hayek, 1979, p. 161).

Aliás, o capítulo 1 de seu *The Road to Serfdom* (Hayek, 2007) é um bom exemplo disso – e isso anos antes do austríaco passar a tratar do problema da evolução institucional. Em particular, Hayek associa o crescimento do espírito liberal, especialmente com o advento da modernidade, à ampliação não só do crescimento econômico, mas também do conhecimento científico. Diz Hayek:

During the whole of this modern period of European history the general direction of social development was one of freeing the individual from the ties which had bound him to the customary or prescribed ways in the pursuit of his ordinary activities (...). Perhaps the greatest result of the unchaining of individual energies was the marvelous growth of science which followed the march of individual liberty from Italy to England and beyond (Hayek, 2007, p. 69).

A meu ver, a perspectiva evolucionária quando aplicada ao estudo do movimento da ciência, em particular a econômica, aponta justamente a conveniência de se admitir a existência de paradigmas concorrentes à ortodoxia, e não o contrário. Dessa forma, a defesa do liberalismo político – que pode, em certo sentido, ser pensado como um tipo de pluralismo, já que “[n]a política, pluralismo tem sido sinônimo de liberdade de expressão, direito de discordar da opinião dominante, respeito à divergência, em suma” (Bianchi, 1992, p. 139) – pode levar a uma posição liberal/pluralista na academia, em que sejam valorizados os “méritos de uma sociedade dinâmica e diversificada” (Bianchi, 1992,

p. 139). Fernandez (2011) também vê um paralelo entre pluralismo no campo da ciência e a sociedade democrática, com aquele sendo a postura científica compatível com esta última.

Para Hayek a abordagem evolucionária apoia a ordem social livre, entre outros motivos, justamente por ser nesta que os indivíduos podem desfrutar da liberdade de adaptação às mudanças do ambiente em que estejam inseridos, das condições locais de produção, das preferências e, de forma geral, do conhecimento. Analogamente, talvez seja correto se pensar que na academia a liberdade de se poder adotar diferentes programas de pesquisa e diferentes perspectivas de trabalho funcionaria como um mecanismo preventivo contra uma possível tomada de posição unânime ao redor de uma postura metodológica ou, pior, de propostas de políticas públicas que sejam equivocadas.

Peter Boettke se pergunta, a certa altura, se não existe uma espécie de processo evolucionário nas ciências, de modo a se selecionar as explicações que mais se aproximem, de forma progressiva, do conhecimento verdadeiro, o que tornaria inexistente uma função para escolas alternativas à corrente dominante, como a escola austríaca. A resposta que ele oferece é que o critério de popularidade acadêmica não deve ser visto como uma demarcação entre o que é verdadeiro ou falso ou de qual o melhor sentido para que se alcance o progresso da ciência, tampouco que se devem efetuar julgamentos a partir de uma “counting-heads theory of truth” (Boettke, 1998c, p. 1), até porque a história mostra que paradigmas impopulares em certo momento podem, no momento seguinte, tornarem-se dominantes – e isso não só nas *soft sciences*.

Na realidade, o que se vê na ciência econômica é o que Foley (2009) chama de tendência à “reciclagem de ideias” que aparecem sob o disfarce de novas abordagens, tendência esta por ele exemplificada através da referência à reintrodução de conceitos como progresso técnico endógeno e efeito transbordamento na chamada “nova teoria do crescimento”.

Na visão de Boettke (1998c), as correntes alternativas exercem a dupla função de lidarem com temas marginalizados pelo *mainstream* e de oferecerem modelos diferentes de se abordar os problemas já tratados pela maioria dos economistas. Assim, a função de economistas identificados, por exemplo, com a escola austríaca, é tanto a de perguntar questões antes não perguntadas, quanto a de responder de maneira criativa às questões

ainda sem resposta satisfatória, o que deve passar, também, por trabalhos em que os economistas saiam com “*dirty hands*” ao invés de apenas assumirem uma postura crítica sobre como os outros analisam a realidade.⁶²

Da mesma forma, é meu argumento que na pesquisa econômica deve ser adotada uma postura pluralista no sentido de se incentivar a multiplicidade de formas de abordagens, enfoques e perspectivas ao se tratar do objeto de estudo do economista (cuja definição e delimitação também são fontes de enorme controvérsia). Caso se tenha a contribuição de Hayek em mente, pode-se pensar que, se tomar tal posição pluralista, a profissão pode se beneficiar de diversas maneiras, tais como do conhecimento disperso existente entre os praticantes da disciplina, conhecimento referente não só às peculiaridades da economia de certo país ou região, mas também, por exemplo, de determinada cadeia produtiva ou setor da economia, bem como de uma ou outra escola de pensamento ou posição metodológica, e do processo evolucionário que poderá atuar no sentido de favorecer aqueles que vierem a oferecer soluções criativas e diversas do usual e que, ao levantarem proposições convincentes, poderão ser seguidos.

Nesse sentido, a crença na existência de uma espécie de processo evolucionário na ciência econômica é um forte argumento em favor da pluralidade de abordagens, e não o contrário, como se a existência de um paradigma absolutamente dominante fosse prova de que a evolução já cuidou de eliminar os que se mostraram menos eficientes.⁶³ Subjacente a esta distinção está a noção de um processo evolucionário, ao invés de uma visão estática, como se a evolução tivesse já alcançado seu termo.

⁶² Em conversa pessoal, o professor Boettke relatou que seus estudantes devem escrever teses que procurem aplicar os conceitos misesianos, hayekianos ou mengerianos a casos concretos – modelo que ele aprendeu de seu orientador na Universidade George Mason, Don Lavoie, e ao qual procura dar continuidade. Ao mesmo tempo, propõe o desafio de que escrevam artigos austríacos, bebendo abundantemente em autores como Mises e Hayek, mas sem citar seus nomes. O caso mais bem sucedido desse esforço do professor Boettke talvez seja o de Peter Leeson e seu projeto de pesquisa sobre auto-organização e anarquismo entre os piratas (e.g. Leeson, 2007).

⁶³ Fernandez (2011) usa uma analogia biológica evolucionária para defender o pluralismo em economia. Segundo ele, pode-se enxergar a existência de diferentes escolas como se fossem concorrentes, mas cada uma possui um diferente nicho ecológico, de maneira que não há uma escola que prevaleça, seja mais adaptada, em todos os ecossistemas, que, nesse caso, podem ser comparados aos diferentes problemas e áreas do saber do economista.

2.4. Considerações finais

O capítulo procurou argumentar que o estudo da história do pensamento econômico e que a existência do pluralismo de metodologias na academia são importantes fatores no aumento do grau de compreensão, por parte dos economistas, do objeto que se propõem a estudar. Para isso, levantou dois argumentos associados à escola austríaca: a abordagem de Kirzner para a descoberta de oportunidades no processo de mercado como analogia ao que acontece na economia, e a defesa da liberdade por Hayek como incentivo à chance de variação e fuga do modo convencional de se fazer ciência econômica.

De acordo com Foley (2009, p. 29), “neglect of its own history carries much more intellectual peril for a social science like economics” em relação a ciências capazes de realizar testes controlados e repetidos em laboratório, como a física (ainda que a relação entre certeza científica e testes que corroborem a teoria não seja direta e precisa, alerta ele). A existência de liberdade acadêmica e de um ambiente científico aberto a abordagens alternativas pode ser vista como uma espécie de prevenção a que ocorra algo parecido com um processo de *lock-in* com um paradigma ineficiente ou, no caso, incorreto, no sentido de não permitir aproximações permanentes do entendimento da realidade concreta. Como diz Foley, o desprezo pela HPE é perigoso, assim como, acrescento, pelo pluralismo metodológico, e este “intellectual danger is that the consensus formed at any moment by the sociology of a discipline may be one-sided or just plain wrong” (Foley, 2009, p. 29).

3. O individualismo em economia e a contribuição de James Buchanan

3.1. Introdução

É comum se ouvir entre os economistas a necessidade de as explicações serem fundadas a partir da lógica do comportamento individual. Tal preocupação foi peça chave na emergência da escola novo-clássica em meados da década de 1970, e, a seguir, da escola novo-keynesiana. Seu surgimento pode ser atribuído à crescente insatisfação dos economistas neoclássicos com o modo de se fazer ciência econômica herdado do keynesianismo da síntese neoclássica (que Joan Robinson chamou de “keynesianismo bastardo”),⁶⁴ preocupado este que era com a flutuação e determinação dos agregados macroeconômicos e suas relações estruturais.

De fato, naquele período se tornou patente a incapacidade da teoria então dominante, assentada sobre modelos do tipo IS-LM combinados com a curva de Phillips, de explicar fenômenos como a “estagflação”. A percebida inadequação dos resultados daquele arcabouço teórico trouxe à tona o debate sobre o método então adotado (cf. Monteiro, 2003).⁶⁵ Nesse contexto, assistiu-se à emergência das tradições novo-clássica e novo-keynesiana, ambas claramente formadoras do *mainstream* contemporâneo, e a proposta da retomada dos “fundamentos microeconômicos” na explicação macroeconômica passou a ganhar força: “[t]he observation that macroeconomics is in need of a microeconomic foundation has become commonplace” (Lucas, 1977, p. 216). De acordo com Gerber *et. al.* (1990) a adoção dos microfundamentos traz em seu bojo ao menos quatro suposições metodológicas implícitas: (i) o programa de pesquisa do equilíbrio geral é bem sucedido; (ii) a negação de problemas derivados do processo de agregação; (iii) a ideia de que a microeconomia provê os princípios primeiros da análise macroeconômica; (iv) o monismo

⁶⁴ Lucas (1977) argumenta que o, a seu juízo, descaminho tomado pelo estudo do ciclo econômico e a criação da macroeconomia não deve ser atribuído tanto a Keynes, mas sim a autores como Tinbergen, que procuraram trabalhar com níveis cada vez maiores de agregação.

⁶⁵ Segundo Monteiro (2003), outros fatores a provocar a intensificação do debate sobre questões de método entre os economistas foram o surgimento de importantes controvérsias na própria filosofia da ciência, a partir de trabalhos como os de Kuhn e Lakatos, e o movimento de expansão do tipo de explicação econômica (baseada sobretudo na lógica de escolha racional individual) a outros campos do conhecimento, através, por exemplo, dos trabalhos de Gary Becker.

metodológico, mais especificamente a extensão do tipo de raciocínio micro para a macroeconomia.

Lucas (1987), animado pela crescente valorização dos “microfundamentos” para o estudo da variação dos agregados econômicos, previa, em palestra de 1985, a extinção da divisão entre macro e microeconomia (ou o colapsamento da primeira na segunda) para a retomada da agenda pré-keynesiana de estudo dos ciclos econômicos como resultado da ação de inúmeros indivíduos racionais; reinaria não a macroeconomia, considerada por ele uma saída fácil e tentadora de questões espinhosas ao economista, mas sim a *hard science* “teoria econômica”.⁶⁶ Minford (1997) vai além, ao advogar que a macroeconomia contemporânea é uma recuperação (melhorada, já que com melhores instrumentos analíticos) da teoria econômica não só no sentido de explicar o comportamento dos agregados macroeconômicos como uma resposta de indivíduos racionais a certo arcabouço político-institucional, mas também como tentativa de explicação das mudanças do próprio ambiente político e de política econômica:

Nowadays we require an analysis not only of the maximizing decisions of private agents subject to the policy regime they face, but also of the forces determining that policy regime. The wheel has come full circle: macro must now embrace micro and political economy much as it did in classical days of yore. The difference from then, of course, is that our tools have become more powerful, owing to the heavy use of mathematics, statistics and the computer (Minford, 1997, p. 124).

A despeito da força desse movimento de recuperação encabeçado por, entre outros, Robert Lucas, parece que, ao menos no discurso, nunca tenha sido abandonada a pregação acerca da importância do individualismo metodológico dentro do neoclassicismo.

⁶⁶ Vale a pena ler o chamado de Lucas para a continuidade da retomada da “sanidade” pelos economistas: “[t]he most interesting recent developments in macroeconomic theory seem to me describable as the reincorporation of aggregative problems such as inflation and the business cycle within the general framework of 'microeconomic' theory. If these developments succeed, the term 'macroeconomic' will simply disappear from use and the modifier micro will become superfluous. We will simply speak, as did Smith, Ricardo, Marshall and Walras, of *economic* theory. If we are honest, we will have to face the fact that at any given time there will be phenomena that are well-understood from the point of view of the economic theory we have, and other phenomena that are not. We will be tempted, I am sure, to relieve the discomfort induced by discrepancies between theory and facts by saying that the ill-understood facts are the province of some other, different kind of economic theory. Keynesian 'macroeconomics' was, I think, a surrender (under great duress) to this temptation. It led to the abandonment, for a class of problems of great importance, of the use of the only 'engine for the discovery of truth' that we have in economics. Now we are once again putting this engine of Marshall's work to work on the problems of aggregate dynamics. There is much to be done, but there is an exciting sense of real progress in the enterprise, and I am full of hope” (Lucas, 1987, p. 107-108).

Ao mesmo tempo, o novo-classicismo e o novo-keynesianismo continuam a compartilhar com seus predecessores a dificuldade de construir explicações baseadas apenas no comportamento individual maximizador. Como argumenta Arrow (1994), apesar de explicações baseadas no comportamento individual serem consideradas o alicerce de qualquer interpretação econômica razoável, na prática conceitos e categorias sociais externas aos indivíduos estão presentes e são necessárias em qualquer análise econômica. Em suas palavras, “a close examination of even the most standard economic analysis shows that social categories are in fact used in economic analysis all the time and they appear to be absolute necessities of the analysis, not just figures of speech that can be eliminated if need be” (Arrow, 1994, p. 1). De forma mais geral, Leonard fala da percepção generalizada do descolamento entre o que é pregado como bom trabalho científico em economia e o que, na realidade, os economistas fazem, quando diz que “[f]ew working the history of economic thought/methodology furrow believe that contemporary economic practice heeds methodological preaching” (Leonard, 2001, p. 115), assim como Blaug (*apud* Prado, 1989, p. 232) que escreve que “o que está errado é que os economistas não praticam o que pregam”. A constatação desse comportamento, qual seja, o de que “[o]s economistas, como fariseus, reverenciam a doutrina, mas não a praticam” (Monteiro, 2003, p. 211), tem dado força ao crescimento da abordagem da retórica, ligada sobretudo a McCloskey, como forma de se compreender como se dá o movimento da disciplina economia e a solução de controvérsias entre seus praticantes.

Diante disso, o objetivo do capítulo é procurar compreender qual é o papel do individualismo na ciência econômica. Para isso, após esta seção introdutória, a seção 2 busca estudar brevemente a origem do individualismo no pensamento ocidental e sua entrada na economia. A seção 3 examina a construção teórica chamada de homem econômico. Após, a seção 4 procura esclarecer a distinção entre individualismo metodológico e individualismo ontológico, explicitando que a aceitação de um não implica necessariamente a aceitação do outro. A seção 5 busca compreender como um dos principais pensadores liberais do século XX, o economista J. M. Buchanan, entende por individualismo, em especial no que se refere a seu papel na economia. A seção 6 traz as considerações finais.

A escolha pelo estudo sobre o individualismo especificamente em James Buchanan se deve à constatação de que este autor possui importantes contribuições para diferentes áreas da ciência econômica, em particular a metodologia, que não foram ainda plenamente absorvidas ou apreciadas em nossa ciência. De fato, Boettke e Coyne (2005) explicitam que a inserção de Buchanan no debate sobre o endividamento público durante o domínio do pensamento keynesiano, e sua crítica fundamental à teoria das finanças funcionais, obrigaram-no a repensar os pilares da ciência econômica.

Como coloca Boettke (1998b), Buchanan faz parte do seleto grupo dos laureados com o prêmio Nobel – talvez o reconhecimento máximo que um economista possa ter pela importância de seu trabalho – que adotam uma postura crítica perante o que a profissão pesquisa e a maneira pela qual o faz. Assim como autores do peso de Ostrom, Hayek e Myrdal, por exemplo, Buchanan foi reconhecido mesmo rejeitando a economia convencional nos aspectos metodológicos, no objeto e na linguagem, e não tendo suas críticas e suas propostas alternativas provocado impacto profundo na corrente principal da profissão. De fato, o trabalho de Buchanan se enquadra bem nas três características que Boettke (1998b) utiliza para qualificar um economista como dissidente: a não utilização da linguagem e das ferramentas típicas dos economistas (a modelagem matemática e os testes econométricos), a argumentação filosófica como crítica à ciência econômica contemporânea, e a preocupação com argumentos normativos e a relevância política de sua pesquisa.

Buchanan pode ser considerado um dos expoentes da *mainline economics*, termo que se refere a uma linha de pesquisa que Boettke (2007) diz existir ao longo da história do pensamento econômico e que procura realizar explicações e interpretações para a coexistência pacífica numa sociedade não dirigida centralmente, especialmente através da promoção da “harmony of interests that emerges through the competitive market process” (Boettke, 2007, p. 7). Buchanan possui posição bastante distinta da economia ortodoxa, o que pode permitir ao economista avaliar o papel do individualismo em economia, especialmente aquele buscado pelos pais fundadores da disciplina.

3.2. A entrada do individualismo no pensamento econômico

A emergência do indivíduo como entidade autônoma na filosofia ocidental moderna deve ser vista como um processo de reação à submissão individual ao coletivo ou a entidades hierarquicamente superiores, em particular no pensamento cristão medieval. O indivíduo aparecia apenas como uma peça numa engrenagem superior que deveria ser fortalecida e engrandecida, ainda que à custa daquele. Nas palavras de Louis Dumont, “[d]entre as grandes civilizações que o mundo tem conhecido, o tipo holístico de sociedade tem sido esmagadoramente predominante; de fato, isto parece ser a regra, sendo a única exceção a nossa sociedade moderna e seu tipo individualista de sociedade” (*apud* Souza, 1995, p. 2).

Segundo Davis (2003, cap. 1), o conceito moderno de indivíduo surge a partir da visão de Descartes de um ente que se identifica com sua razão, isolado do mundo material que o cerca. Esse isolamento surge a partir do ceticismo metódico cartesiano, o abandono de todas as certezas até chegar à única inegável: “*Cogito ergo sum*” – “Penso, logo existo”, axioma a partir do qual passa a deduzir consequências irrefutáveis e que não podem ser objeto de engano por parte de seus sentidos. Isso indica, coloca Davis, que o indivíduo pode ser “desconectado” do mundo material – o que, com Locke, passa a ser uma capacidade de acessar o mundo de forma objetiva, sem o intermédio de valores subjetivos, implicando que se podem descartar as influências externas como a cultura, pressões sociais, padrões comportamentais para se buscar, livremente e de forma consciente e deliberada, a verdade e o aumento da felicidade.⁶⁷

⁶⁷ No pensamento moderno, progresso científico e material e aumento da felicidade humana estão intimamente conectados, a ponto de se poder dizer que o iluminismo, em certo sentido, prometeu falsas esperanças ao mundo ocidental. Fonseca (2002, p. 30) coloca na boca de um de seus personagens: “[e]ntre as crenças que povoavam a imaginação e a visão de futuro iluminista, uma em particular revelou-se problemática: a noção de que os avanços da ciência, da técnica e da razão teriam o dom não só de melhorar as condições objetivas de vida, mas atenderiam aos anseios de felicidade, bem-estar subjetivo e realização existencial dos homens”. Na economia contemporânea há uma extensa controvérsia sobre a relação entre elevação da renda *per capita* e aumento da felicidade subjetiva reportada pelos indivíduos de determinada amostra (ver, por exemplo, Clark *et. al.*, 2008, Gardes e Merrigan, 2008). Nessa linha de pesquisa, o “paradoxo de Easterlin” se refere à falta de correlação temporal, numa análise agregada, entre níveis de felicidade e o crescimento da renda real nos países ocidentais no período pós-guerra. Tal “paradoxo”, uma vez constatado, deu origem a uma família de estudos na mesma direção, segundo a qual elevações da renda disponível acima de certa “linha de subsistência” parecem deixar de ser fonte relevante de incrementos na felicidade; a hipótese explicativa do próprio Easterlin é que os indivíduos levam mais em conta sua renda relativa aos demais membros da comunidade do que sua renda real absoluta (cf. Gardes e Merrigan, 2008). Outra família de estudos, contudo, procura qualificar tais resultados já que, numa análise *cross-section*

Para Davis, o que caracteriza a visão cartesiana de indivíduo como moderna é a possibilidade que se abre para o progresso científico, na medida em que o mundo, agora visto como um mecanismo de causa e efeito, passa a ser inteligível ao homem desengajado socialmente e de seus sentidos, identificado com sua razão pura e capaz de formar ideias claras e distintas e, a partir daí, raciocínios certos para compreender (e controlar) o mundo que o rodeia. Em Descartes, como explica Fonseca (2003), a dúvida deixa de ser o impedimento para o conhecimento, mas passa, ao contrário, a ser o meio pelo qual o conhecimento é adquirido. Assim, “duvidar faz parte do trabalho do cientista, de maneira que este sempre deve desconfiar de seus dados, de seus testes, de suas respostas” (Fonseca, 2003, p. 20).

O ideal cartesiano encontra em Hobbes a tentativa de aplicação do método científico ao mundo social e político (ou, talvez se possa dizer, a conexão entre teoria do conhecimento e teoria política ou social). Hobbes possivelmente seja o primeiro a fazer a aplicação direta do método cartesiano às ciências sociais.

Como argumenta Guimarães (1996), Hobbes escreve no sentido de buscar fundamentar racionalmente a obediência ao poder político estabelecido a partir do estudo do homem (individual) “como ele realmente é”, dotado de paixões que determinam seus objetivos (em particular a continuação da vida) e da razão (que indica o meio, no caso, o contrato social e a obediência). Em outras palavras, Hobbes parte da análise da natureza individual, feita de paixões e razão, para deduzir, por uma espécie de agregação, a necessidade da obediência ao poder político, de forma a se evitar que a incerteza em relação ao comportamento de outrem torne racional a antecipação da violência como medida de autodefesa. Daí Guimarães colocar, a respeito do pensamento hobbesiano, que “[s]e as paixões afastam (cegam), cabe à razão o papel de unir, de gerar o consenso” (Guimarães, 1996, p. 147). Em especial a razão de um indivíduo, o soberano, garantiria a paz e a prosperidade do povo. Por isso Hobbes não coloca limites à ação do soberano, já que sua

com menor nível de agregação, famílias com nível de renda maior reportam maior nível de bem-estar que outras de um mesmo país, ou, numa análise de painel, estudos relatam que a felicidade de um indivíduo marcado aumenta conforme lhe sejam dados aumentos em sua renda (Clark *et. al.*, 2008).

razão associada ao seu auto-interesse tratariam de garantir que fossem aplicadas as regras mais corretas à comunidade (cf. Guimarães, 1996).

Hobbes está preocupado em encontrar de que maneira a sociedade individualista pode existir; encontra no Estado construído e administrado racionalmente a resposta. O Estado é que garante a sociabilidade benéfica, estável e previsível, em contraposição à guerra de todos contra todos que existe quando ele não está presente.

Cumprido destacar que razão, em Hobbes, possui um significado especial. Está além da capacidade de distinguir um desígnio ou propósito para o universo ou para a moral. “[A] razão hobbesiana é a razão moderna, matemática e condicional, que parte de definições precisas e deduz paulatinamente as conclusões” (Guimarães, 1996, p. 147).

De acordo com Davis (2003, p. 4), a grande contribuição de Descartes ao pensamento ocidental é justamente a cisão do mundo em um subjetivo, interior ao homem, e um objetivo, exterior ao homem, e a compreensão deste através da formação de ideias claras e distintas. O avanço proposto por Locke é desconfiar da capacidade de formar claras e distintas ideias, garantida por Deus, como sendo apenas opiniões de homens. Com isso, propõe que a construção do conhecimento se dê a partir do rearranjo de ideias simples que advêm ao homem através dos sentidos, já que a mente humana nasce como uma folha em branco pronta a ser preenchida. A permanente recombinação de ideias simples proporciona a construção de ideias complexas.

A principal implicação da visão lockeana de conhecimento é que sua construção é, em certo sentido, desenraizada do mundo ao redor, de paixões e de qualquer autoridade superior; o indivíduo passa a ser responsável por construir e avaliar as ideias complexas que detém. A capacidade de julgamento sobre o grau de verdade e correlação ao mundo objetivo de suas ideias faz o indivíduo livre, na medida em que não depende de algum ente superior para garantir seu correto conhecimento e que não será enganado.

Assim, Locke foi além de Descartes no grau de autonomia do indivíduo, ao abrir mão da hipótese de que Deus garantiria a correção das ideias inatas, ou seja, em Locke a existência de indivíduos já não mais requeria a garantia de Deus; agora, ao homem cabe julgar a verdade contida nas ideias simples advindas dos sentidos. Locke também foi além de Descartes ao estender o individualismo, que no sistema cartesiano se restringia à

capacidade de raciocínio e de construção do conhecimento, para a teoria política. Com isso, afirma-se a individualidade sobre qualquer outro poder externo superior. Nas palavras de Davis, “in abandoning innate ideas and reason, and in supposing that individuals had a natural ability to recognize the simple and inalterable ideas of sense experience, Locke effectively made individuals responsible for their own existence” (Davis, 2003, p. 5).

Paulani (2005, cap. 1), na tentativa de compreender as raízes do individualismo, destaca a interpretação de Hegel para a modernidade. Hegel, segundo ela, encontra na subjetividade e na liberdade as marcas distintivas da época moderna. O termo subjetividade, aqui, possui quatro sentidos: individualismo (singularidade particular), direito de crítica (reconhecimento por cada um como legitimação), autonomia da ação (cada um responde por seus atos) e filosofia idealista.

Segundo ainda Paulani (2005, cap. 2), o subjetivismo (e o individualismo) acaba dando algum suporte à filosofia utilitarista, que com Bentham ganha corpo na Inglaterra na virada do século XVIII ao XIX. Em Bentham não existe interesse coletivo, ou melhor, o interesse coletivo é apenas a soma dos interesses individuais, já que é o indivíduo que, de fato, existe, pensa, avalia e deseja, e não entidades coletivas abstratas. Esse deve ser o fundamento de qualquer política governamental.⁶⁸ “Para Bentham, portanto, tudo deve partir do indivíduo concreto, porque é só ele que de verdade existe” (Paulani, 2005, p. 39).

Talvez seja correto se pensar que, ao menos no sentido entendido usualmente pela profissão, aí esteja localizada a porta de entrada do individualismo, de forma definitiva, na teoria econômica, ainda que Bentham esteja à margem do *mainstream* da economia política clássica, ao menos no que tange às explicações acerca da teoria do valor, dominada nas primeiras décadas do século XIX pela teoria do valor trabalho.

Classificar Bentham como porta de entrada do individualismo em economia pode evitar imprecisões porque, de acordo com Soromenho (2000), há, na economia

⁶⁸ O liberalismo apregoado por Friedman, já no século XX, parece assentar-se sobre fundamentos semelhantes: “[p]ara o homem livre, a pátria é o conjunto de indivíduos que a compõem, e não algo acima e além deles. O indivíduo tem orgulho de sua herança comum e mantém lealdade a uma tradição comum. Mas considera o governo como um meio, um instrumento – nem um distribuidor de favores e doações nem um senhor ou um deus para ser cegamente servido ou idolatrado. Não reconhece qualquer objetivo nacional senão o conjunto de objetivos a que os cidadãos servem separadamente. Não reconhece nenhum propósito nacional a não ser o conjunto de propósitos pelos quais os cidadãos lutam separadamente” (Friedman, 1984, p. 11).

clássica, uma permanente tensão entre a busca por explicações a partir do comportamento individual (e daí a possibilidade de vislumbrarmos a economia clássica como fonte do atomismo neoclássico) e a rendição à capacidade explicativa a partir das interações entre classes sociais, sem quaisquer referências à capacidade de escolha individual.

Segundo Coutinho (1990, cap. 3), particularmente em Smith há um utilitarismo e um subjetivismo difusos, de maneira que “[n]ão há como fugir ao Smith utilitarista” (Coutinho, 1990, p. 142, n. 30). Isso se manifesta, por exemplo, na teoria do valor smithiana, caracterizada pela abordagem do trabalho comandado, que é escolhido como medida do valor precisamente porque seu valor (no sentido de sacrifício) subjetivo é supostamente invariável ao trabalhador. Mais do que isso, a preocupação mesmo com a questão do progresso e da riqueza está subordinada a um princípio psicológico subjetivo, qual seja, o de que os indivíduos preferem mais a menos – ou seja, de que há “necessidades crescentes” (Coutinho, 1990, p. 109). Isso é o que os impulsiona à troca, na medida em que é o trabalho que supre as necessidades humanas, e o trabalho especializado é o que faz isso melhor, por apresentar maior produtividade. Assim, “[e]stabelecido como ponto de partida um móvel subjetivo para o trabalho humano (as demandas crescentes), Smith ofereceu como resultado um princípio objetivo da sociabilidade mercantil: a produtividade crescente, oriunda da divisão do trabalho” (Coutinho, 1990, p. 110). Em suma, a economia política smithiana está assentada sobre o postulado psicológico de que os indivíduos buscam melhorar sua situação (o que significa, em certo sentido, uma posição egoísta), e que por isso efetuarão as trocas.⁶⁹ Ainda assim, seria incorreto entender que o tipo de individualismo e utilitarismo smithianos teriam sido exportados como fundamento de uma ferramenta teórica ou metodológica para a construção do homem econômico da teoria neoclássica. Ao contrário, a herança de Bentham parece ter sido muito mais forte que a smithiana na elaboração do indivíduo racional maximizador pós-Revolução Marginalista. Até porque Santos e Bianchi (2007) argumentam que “auto-interesse não é, para Smith,

⁶⁹ “A troca é a expressão do relacionamento egoístico, em que ambas as partes visam ao próprio benefício. Deste modo, todo o sistema smithiano de economia política – envolvendo produção, divisão do trabalho, troca – ancora em uma característica psicológica constitutiva da natureza humana, a busca do benefício. A operação define o estatuto da economia política: ela é o capítulo da jurisprudência que tratará da esfera da ação humana regulada pelo princípio egoístico, ou melhor, a economia constitui o território em que o princípio egoístico promove o bem comum, ao multiplicar riquezas” (Coutinho, 1990, p. 111).

sinônimo de egoísmo”, mas “se trata de um conceito sutil e complexo, com múltiplas variantes” (Santos e Bianchi, 2007, p. 640).

Por seu turno, Foley (2004) defende que os clássicos (Smith, Ricardo e Malthus, e seu crítico, Marx) estavam interessados na articulação e nas interações entre as classes (trabalhadores, capitalistas e proprietários de terra) numa sociedade capitalista, e não no processo de escolha entre alternativas de um indivíduo genérico. Para isso, na busca deste objetivo, o estudo da dinâmica de relacionamento (possivelmente contraditório) entre as classes, empreendiam a construção de um personagem sabidamente fictício, um representante padrão de cada classe (o capitalista frugal, o trabalhador que consome todo seu salário de subsistência, o proprietário rentista que gasta toda sua renda de forma improdutiva) que nada tinha de comportamento normativo ou racional/hedonista. Também não se preocupavam em somar o comportamento de infinitos representantes de cada classe para obter o comportamento da economia agregada. Vale dizer, o indivíduo, sob esta ótica, só se apresenta como um mero carregador das propriedades distintivas da classe a que pertence.⁷⁰

Já Hayek vê nos clássicos certa confusão entre o real estatuto do individualismo. Segundo ele, apenas com Menger foi feita a distinção entre individualismo como princípio moral de um lado, e como princípio metodológico de outro: “[o] que nos autores clássicos da economia política permanecia como uma espécie de mistura, um meio-termo entre postulado ético e instrumento metodológico, Menger preferiu desenvolvê-lo sistematicamente neste último sentido” (Hayek, 1934, p. 12-13). Além disso, como será visto adiante, Hayek critica a interpretação de que o homem econômico tal qual adotado pela teoria ortodoxa seja um legado smithiano; segundo ele, “[i]t is na error that Adam Smith preached egotism: his central thesis said nothing about how the individual should use his increased product; and his sympathies were all with the benevolent use of the increased income” (Hayek, 1976a, p. 120).

⁷⁰ Pedro Fonseca concorda com Foley ao menos no que se refere a Ricardo, já que, segundo ele “a unidade analítica em Ricardo não é o indivíduo, mas as classes sociais” (Fonseca, 2003, p. 27). De acordo com ele, Ricardo procurou explicar o funcionamento do sistema econômico à semelhança de uma máquina, segundo leis constantes, de modo que, nessa perspectiva “o indivíduo é apenas suporte para as leis férreas da economia” (Fonseca, 2003, p. 26).

De qualquer modo, o conceito de valor utilidade e, por tabela, a entrada do homem econômico em cena ganham corpo com Say e os dois Mill e, posteriormente, com a Revolução Marginalista e a consolidação da teoria neoclássica. De fato, Stuart Mill, um dos primeiros economistas a se preocupar mais detalhadamente com questões de método, traz uma permanente tensão em seu pensamento acerca da combinação de princípios psicológicos universais e imutáveis e especificidades históricas na formação do comportamento do homem econômico (cf. Paulani, 2005, cap. 3).

3.3. Individualismo e homem econômico

Há dois tipos de construção teórica do comportamento econômico individual na ótica neoclássica, de acordo com Fonseca (1988), seguindo distinção proposta por Lionel Robbins. O primeiro se refere ao chamado homem econômico do tipo psicológico, versão que destaca a motivação estritamente egoísta e hedonista de toda ação humana. É erigido, então, um arcabouço que procura deduzir de que forma se dá e quais as consequências da interação de vários indivíduos agindo dessa maneira. O resultado é o alcance de resultados benéficos a partir de desejos egoístas. Esse tipo de hipótese acerca do homem econômico já não é a predominante, a despeito de ter marcado, sim, o trabalho de economistas centrais na história do pensamento econômico, como Edgeworth, Jevons e os teóricos da linha de pesquisa sobre o equilíbrio geral tradicional.

Ao longo de boa parte da história do pensamento econômico, a adesão ao individualismo metodológico esteve atada tanto ao entendimento do homem, ao menos no que interessa a fins analíticos, como imutável em sua natureza egoísta e maximizadora de um lado, e, de outro, à busca por uma teoria econômica e social que se assemelhe à precisão, ao rigor e à generalidade das ciências naturais.⁷¹ Sintomaticamente, Edgeworth chega a afirmar que “pelo menos a concepção do Homem como uma máquina de prazer

⁷¹ J. A. Schumpeter, ao que consta, foi o primeiro a utilizar o termo “individualismo metodológico”, em um artigo de 1908 (cf. Davis, 2003, p. 35; Hodgson, 2007, p. 212).

[*pleasure machine*] poderá justificar e facilitar o emprego de termos da mecânica e raciocínio matemático na ciência social” (*apud* Fonseca, 2002, p. 194).

A segunda versão da explicação neoclássica do comportamento econômico é a do homem econômico de tipo lógico. Aqui, abre-se mão do postulado do egoísmo e do hedonismo desenfreado para se colocar ênfase sobre a racionalidade da escolha, a maneira (racional) de se alcançar determinados fins, independente de quais sejam. Nessa ótica, por definição o indivíduo busca seu interesse próprio, independente de qual seja ele, e atinge a maximização de sua utilidade subjetiva, inclua ela, ou não, a felicidade de terceiros, o progresso da nação, a preservação da natureza, etc. Dequech (2007-08), identifica a escola neoclássica por três características, sendo uma delas precisamente a racionalidade entendida como maximização da utilidade.⁷²

Robbins associa o homem econômico de tipo lógico a uma espécie de resgate da visão dos economistas clássicos sobre a motivação e o comportamento econômico individual, após a mal sucedida tentativa de explicação pelas primeiras gerações de neoclássicos, com uma visão demasiado estreita sobre o significado de interesse próprio. Ao falar sobre a posição dos clássicos, em particular Smith, a favor do livre comércio e a crítica ao mercantilismo, ele ressalta:

[É] dada ênfase à desejabilidade de utilizar o mecanismo da produção para a poderosa e ubíqua força do interesse pessoal, não necessariamente o egoísmo: interesse pessoal significa interesse do indivíduo e do círculo íntimo para o qual ele reconhece, espontaneamente, ter obrigações. Nenhuma força existente é tão forte quanto esta (Robbins, 1972, p. 30).⁷³

Fonseca (1988) aponta que, sob tal visão, o homem econômico é racional na medida em que torna máxima sua satisfação, sejam suas preferências típicas de uma pessoa

⁷² As demais são a centralidade dada aos estados de equilíbrio e a rejeição de incerteza de tipo forte, notadamente o que o autor (e. g. Dequech 2011b) chama de incerteza fundamental. Dequech (2011a) fala do movimento conhecido como “imperialismo econômico” como resultado especialmente da extensão do conceito neoclássico de racionalidade como maximização da utilidade a outros campos do saber

⁷³ A citação de Robbins, a meu juízo, explicita que a distinção entre as interpretações do homem econômico pode ser colocada nos termos propostos por Dequech (2008); assim, o homem econômico do tipo lógico pode ser visto como combinando diferentes lógicas de ação, como a da família, a cívica e, claro, a do mercado, ao passo que o homem econômico do tipo psicológico destaca apenas a lógica de mercado como constituidora do interesse privado e, assim, motivadora da ação humana. Nesse sentido, a explicação de tipo lógica se torna um caso mais geral que a de tipo psicológica.

de gostos apurados e sofisticados, com valores nobres, altruísta, abnegada, sejam de um egoísta ou de alguém com preferências pouco refinadas. Segundo Robbins (cf. Fonseca, 1988), este tipo de visão estaria mais próxima do ramo austríaco da revolução marginalista, especialmente com Menger e, posteriormente, Böhm-Bawerk, que do ramo britânico, com Jevons.

Essa ligação que Fonseca (1988) atribui a Robbins, qual seja, a do homem econômico de tipo lógico com o austrianismo, pode ser fruto da ênfase dada por esta escola de pensamento ao subjetivismo. Como se sabe, Menger foi motivado pela polêmica com os adeptos da escola histórica alemã, o *Methodenstreit*, a formular de modo mais genérico seu argumento acerca da possibilidade (e necessidade) de os cientistas sociais estabelecerem critérios gerais e teorias abstratas que tenham capacidade de explicação dos fenômenos econômicos e sociais, ao invés do simples aglomerado de informações históricas ou de explicações datadas e localizadas (Hayek, 1934). Menger, assim, coloca no método individualista o cerne do argumento a favor da teorização econômica. Em Menger, como de resto em seus seguidores austríacos, a metodologia individualista está intimamente relacionada a outro princípio fundamental austríaco: o subjetivismo.⁷⁴ A existência deste princípio psicológico universal, associado ao método individualista, permitiria ao cientista social produzir explicações e modelos teóricos gerais capazes de cobrir não apenas fenômenos específicos ou localizados.⁷⁵

⁷⁴ Comentando a obra de Kirzner, Boettke e Sautet afirmam que “Kirzner argues for a particular form of the microfoundations of the discipline – a consistent and persistent subjectivism. It is only by pursuing the subjectivist position, he argues, that we can aspire to have an objective science of economics. In this sense, he finds himself in the company of Carl Menger, Eugen von Böhm-Bawerk, Knut Wicksell, and Philip Wicksteed in the late nineteenth century, of Mises and Hayek in the mid-twentieth century, and, to some extent James Buchanan in the later half of the twentieth century of economic thinking” (Boettke e Sautet, 2009, p. xvi).

⁷⁵ Com Menger, portanto, a economia torna-se um ramo distinto do historicismo, ao passo que com Hayek é colocada claramente a distinção entre a economia e as ciências naturais, com sua crítica à “lógica da escolha pura” (Hayek, 1937). Sob o ponto de vista hayekiano, portanto, a economia, ao mesmo tempo em que não pode buscar apenas nos registros históricos seu conhecimento e interpretação do mundo, tampouco se compara à Física ou à Química na capacidade de estabelecer leis certas e imutáveis envolvendo objetos inanimados.

No entanto, penso que aproximar a proposta robbinsiana da escola austríaca pode levar a um posicionamento impreciso, não só se tivermos em mente a contribuição de Hayek (à frente tratarei rapidamente deste autor), mas também a de Mises.⁷⁶

Mises chamou sua principal obra de *Human Action*. Ele dedicou as primeiras cem páginas desta empreitada intelectual a delimitar e caracterizar a praxeologia, que, em sua interpretação, seria não apenas um método, mas uma ciência da ação humana que englobaria também a economia, ou ainda, a catalática, o estudo da organização e coordenação das atividades humanas através do mercado.

Nesta perspectiva, a ação humana deve ser entendida como racional e proposital, no sentido de não ser fruto de comportamento meramente reflexo e aleatório. O homem que raciocina, deseja, prefere, planeja e age está, portanto, no centro do arrazoado austríaco. A ênfase da ciência econômica, na perspectiva austríaca, deve estar sobre a ação do homem que busca alcançar determinado fim; qualquer explicação econômica deve passar por esse crivo, estar erigida sobre esse fundamento.⁷⁷

Moss consegue sumarizar bem a teorização econômica numa perspectiva praxeológica: “Economic explanations must either explicitly or implicitly make reference

⁷⁶ Aliás, um importante debate dentro do austrianismo envolve a compatibilidade e complementaridade entre as obras de Hayek e Mises, em particular sobre o quanto é possível aceitar, ao mesmo tempo, a praxeologia e o método apriorístico de Mises, e o institucionalismo e a teoria do conhecimento de Hayek. Salerno (1993) propõe a desomogeneização de Mises e Hayek, ao passo que Boettke (1998a) é convincente ao argumentar que, se não se podem ignorar as diferenças entre Mises e Hayek, tampouco se deve negar que a distância entre ambos é muito menor do que a que os separa da ciência econômica dominante, e que a contribuição de ambos ao debate do cálculo econômico socialista, seja através do papel dos preços em Mises, seja o problema do conhecimento em Hayek, são não apenas complementares, mas o segundo decorrencia do primeiro. De certa forma, mostra Boettke (1998a), a diferença entre eles é aumentada pelas distinções na forma de apresentação derivada dos distintos públicos aos quais ambos se direcionaram, tanto assim que, em suas aulas, o professor Boettke alerta seus alunos que a maneira correta de se ler Hayek é colocando “óculos misesianos”. De qualquer maneira, o próprio Hayek parece concordar com Popper quando este escreve que “undesigned social institutions may emerge as unintended consequences of **rational actions**” (*apud* Hayek, 1967c, p. 100, n.12, grifo meu) e com o conceito de Merton de “unanticipated consequences of **purposive social action**” (*apud* Hayek, 1967c, p. 100, n.12, grifo meu). Feijó (2000, cap. 5), por seu turno, defende que há algumas diferenças entre as epistemologias de Mises e Hayek. Segundo ele, o tipo de epistemologia de Mises é o racionalismo, no sentido de que é possível “a reconstituição racional da natureza da ação propositada de modo puramente *a priori*” dada a “existência de uma lógica universal que comanda as ações humanas” (Feijó, 2000, p. 172), ao passo que a o tipo de epistemologia de Hayek é o subjetivismo evolucionista. Além disso, ainda segundo Feijó, Hayek aceita tanto o subjetivismo no que diz respeito à teorização quanto “a existência de um mundo exterior na explicação dos fatos sociais” (Feijó, 2000, p. 181), o que é recusado por Mises. Para uma avaliação crítica da tentativa de desomogeneização de Mises e Hayek, tendo por pano de fundo o debate do cálculo econômico socialista, ver Barbieri (2005, cap. 6).

⁷⁷ A propósito, a delimitação entre ciências naturais e ciências humanas, e, portanto, um dualismo metodológico, na perspectiva de Mises pode ser dada precisamente pelo fato evidente do homem ser um ente que pensa e age. Em entrevista, Boettke (2012) atribui a Mises a seguinte frase: “If you throw a rock into water it sinks; if you throw a stick into water it floats; if you throw a man into water he must decide whether to sink or swim”.

to individual purposes and plans; otherwise they ignore a realm of experience as real as the world of things” (Moss, 1975, p. xxi). Boettke e Sautet (2009, p. xviii) assentam a abordagem praxeológica sobre o tripé “[p]urposefulness (teleology), subjectivism, and rationality (economizing)”. Nas palavras do próprio Mises, a ação humana é motivada pela insatisfação com determinado estado de coisas que rodeia o indivíduo, que busca, então, diminuir seu desconforto, seu *uneasiness*, através de alguns meios:

Man acts because he is dissatisfied with the state of affairs as it prevails in the absence of his intervention. Man acts because he lacks the power to render conditions fully satisfactory and must resort to appropriate means in order to render them less unsatisfactory (Mises, 2006, p. 2).

Nesse sentido, o austrianismo de Mises se contrapõe frontalmente à perspectiva robbinsiana do agente maximizador, na medida em que a existência de planos e ação direcionada a fins e o caráter eminentemente ativo do agente econômico são o oposto da passividade e do comportamento reflexo do *homo economicus*.⁷⁸ Tanto que Mises propõe a categoria do *Homo agens*, “the acting animal” (Mises, 2006, p. 4). Caldwell explicita:

[T]he Austrians retained the device of a self-interested agent, but, as time went on, their agent diverged significantly both from the classical *homo economicus* and from the utility-maximizing agent (later dubbed “the Robbinsian economizer” by Israel Kirzner) that would emerge in mainstream economics (Caldwell, 2004, p. 77).⁷⁹

De fato, Ferreira (2003) percebe que o conceito neoclássico de indivíduo implica, na verdade, a sua própria negação enquanto detentor de livre agência e capacidade de escolha, na medida em que sua ação é sempre univocamente determinada pelo critério

⁷⁸ Salerno (2009) procura mostrar que Robbins, com sua visão de homem econômico e a lógica da economização, contribuiu para uma interpretação da economia que pode ser conciliada com a praxeologia dos austríacos, fazendo, assim, oposição à interpretação austríaca crítica de, por exemplo, Kirzner (e.g. 2009), da qual compartilho. Salerno (2009) procura fundamentar sua posição de duas maneiras: a primeira, usando trechos escritos por Mises em que este parece dar aprovação ao método robbinsiano, bem como ressaltando a ausência de crítica de Mises a Robbins onde isso poderia ser esperado; a segunda, usando base textual do próprio Robbins para oferecer uma interpretação de que o britânico construiu uma teoria não de equilíbrio (geral), mas sim de processo de mercado, dinâmica, complexa, subjetivista e com espaço para a ação empresarial.

⁷⁹ Sobre os debates, aproximações e distanciamentos entre as reflexões metodológicas de Robbins e Mises, ver Caldwell (2004, cap. 9).

de maximização das utilidades subjetivas, de modo a garantir o alcance do ponto de equilíbrio ótimo do sistema econômico:

[N]esse paradigma, não há espaço para tomada de decisão dos agentes. O sistema só existe para um ponto, o ponto de equilíbrio. Fora dele, os indivíduos não possuem sentido algum. Os agentes, nesse construto, não são dotados de 'free will'. Na verdade, então, o que há na teoria ortodoxa é um 'holismo metodológico', em que apenas se identificam os indivíduos uma vez atingido o ponto de equilíbrio (Ferreira, 2003, p. 47).

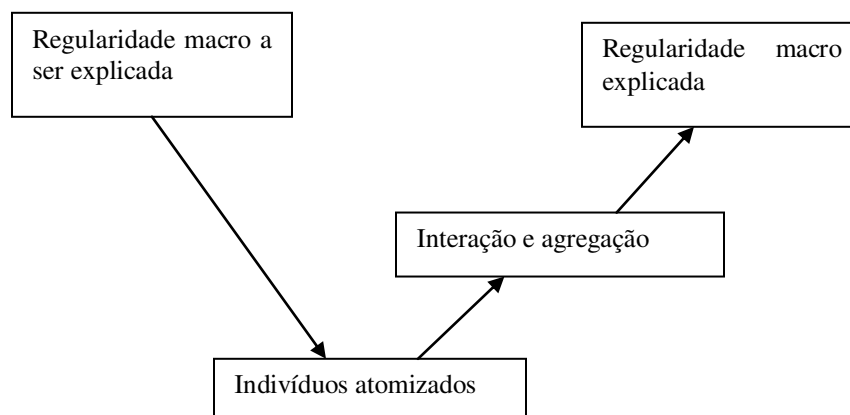
Prado consegue captar a questão sobre o uso do homem econômico e a pregação sobre o método dos economistas:

Tal racionalidade maximizadora é vista como atributo essencial do homem; é o que sustentam – ainda que não do mesmo modo – muitos autores de Mill a Robbins e mesmo depois deste último, ainda que mais raramente. Nesse caso, o indivíduo maximizador é tomado como a unidade última do sistema econômico, supondo-se implícita ou explicitamente que as origens de todos os fenômenos sociais devem ser e só podem ser encontradas nas decisões e ações dos átomos que formam a sociedade (Prado, 1989, p. 122).

Como colocam Prado (2006) e Belluzzo (2000), no tratamento convencional do homem econômico e do individualismo metodológico/atomístico tal qual propalado pela corrente dominante na teoria econômica (que Prado, 2006, chama de microeconomia reducionista), os agentes são ligados exclusivamente por nexos externos a eles; as estruturas que se formam não podem ser tratadas como detentoras de propriedades exclusivas a si, que não se reportem imediatamente à ação dos indivíduos agregados. Mais do que isso, a relação entre indivíduos e estruturas supra-individuais é unidirecional: dos indivíduos para a estrutura. Os átomos isolados atuam no sentido de interagirem com seus iguais já dotados de suas propriedades imutáveis (ao menos no que se refere aos resultados de sua própria ação/contato), e não recebem influência no sentido contrário. Isso implica também que o resultado de suas interações ou lhes seja plenamente conhecido, ou que em nada afete seus planos ou suas preferências.

Vejamos o diagrama explanatório proposto por Prado (2006):

Figura 1: Microeconomia reducionista



Fonte: Prado (2006, p. 308).

Note-se que o método reducionista inicia sua análise através da decomposição do fenômeno agregado em indivíduos atomizados, a unidade última e independente de explicação. A partir das propriedades intrínsecas e independentes de tais átomos,⁸⁰ deduz-se unidirecionalmente o comportamento regular e o resultado de sua interação, agregando-se tais resultados de modo a se obter, novamente, a representação do fenômeno agregado, agora explicado. Novamente: o sentido é único, e não há propriedades que não sejam explicadas a partir das características trazidas e comunicadas pelos átomos. Por isso Soromenho (2000) escreve que o atomismo, a ausência de qualquer explicação causal de ordem supra-individual, possui uma dupla representação na economia neoclássica do equilíbrio geral: ela se reafirma tanto na própria definição do objeto da ciência econômica, a saber, a sociedade formada pela mera agregação de vários átomos que produzem resultados não-intencionais,⁸¹ quanto em seu método, qual seja, apreender a sociedade a partir apenas do comportamento dos indivíduos atomizados.

Como coloca Prado (1989, p. 121-122; 236), a adoção do modelo de homem

⁸⁰ “Os agentes não apenas tomam a melhor decisão com base nas suas expectativas sobre as consequências de suas ações, mas se julga que eles empregam com consistência toda a informação disponível para formar uma expectativa a mais correta possível” (Prado, 2006, p. 313).

⁸¹ No objeto porque, como se encarrega de esclarecer Soromenho (2000), da ciência econômica não se pode afirmar que possui um objeto claramente definido.

econômico vem acompanhada da visão de que os indivíduos atomizados, dotados de racionalidade maximizadora, são e devem ser a unidade última de explicação dos fenômenos econômicos; sendo evidente e aprioristicamente verdadeiras as proposições acerca do homem econômico, a partir dele se podem deduzir conclusões irrefutáveis.

A forma que o individualismo toma na teoria convencional se mostra incompatível, a meu juízo, com os conceitos hayekianos de ordem espontânea e consequências não-intencionais da ação humana. Como se sabe, a ordem espontânea, tão enfatizada por Hayek, surge como resultado não deliberado ou planejado da ação de diversos indivíduos; além do mais, ela possui características que a distingue de meros agregados de ações individuais, e sobre as pessoas exerce influência cognitiva, informativa e motivacional, de modo a tornar incorreta a visão de influência unidirecional como pregada pela microeconomia reducionista.

Prado (2006) propõe, em contraposição à microeconomia reducionista, a chamada microeconomia sistêmica, a tentativa de explicação de fenômenos agregados a partir de indivíduos que são sim influenciados por estruturas que lhes sejam exteriores e detenham características adicionais aos próprios indivíduos.

3.4. Individualismo metodológico e ontológico

Numa citação colocada na seção anterior, Prado, ao falar sobre a maneira como é vista uma suposta natureza maximizadora dos homens na teoria convencional, relata que esta visão do homem econômico permeia a obra de muitos autores, “de Mill a Robbins e mesmo depois deste último, **ainda que mais raramente**” (Prado, 1989, p. 122, grifo meu). Logo em seguida, completa: “[e]ssa perspectiva metodológica, entretanto, (...) perde a hegemonia no âmbito da teoria econômica no correr do presente século; outras alternativas para justificar as realizações científicas nesse campo do conhecimento são, no entanto, engendradas”. Remete, então, a Pareto.

Segundo Prado (1989, cap. 6), Pareto, expoente do cientismo positivista em economia, prega a clara distinção entre ciência positiva e normativa, colocando-se ao lado

da primeira. O italiano se posiciona também junto aos convencionalistas no campo epistemológico. Para ele, é impossível ao homem conhecer de forma perfeita e completa o mundo e os fenômenos que presencia, tanto pela complexidade do mundo (que não permite facilmente generalizações certas e infalíveis) quanto pela limitação mental e cognitiva humana. Assim, em sua visão, ao cientista não cumpre fornecer explicações ou leis perfeitas e universais, plenamente compatíveis com a realidade objetiva, mas sim simplificações do real, abstrações que permitam captar alguns pontos dos fenômenos observados. Sobre Pareto, Prado diz:

“Esse autor explicita que em ciência busca-se simplicidade, procuram-se construções interessantes que não cobrem e nem pretendem cobrir todas as particularidades do real. Tudo isso pode ser resumido dizendo que as leis, para Pareto, são convenções até certo ponto arbitrárias” (Prado, 1989, p. 125).

Com isso, Pareto conclui que todas as teorias científicas são falsas, na medida em que não representam a realidade existente. Sob o ponto de vista convencionalista, uma teoria (falsa, já que apenas parcialmente verdadeira) deve ser sempre preferida a outra (novamente: falsa, já que apenas parcialmente verdadeira) na medida em que for mais simples e estiver mais de acordo com os dados objetivos. Remete, enfim, aos fatos concretos como capazes de corroborar certa teoria científica.

A abordagem convencionalista de Pareto deixa a um passo do instrumentalismo friedmaniano. Friedman (1953a) talvez seja mais explícito na pouca importância conferida ao realismo das teorias consideradas boas. Para ele, pouco importa se a teoria for apenas parcialmente verdadeira ou realista, desde que consiga fazer boas previsões sobre o mundo objetivo. A simplicidade de uma teoria é relevante no sentido de que ela deve ser aceita com base na capacidade de suas suposições simples explicarem (preverem) uma vasta gama de fenômenos. Quanto mais simples, no sentido de mais desconexa da realidade percebida, uma suposição for, tanto melhor será a teoria a ela associada, desde que não seja refutada pela observação empírica, no sentido de que, se há dois modelos que sejam aptos a explicarem (produzirem boas previsões) o mesmo fenômeno, aquele que for mais abstrato deverá ser preferido sobre o outro. Na visão de Friedman, um bom conjunto de hipóteses é

aquele apto a explicar “muito a partir de pouco”, um critério que pouco valor dá ao realismo das suposições iniciais, mas sim ao que tais suposições sejam capazes de dizer sobre o efeito no sistema econômico de determinadas alterações exógenas. Segundo Friedman, “[t]ruly important and significant hypotheses will be found to have 'assumptions' that are wildly inaccurate descriptive representations of reality, and, in general, the more significant the theory, the more unrealistic the assumptions (in this sense)” (Friedman, 1953a, p. 14).

Lucas (1980) explica melhor este ponto. Segundo ele, o único realismo desejável em um modelo é a sua capacidade de fornecer previsões que sejam verificadas na economia real; em outras palavras, um bom modelo deve ser uma imitação da economia real, no sentido de ser capaz de, no que diz respeito ao comportamento do sistema após certo choque, ser uma imitação da resposta dada por ele:

The more dimensions on which the model mimics the answer actual economies give to simple questions, the more we trust its answers to harder questions. This is the sense in which more 'realism' in a model is clearly preferred to less. (...) A 'good' model, from this point of view, will not be exactly more 'real' than a poor one, but will provide better imitations (Lucas, 1980, p. 697).

Interessa-nos aqui a pouca importância do realismo das hipóteses presentes na metodologia da economia positiva de Friedman. Em particular, como coloca Prado (1989, p. 161-162), Friedman apregoa o comportamento maximizador e racional dos agentes econômicos. Isso, porém, de modo algum implica que ele enxergue a realidade assim. Ao contrário, ele vê pessoas e firmas agindo “como se” (“*as if*”) maximizassem, sob certa restrição, sua utilidade ou seu lucro.

A adoção da hipótese de agentes maximizadores racionais só se explica por poder ser facilmente utilizada em modelos que ofereçam boa capacidade de previsão. Isso marca, em Friedman, uma importante clivagem: ele enxerga, no campo metodológico, como útil a adoção do homem econômico; contudo, isso não implica qualquer adesão necessária a ele no campo ontológico. Como bem diz Prado, “parece claro que para ele teoria alguma pode ser avaliada quanto à verdade ou à falsidade por introspecção. Ele não

aceita, ademais, qualquer possibilidade de fundamentação da teoria em sentido ontológico, de sua correspondência ou fidelidade à natureza da coisa” (Prado, 1989, p. 161).

Essa é uma mudança, a meu ver, central na construção de teorias e na visão de mundo dos economistas. Autores como Bentham e Stuart Mill, por exemplo, sinceramente viam o indivíduo concreto como detentor de certa natureza, uma tendência à maximização e à racionalidade. Agora, hipóteses como essa já não fazem nenhum sentido enquanto expressão real das motivações e ações humanas; são apenas suposições (como quaisquer outras, inclusive opostas se se quiser) que podem servir à construção de modelos de previsão da realidade econômica, e o homem econômico deixa de ter seu espaço enquanto pretensa descrição da realidade.⁸²

Tal ponto remete a uma ambiguidade levantada por Hodgson (2007) no uso do termo “individualismo metodológico”: ele se refere a realidade social ou a explicação social? Em outras palavras: o individualismo propalado pelos economistas é metodológico ou inclui também um lado ontológico?

De acordo com Hodgson (2007), os economistas costumam confundir a pregada doutrina de explicações a partir do comportamento individual com a suposta existência de indivíduos livres e autônomos na realidade objetiva.⁸³ O autor, porém, argumenta que a adesão ao individualismo metodológico não implica a adesão a alguma espécie de individualismo ontológico, tanto que, segundo ele, diversos individualistas metodológicos aceitam que o mundo real não é composto apenas por indivíduos, mas também por instituições e estruturas sociais.

⁸² Cabe ressaltar que, apesar de Lisboa (1997, 1998) fundamentar e remeter a atitude neoclássica sempre ao método positivista de Friedman, certamente ele não é, nem de longe, consenso mesmo entre aquela escola (cf. Prychitko, 1995).

⁸³ Hodgson (2007) afirma que, dentro da tradição austríaca, onde o individualismo metodológico é tido como fundamento para a construção de teorias, Schumpeter via claramente a distinção (lógica e normativa) entre individualismo metodológico e individualismo político (cf. Hodgson, 2007, p. 212-213). Mises, por seu turno, confundiria individualismo metodológico com ontológico, ao passo que Hayek, declarado seguidor do individualismo metodológico, não aderiria a algum tipo de individualismo ontológico. Assim, na interpretação de Hodgson, para Hayek “society consists not merely of individuals, but also of interactions between individuals, plus interactions between individuals and other aspects of their environment including, presumably, both the natural world and other socio-economic systems” (Hodgson, 2007, p. 215). Já Buchanan e Tullock alertam para a distinção entre individualismo normativo e metodológico: “[m]ethodological individualism should not be confused with ‘individualism’ as a norm for organizing social activity. Analysis of the first type represents an attempt to reduce all issues of political organization to the individual’s confrontation with alternatives and his choice among them. (...) By contrast, ‘individualism’ as an organizational norm involves the explicit acceptance of certain value criteria” (Buchanan e Tullock, 2004, p. xxii).

Essa primeira ambiguidade acerca do individualismo metodológico pode levar, a meu ver, a outra também levantada por Hodgson (2007): a adesão ao individualismo metodológico implica a aceitação de explicações em termos **exclusivamente** do indivíduo, ou **também** em termos do indivíduo?

Esta é uma importante distinção que leva Hodgson (2007) a propor uma versão mais abrangente do individualismo metodológico: um teorema “popular” que afirma que explicações a partir dos indivíduos devem envolver também as interações entre estes indivíduos. A partir daí, fica-se a um passo de aceitar explicações em termos de estruturas criadas a partir das ações individuais, o que gera o problema, segundo Hodgson, de ser questionável a validade da utilização do termo “individualismo metodológico”, que passa a soar quase como um mantra sagrado aos ouvidos dos economistas.

Expoente do pensamento liberal de um lado, e defensor do individualismo metodológico de outro, Hayek rejeita a posição comum segundo a qual a adoção do individualismo metodológico implica a existência de indivíduos isolados dotados de racionalidade substantiva. Ao endossar a visão do individualismo ligado ao iluminismo escocês acerca da natureza do homem, Hayek afirma que, nos escoceses, o homem está longe de ser o ente isolado maximizador, frio e calculista como o homem econômico da teoria neoclássica; ao contrário, procura enxergar o ser humano como muito mais propenso ao erro, às misérias e ao vício, e submetido a diversas influências e pressões sociais:

Perhaps the best illustration of the current misconceptions of the individualism of Adam Smith and his group is the common belief that they have invented the bogey of the ‘economic man’ and that their conclusions are vitiated by their assumption of a strictly rational behavior or generally by a false rationalistic psychology. They were, of course, very far from assuming anything of the kind. It would be nearer the truth to say that in their view man was by nature lazy and indolent, improvident and wasteful, and that it was only by the force of circumstances that he could be made to behave economically or carefully to adjust his means to his ends (Hayek, 1946, p. 11).

É justamente por isso que surge a necessidade premente da existência de um arcabouço institucional que consiga extrair uma ordem benéfica a partir do comportamento de indivíduos imperfeitos com planos geralmente contraditórios entre si. Tal posição do austríaco, aliás, encontra-se em plena consonância com suas pesquisas que viriam a ser

feitas acerca do papel das instituições nas sociedades capitalistas, que vão muito além do mero papel informativo. Na visão endossada por Hayek, boas instituições são aquelas que conseguem induzir o homem a colaborar em suas atividades cotidianas, de forma livre e por sua própria vontade, mas possivelmente inconscientemente, para a melhoria da situação de toda a comunidade. Acha no regime de propriedade privada tal sistema institucional.⁸⁴

A adoção do individualismo enquanto atomismo implica, segundo o austríaco, na inadequação de respostas científicas a questões envolvendo a sociedade e os indivíduos que nela vivem.⁸⁵ O método individualista nas ciências sociais, ao invés de propor explicações baseadas em indivíduos tidos como entes externos ao todo social, busca compreender a sociedade a partir de indivíduos que por ela são afetados de diversas maneiras. A relação, ao invés de unidirecional como no caso do atomismo ou do holismo metodológico, é bidirecional: os indivíduos formam a sociedade, e é só a partir deles que se pode compreendê-la; contudo as explicações seriam demasiado limitadas se ignorassem o fato óbvio de que o produto de suas ações, as estruturas sociais, ajudasse a determinar as próprias ações individuais. Em outras palavras: Hayek rejeita aquilo que Prado (2006), como colocado acima, chama de microeconomia reducionista, na medida em que, para ele, os indivíduos não podem ser entendidos enquanto agentes em ação se não for levada em conta as profundas influências que estes sofrem dos resultados de suas próprias ações e das ações de seus pares, as estruturas supra-individuais não plenamente percebidas ou compreendidas, que surgem como consequências não intencionais da ação humana.⁸⁶

Em meu entendimento, a rejeição da microeconomia reducionista não implica, em sentido algum, a rejeição do individualismo metodológico por Hayek, como entende

⁸⁴ “The chief concern of the great individualist writers was indeed to find a set of institutions by which man could be induced, by his own choice and from the motives which determined his ordinary conduct, to contribute as much as possible to the need of all others; and their discovery was that the system of private property did provide such inducements to a much greater extent than had yet been understood” (Hayek, 1946, p. 12-13).

⁸⁵ “[T]he belief that individualism postulates (...) the existence of isolated or self-contained individuals (...). If that were true, it would indeed have nothing to contribute to our understanding of society” (Hayek, 1946, p. 6).

⁸⁶ “[B]y tracing the combined effects of individual actions, we discover that many of the institutions on which human achievements rest have arisen and are functioning without a designing and directing mind (...). [T]he spontaneous collaboration of free men often creates things which are greater than their individual minds can ever fully comprehend” (Hayek, 1946, p. 6-7).

Prado (2006).⁸⁷ O austríaco se preocupa em explicitar que, ao afirmar que existem instituições e outros resultados da ação humana que estejam fora da esfera individual e que a direção de influência é dupla, não aceita que haja tais estruturas com uma espécie de existência que prescindia dos próprios indivíduos. Colocando de outra forma, Hayek (1946) não nega a existência de estruturas supra-individuais que exerçam forte influência sobre o comportamento individual, contudo, tais estruturas não podem ter uma existência autônoma aos indivíduos que deram a ela origem; o contrário, no entanto, pode ser, a princípio, verdade. Após explicar o estatuto possuído pelo individualismo metodológico em sua teoria, rejeitando o atomismo, ele afirma que “[t]his argument is directed primarily against the properly collectivist theories of society which pretend to be able directly to comprehend social wholes like society, etc., as entities *sui generis* which exist independently of the individuals which compose them” (Hayek, 1946, p. 6). Interpretações semelhantes tem Kerstenetzky (2007) e Lewis (2009).

Kerstenetzky (2007) interpreta que Hayek utiliza o “individualismo interativo”, ou seja, não adota nem o atomismo dos indivíduos isolados e detentores de conhecimento perfeito, nem o holismo metodológico, que conviveria com a precedência das instituições sociais aos próprios indivíduos que agem, mas “uma terceira via, na qual a unidade de análise é “indivíduos em sociedade”, ou (...) “indivíduos interagentes”: as ações dos indivíduos dirigidas uns aos outros e guiadas pelas expectativas de comportamento recíproco, suas **ações sociais**” (Kerstenetzky, 2007, p. 108, grifo no original).

⁸⁷ “A microeconomia sistêmica não é compatível com o individualismo metodológico, ainda que haja autores dispostos a sustentar que este último pode ser enxergado de um modo alargado que abre espaço para a determinação institucional das ações e decisões individuais” (Prado, 2006, p. 310). Aliás, a constatação de problemas com a combinação entre individualismo metodológico e abordagem institucional evolucionária em Hayek não é incomum na literatura econômica. Ver, por exemplo, Petsoulas (2001, cap. 2), que fala da existência de uma tensão entre dois tipos de explicação para a teoria evolucionária hayekiana: uma individualista e outra coletivista, e da dificuldade, em sua opinião, de se conciliar o individualismo metodológico com o institucionalismo evolucionário de Hayek. Já Caldwell (2004, cap. 12) admite que nem sempre Hayek pode ser considerado adepto da exclusividade do individualismo metodológico. Assim, em sua interpretação, a despeito de seu texto de 1946 sobre o individualismo, em que Hayek expõe sua visão do método individualista (distinta daquela possuída pela economia convencional), defender a validade exclusiva de explicações sociais assentadas sobre o comportamento individual, suas obras posteriores, notadamente as que se referem ao processo de seleção evolucionária dos grupos sociais, marcariam um rompimento com tal tipo de postulado. Dessa forma, na interpretação oferecida por Caldwell, “Hayek probably thought that methodological individualism should be tried first simply because of its past fruitfulness. That said, he came to believe that it is not the *only* way to explain social phenomena because it is not capable of covering *all* the cases. And, for better or worse, by the end of his life, Hayek thought that group-selectionist arguments were the best then available for handling some of the remaining hard cases” (Caldwell, 2004, p. 286, grifos no original).

Lewis (2009), por sua vez, defende que a ontologia hayekiana posterior ao clássico artigo de 1937, e, portanto, à transformação de Hayek de que fala Caldwell (1988a), é de uma sociedade feita não só de indivíduos, mas também de estruturas sociais compartilhadas. Nesse caso, os indivíduos podem continuar sendo tratados como agentes livres, autônomos, mas dentro do espaço do arcabouço institucional prévio a eles, que lhes oferece um contexto, uma plataforma na qual possam agir. Lewis (2009) percebe que há uma tensão ente livre agência humana e a existência de instituições prévias ao indivíduo que o influenciam e o limitam, muitas vezes, sem que ele sequer perceba.

A saída de Lewis (2009) para esse problema se dá de duas maneiras inter-relacionadas. Em primeiro lugar, a liberdade individual não é irrestrita ou “desenraizada”, mas acontece dentro de uma plataforma institucional pré-definida com a qual o indivíduo interage e dentro da qual atua. Em segundo lugar, ainda que o corpo institucional e as regras que atuam sobre determinada pessoa sejam, em certo sentido, impostas e anteriores a ela, tais instituições só são propagadas no tempo na medida em que sejam corroboradas pela ação individual proposital que as reproduz e as lança para o período subsequente.

3.5. Buchanan, a justificativa individualista e o uso do homem econômico

Os economistas usualmente apregoam o individualismo, entendido como liberalismo, enquanto modo ideal de funcionamento da sociedade. Se forçados a pensar no fundamento dessa defesa, de acordo com Buchanan (1991), os economistas penderão para um individualismo epistêmico, que apregoa que o indivíduo deve ser livre por dispor de conhecimento privilegiado para decidir o que é melhor para si mesmo. Essa é a transposição da existência, na teoria microeconômica, de um mapa de curvas de indiferença que refletem a disposição do indivíduo em trocar certa cesta de bens por outra, sem que se altere a utilidade derivada da sua fruição.⁸⁸ O indivíduo maximiza sua utilidade ao escolher

⁸⁸ E talvez mesmo antes do advento da microeconomia neoclássica o individualismo epistêmico fosse usual. Galeotti (1987), por exemplo, parece acreditar que o liberalismo de Stuart Mill se assenta parcialmente sobre tal tipo de justificativa. Ela afirma: “let us consider John Stuart Mill, whose conception of liberty includes both the negative notion that nobody can judge another’s well-being better than the person in question, and the positive conception of liberty as self-development and self-realization” (Galeotti, 1987, p. 164).

uma determinada cesta de bens que esteja dentro do conjunto permitido por restrições naturais, orçamentárias, institucionais, etc. Na interpretação usual dos economistas, a utilidade, ou o quer que seja que o indivíduo maximize, é algo real, que existe na mente da pessoa de modo independente da própria escolha; a escolha, em certo sentido, é automática, na medida em que as preferências estão dadas na mente do indivíduo, e as restrições são colocadas pelo estado de mundo. Com isso, torna-se, a princípio, possível julgar se a escolha feita pelo indivíduo é correta – se ela maximiza a função utilidade dadas as restrições existentes.

O individualismo normativo epistêmico de que fala Buchanan (1991) está baseado nessa ontologia em que a utilidade possui uma existência por si mesma, analiticamente anterior, separada e independente do processo de decisão e escolha. Nessa concepção, o individualismo normativo se baseia na suposição de que o indivíduo dispõe do privilégio de saber melhor do que qualquer um qual é, digamos, a função utilidade que está em sua mente, e que o modo de organização social e as instituições típicas de uma sociedade liberal são desejáveis justamente por aumentarem bastante o leque de possibilidades de escolha individual, de maneira que seja aproveitada essa vantagem epistêmica.

Essa defesa epistêmica da sociedade liberal individualista é, no entanto, insuficiente, argumenta Buchanan (1991). Ele fala de ao menos três objeções que se levantam: a do paternalismo benevolente,⁸⁹ que argumenta que o indivíduo, por possuir conhecimento limitado, não sabe o que é melhor para si, ao menos não tanto quanto *experts* educados e treinados; a do socialismo científico, que desloca a ênfase sobre a decisão individual para dar importância ao destino coletivo e aos valores sociais que existem independentemente dos indivíduos; e, finalmente, o idealismo político, que entende que

⁸⁹ Rizzo e Whitman (2009) distinguem entre velho e novo paternalismo. Na interpretação dos autores, a versão antiga do paternalismo, ainda apegada ao padrão ético religioso, ignora as preferências individuais e simplesmente procura impor o que o *policy maker* concebe como bom e correto ao comportamento individual. Por outro lado, no novo paternalismo, que ganha força especialmente com o advento da economia comportamental, é reconhecido o valor das preferências subjetivas dos indivíduos, e a formulação de políticas deve ser feita na direção de auxiliar os indivíduos, dotados de racionalidade limitada, a alcançar seus próprios objetivos. O exemplo dado pelos autores é o de um alcoólatra: o velho paternalismo procura impedir a ingestão excessiva de álcool por considerá-la como atitude moralmente incorreta, ainda que o indivíduo não saiba, enquanto o novo paternalismo propõe políticas públicas que ajudem o indivíduo, com insuficiente força de vontade e disposição, a alcançar o que é melhor para si de acordo com seu próprio padrão.

instituições que ampliem as possibilidades de escolha individual podem levar ao comportamento primitivo, bárbaro, animalesco, privilegiando, então, a existência de instituições que valorizem e promovam a ação individual conforme critérios éticos, metafísicos ou estéticos pré-definidos.

Buchanan (1991) se levanta contra a fraqueza do individualismo normativo epistêmico. Afirma não concordar com a ontologia em que há uma função utilidade independente da própria escolha, apenas à espera da restrição objetiva para fornecer o ponto que o indivíduo deve expressar preferência. Ao contrário: o que existe, diz ele, são apenas as escolhas feitas pelos indivíduos, e é sobre elas que os economistas devem teorizar. Não existe, por assim dizer, um privilégio epistêmico que garanta ao indivíduo maior conhecimento de sua própria função utilidade, assim como não é possível julgar como corretas ou não, segundo algum critério de maximização ou conforme conhecimento posterior, as preferências manifestadas por ele. O indivíduo que escolhe se insere num processo de interação de diversos agentes entre si e com a natureza ao longo do tempo, processo de retroalimentação que faz surgirem restrições, limites e conhecimento novo importantes à ação e à própria escolha individual.

Dessa forma, o individualismo liberal normativo de Buchanan está assentado não sobre o conhecimento da própria função utilidade por parte do indivíduo, mas sim sobre a posição acerca da origem do poder a partir exclusivamente dos indivíduos. Em sua perspectiva, eles são os soberanos sobre a questão de qual forma de organização política e social irão viver, e é a partir deste princípio, da adesão e aprovação por parte dos indivíduos, que a legitimidade dos corpos institucionais em sentido amplo deve ser avaliada. Como se sabe, sua abordagem constitucionalista é classificada pelo próprio Buchanan como adequada da visão contratualista – ainda que o contrato social seja entendido por ele como uma metáfora que se presta a legitimar e a guiar o futuro e não como um fato historicamente verdadeiro:

Our position is explicitly and avowedly contractarian (...). To counter the most familiar and pervasive criticisms of this position, we must note that the contractarian construction itself is used retrospectively in a metaphorically legitimizing rather than historical sense. Prospectively, the

model is used in both a metaphorically evaluative and an empirically corroborative sense (Brennan e Buchanan, 2000, p. 23).

A adesão ao contratualismo é explicada por Buchanan e Tullock (2004, caps. 1 e 2) como a saída intelectual utilizada para se evitar o problema de regressão infinita – como escolher a regra que será utilizada para escolher as regras?⁹⁰ Nesse caso, deve-se partir do pressuposto (não necessariamente embasado na realidade histórica) de que a “constituição” (o arcabouço de regras inicial) é construída a partir do critério de decisão por unanimidade entre os indivíduos. Assim, é garantida uma fórmula segundo a qual a constituição promova a melhoria da situação de todos os indivíduos, sem a necessidade de se recorrer a construções como “interesse nacional” ou “dominação de classe”. O critério, portanto, está assentado sobre a decisão individual acerca de qual postura tomar diante de determinada regra constitucional proposta, que será apoiada apenas se for entendida pelo indivíduo como benéfica ou indiferente. Nesse sentido, existe uma “Paretian norm for political economy. In the pre-constitutional moment, no bargain concerning the rules of the game would be agreed to unless all parties expected to be made better off by adopting the rules in question” (Boettke, 1998b, p. 33). Aliás, como colocam Boettke e Coyne (2005), há, na economia constitucional buchaniiana, dois níveis de análise: o pré-constitucional, em que a atenção está posta sobre as regras a serem adotadas, e a pós-constitucional, em que o foco recai sobre as estratégias e o comportamento dos indivíduos dentro das regras pré-determinadas, entendidas como restrições.

Assim, na economia de Buchanan, constituição é o termo usado para a plataforma de regras acordada anteriormente ao início das ações características do processo econômico e social; é, por assim dizer, o conjunto de regras do jogo combinadas antes de o jogo começar. O exemplo que Buchanan e Tullock (2004, prefácio) dão é o de um prefácio para um livro escrito de forma conjunta: no prefácio estão descritos o método, os

⁹⁰ A adesão de Gordon Tullock à *mainline economics* não é imediata, ao contrário do seu parceiro James Buchanan. De acordo com Wagner (2008), boa parte dos leitores de Tullock o localizam mais próximo de uma teorização a partir do homem econômico isolado. O argumento de Wagner (2008), ao contrário, é que Gordon Tullock pode e deve ser enquadrado como membro da tradição teórica da ordem espontânea – e também, diga-se de passagem, junto com Hayek (ao menos na perspectiva de Vriend, 2002, além do próprio Richard Wagner) como predecessor da modelagem computacional baseada em agentes. Nesse sentido, podemos pensar em Tullock como representante da *mainline economics* por sua teorização adequada a processos de emergência espontânea.

pressupostos e os objetivos do livro pactuados antes de os trabalhos começarem, de modo que cada autor separadamente saiba o que deve realizar para a consecução do objetivo comum.

Quando se trata de avaliar a utilização do *homo economicus* na teorização econômica, Buchanan mostra lucidez e clareza na exposição de sua interpretação. Em texto escrito em parceria com Geoffrey Brennan (Brennan e Buchanan, 1981), os autores procuram realçar que o construto teórico *homo economicus* deve se prestar como uma ferramenta para a comparação entre arcabouços institucionais – ou, dentro da perspectiva por eles utilizada, uma espécie de escolha pré-constitucional – mais do que como uma boa referência ontológica capaz de descrever bem o comportamento humano, ou ainda como meio de se atender a usual aspiração por precisão nas predições sobre o comportamento individual, entendida como postura científica. Brennan e Buchanan chegam a citar o nome de George Stigler como um economista influente para quem “*Homo economicus* literally does become a man for all seasons, and wealth-maximization becomes the only game in town” (Brennan e Buchanan, 1981, p. 75).

Na perspectiva defendida por Buchanan e seus seguidores (e. g. Brennan e Buchanan, 1981), ao invés de servir à construção de predições pretensamente científicas e exatas, o homem econômico é apropriado para que o economista possa avaliar comparativamente as diferentes estruturas institucionais que devam servir à coordenação dos diversos participantes da sociedade, até porque, para Buchanan (e.g. 1994), a teoria econômica não deve se preocupar em oferecer predições precisas sobre o comportamento individual maximizador. De acordo com ele, o fato das previsões serem falseadas pela realidade não deve ser motivo para a rejeição da teoria econômica, mas sim como alerta para os limites que ela possui. Isto está de pleno acordo com a perspectiva que Buchanan tem da utilização apropriada do homem econômico.

Por isso Boettke e Coyne (2005) entendem a adoção do homem econômico por Buchanan como uma estratégia de modelagem para o desenho constitucional. A adoção de tal estratégia está relacionada à interpretação de que o papel da economia é justamente compreender como é possível que diversas pessoas convivam de forma coordenada num

regime de divisão do trabalho – e, como enfatizava Hayek em diversos trabalhos, divisão do conhecimento – ainda que não exista um comando central.

Deste ponto de vista, o economista, desde Adam Smith, deve buscar entender qual o melhor arcabouço institucional que possa promover a conversão do interesse próprio em benefícios alheios, até porque o funcionamento da mão invisível smithiana não se dá numa espécie de “vácuo institucional”.⁹¹ Assim, partir de um pressuposto em que as pessoas não sejam auto-interessadas não seria a melhor estratégia para se entender de que maneira se pode estabelecer a convivência harmoniosa entre os diversos indivíduos, de maneira a se resolver o dilema hobbesiano entre a vida curta e livre e a vida longa e escravizada (Brennan e Buchanan, 2000, prefácio). Alguém que procure atender aos desejos e anseios de seus semelhantes muito possivelmente conseguirá produzir o bem alheio; nisto não há grande dificuldade para o estudioso da sociedade. O problema econômico surge exatamente em se descobrir como se pode garantir que o bem comum seja trazido à tona mesmo com indivíduos egoístas, um caso extremo. Por isso Boettke e Coyne (2005) falam que a adoção do homem econômico, sob este ponto de vista, faz parte do esforço de se estabelecer regras que protejam diante do “pior cenário”.

Brennan e Buchanan explicam sua aplicação do homem econômico de modo claro: “One calls forth the *Homo economicus* assumption, not because it is necessarily the most accurate model of human behaviour but because it is the appropriate model for testing whether institutions serve to transform private interest into public. It is as simple as that” (Brennan e Buchanan, 1981, p. 81).⁹²

Aí reside a necessidade da existência do homem econômico em economia na perspectiva buchiana. Ao invés de procurar predizer o comportamento, ele é um

⁹¹ Santos e Bianchi (2007) explicam, sobre a visão smithiana, que “a realização dos resultados benéficos ou perversos da busca individual do auto-interesse **dependerá do conjunto de restrições institucionais sob o qual os indivíduos operam** (...). O argumento institucional, em suma, não apenas indica a **não inevitabilidade** da mão invisível, como também seu caráter **contingente** ao ambiente institucional” (Santos e Bianchi, 2007, p. 659, grifos no original).

⁹² Ocioso dizer que nesta perspectiva não há uma espécie de defesa normativa do egoísmo e o repúdio da fraternidade e do altruísmo por parte dos economistas, alerta Vernon Smith (2002), outro representante da *mainline economics*. Pelo contrário, já que nenhum código jurídico ou norma de comportamento poderia contemplar toda forma de ação, é indispensável, para o bom funcionamento do sistema econômico, que as pessoas internalizem boas regras de comportamento ou uma “ideology of honesty” (Smith, 2002, p. 503) que gere maior incentivo ao comportamento voltado à troca que ao crime.

instrumento para que se busque cumprir o propósito que Adam Smith procurava ter ao dar explicações do tipo “mão invisível” e enfatizar a “alquimia” (na expressão de Brennan e Buchanan, 1981) promovida pelo mercado. De fato, segundo os autores, deve ser esse o entendimento do uso do homem econômico pela economia política clássica: “[t]he central contribution of the eighteenth-century philosophers lay in their demonstration that, even under strictly *Homo economicus* assumptions about behaviour, public interest is served by the market order” (Brennan e Buchanan, 1981, p. 84).

O uso do homem econômico na economia de Buchanan é útil em particular na avaliação da capacidade que certos tipos de arcabouço institucional e organização estatal apresentam de atuar de maneira positiva sobre a realidade econômica. Ao menos duas maneiras pelas quais o homem econômico contribui para a construção teórica buchiana podem ser pensadas.

A primeira delas se relaciona com o problema da tendência à existência de permanentes e crescentes déficits públicos, tendência esta identificada por Buchanan com a soberania, no campo tanto da teoria quanto da política econômicas, do keynesianismo e, mais especificamente, da teoria das finanças funcionais.

O próprio Buchanan, ao refletir sobre sua trajetória intelectual, procura esclarecer que o avanço das teorias keynesianas e suas propostas de política econômica tinham por pressuposto a ideia de que os agentes públicos seriam preocupados com o bem da população, com a felicidade geral ou com o interesse nacional. Em suma, nessa perspectiva eles seriam benevolentes. No entanto, a estratégia argumentativa adotada por Buchanan é típica da *robust political economy* de que falam Boettke e Leeson (2004) e Leeson e Subrick (2006): modelar os agentes públicos e políticos de acordo com o pior cenário possível, o que significa, nesse caso, tratá-los como o homem econômico, e não como benevolentes. Em suas palavras:

The whole of Keynesian and post-Keynesian theory of macroeconomic management (including monetarism) depends critically on the presumption that political agents respond to considerations of “public interest” rather than to the incentives imposed upon them by constituents. Once these agents are modelled as ordinary persons, the whole policy structure crumbles. This basic public-choice critique of the Keynesian

theory of policy was presented in *Democracy in Deficit*, written jointly with Richard E. Wagner (Buchanan, 1986, p. 20-21).

Em seu livro *Democracy in Deficit*, Buchanan e Wagner (2000) procuram discutir precisamente a pretensa existência de políticos benevolentes e seus economistas conselheiros que não estejam localizados em uma torre de marfim ditando de forma fria e racional os rumos que a política econômica deve tomar, em particular o tratamento dos gastos do governo, simplesmente como uma variável exógena nos modelos. A contribuição dos autores é mostrar que, ao abrir mão de tais postulados e tratar políticos e economistas de acordo com o pior caso, o egoísmo, esse modelo de gestão econômica acaba por se mostrar não tão atraente quanto antes. Isso se deve a que a política econômica keynesiana, tão presente nos EUA durante o pós-guerra, passa a apresentar, sob o ponto de vista da *public choice*, uma espécie de viés deficitário, até por não haver incentivos para que se busque a estabilidade e as condições propícias ao crescimento de longo prazo, mas sim o endividamento que permita tanto aumentar os gastos da administração atual – o que levaria ao aumento imediato do crescimento econômico – quanto impor um limite à liberdade de gasto da administração futura.

Sob tal ângulo, o construto teórico da *public choice*, em particular no *Democracy in Deficit*, combina com dois princípios que perpassam a obra de Buchanan. Em primeiro lugar, a visão de que a economia deva ser uma ciência pública (Buchanan, 1962) no sentido de possuir um papel pedagógico importante de esclarecimento dos estudantes e da população em geral, bem como que a distinção entre economia positiva e normativa é, em certo sentido, enganadora. Em segundo, que não se deve confiar na benevolência e no conhecimento neutro dos políticos e dos economistas que os auxiliam, tampouco em sua discricionariedade, mas sim enfatizar instituições que forneçam previamente as regras do jogo, que limitem a ação estatal, que informem os agentes e que convertam o vício privado em benefício público. Daí duas das “batalhas” de Buchanan em questões de política econômica: a constitucionalização da moeda e do equilíbrio no orçamento público.

Uma segunda consequência possível de se listar do uso do homem econômico na economia de Buchanan é a contribuição deste autor ao estudo do problema de *rent*

seeking (e.g. Buchanan, 1980). De acordo com Buchanan, o crescimento do tamanho e do escopo da ação estatal, em particular nos EUA no período seguinte ao *New Deal* e, em especial, à Segunda Guerra Mundial, gerou problemas desse tipo em diversos setores da economia.

Na perspectiva oferecida por Buchanan, *rent seeking* é uma espécie de comportamento desvirtuado por parte do indivíduo que busca seu interesse e que preferem mais a menos. Nessa situação, a ação típica do processo concorrencial de mercado em busca da exploração de oportunidades de ganho é desviada para a garantia da manutenção de um privilégio que crie uma escassez artificial e, daí, uma renda, ou então a atuação em mecanismos fora do mercado para que tais privilégios sejam alcançados por outro agente. Se prevalecesse a condição de livre entrada em determinado mercado, o processo competitivo acabaria por levar à extinção daquela renda adicional. Ou seja, *rent seeking* nada mais é do que *profit seeking* convencional, mas num ambiente institucional em que podem existir barreiras à entrada, escassez artificialmente criada e oportunidades de ganhos que não podem ser exploradas.⁹³

Com *rent seeking*, recursos escassos são empatados não naqueles setores que apresentam renda como sinal de mercado de escassez relativa elevada, mas sim no convencimento da autoridade pública de que se deve manter a barreira, se o agente for o beneficiado, ou então eliminá-lo ou dividi-lo, se estiver de fora. Ou seja, como a escassez e as rendas permanecem, o sinal de mercado que indica a conveniência de investimento naquela determinada atividade também permanece, o que leva à existência de diferentes formas de se tentar capturar a renda que não o comportamento competitivo.

O mais importante na análise buchiana de *rent seeking* é que a avaliação do crescimento da ação estatal e de seu escopo passa pelo tipo de suposição acerca da motivação dos indivíduos. Buchanan (1980) assume o caso em que os indivíduos são auto-interessados e desejam mais a menos, e, por isso, não se preocupam com conceitos como

⁹³ Buchanan (1980), a rigor, fala de dois tipos de *rent seeking*. O primeiro, que é o tratado aqui, refere-se à situação em que o Estado bloqueia a entrada de novos ofertantes, o que faz com que o preço permaneça mais alto que o existente caso o cenário competitivo prevalecesse, e em que permanecem as rendas. Já o segundo caso de *rent seeking* é aquele em que a intervenção conduz à manutenção do preço abaixo do que seria o resultado do processo de mercado competitivo através do bloqueio à entrada de novos demandantes.

preço justo, concorrência leal e atuação ética – e isso não toma a forma de comportamento normativo ou constatação empírica, mas sim como ferramenta para uma análise institucional comparativa, que é o objetivo do autor.

Assim, ao assumir um tipo de motivação do agente econômico, Buchanan (e.g. 1980) está pronto para cumprir sua tarefa. Sua conclusão é que, para o mesmo tipo de agente, o do pior cenário da *robust political economy*, um tipo de plataforma institucional, aquela associada ao livre mercado, é capaz de gerar resultados desejados (coordenação, crescimento econômico, redução da escassez, criação de valor, bom aproveitamento de recursos, etc.) como consequência não intencional da ação humana. Uma mudança institucional marcada pelo aumento do Estado e de seu escopo, e, por tabela, pelo bloqueio do processo de mercado, porém, tem como consequência não-intencional a perda daqueles bons resultados, por levar ao comportamento de tipo *rent seeking* que não conduz à redução da escassez e ao aumento da coordenação, mas sim ao desperdício de recursos.

3.6. Considerações finais

O ensaio procurou apresentar o surgimento do individualismo no pensamento ocidental e sua entrada na economia à medida em que esta se desenvolvia como campo autônomo e maduro do conhecimento humano. Em seguida, diferentes formas de se enxergar a construção do homem econômico em vertentes do pensamento econômico foram discutidas, para, após, esclarecer-se que deve ser feita uma distinção importante no que diz respeito ao estatuto do individualismo, que pode ser entendido como método ou como ontologia. Por fim, foi visto como James Buchanan consegue articular de forma criativa e consistente o individualismo metodológico e o homem econômico na construção de uma abordagem que se propõe a explicar as regras e instituições, bem como sua influência sobre o processo de mercado. Como explicado, a transformação de vícios privados em benefícios públicos entendidos como consequências não-intencionais da ação humana, no conceito consagrado por Hayek, só pode acontecer dentro de um apropriado arcabouço institucional.

Procurar compreender qual é esse arcabouço e o papel que Buchanan atribui ao economista, em particular ao adepto da *Constitutional Economics*.

4. Desempenho social, influência institucional e enraizamento: observações sobre a abordagem institucional de Hayek e sua relação com o liberalismo

4.1. Introdução

O presente ensaio pretende contribuir com o estudo da abordagem institucional de F. A. Hayek. Busca-se compreender o que Hayek entende por instituições e outras categorias correlatas, e de que maneira elas influenciam o comportamento individual e o desempenho do grupo social, bem como qual é a relação entre o liberalismo e o institucionalismo hayekianos. Assim, ao mesmo tempo em que pretende aprofundar o conhecimento sobre a teoria institucional de Hayek, procura um meio de aproximar a obra do austríaco de outras vertentes da abordagem institucional. Ao considerar como Hayek responde a indagações envolvendo a relação entre instituições, comportamento individual e desempenho social, bem como qual o seu entendimento de conceitos tipicamente associados à análise institucional, busca verificar como pode ser promovido um maior grau de aderência entre a contribuição de Hayek a aspectos institucionais tanto com o programa mais amplo de pesquisa da nova sociologia econômica e da economia institucional, quanto na virada cognitiva que vem ocorrendo recentemente nesses ramos do conhecimento.

Será visto que Hayek, a despeito de não ter sua contribuição absorvida de forma plena pela maior parte da profissão (como Dequech, 2011a, explicita), pode sim ser entendido como um estudioso próximo a abordagens que tem crescido em importância e impacto em economia recentemente. Para isso a abordagem hayekiana será apresentada tendo em vista três classificações presentes na literatura. Será visto que, de acordo com a classificação proposta por Dequech (2011a), a ser exposta adiante, Hayek destaca três maneiras de influência das instituições sobre o indivíduo. Já de acordo com a classificação de Williamson (2000), também explicada na seção seguinte, transparecerá que Hayek toma parte na economia institucional especialmente através dos níveis 0 e 1 da análise institucional. Por sua vez, segundo a classificação de Zukin e DiMaggio (1990),

apresentada adiante, Hayek lida principalmente com uma teoria institucional próxima ao que eles chamam de enraizamento cognitivo e cultural.

Tendo estas questões em vista, o ensaio está construído da seguinte forma. Após esta introdução, a próxima seção discorre brevemente sobre os diferentes níveis de análise institucional de acordo com a classificação de Oliver Williamson (2000), assim como sobre alguns aspectos da nova sociologia econômica, uma corrente de pensamento econômico que vem ganhando prestígio acadêmico nos últimos anos,⁹⁴ em particular seu lado cognitivo ou mental, e sobre a maneira como as instituições atuam sobre o indivíduo na perspectiva de Dequech (2011a). Após isso a economia institucional hayekiana é rapidamente discutida, com particular atenção à ligação entre a abordagem institucional do austríaco e sua posição política liberal, bem como à relação entre o arcabouço institucional de certo grupo social e seu desempenho. A seção seguinte busca explicitar alguns dos conceitos institucionais de Hayek, mostrando o que ele entende por regras, ordem, lei e legislação, além de propor uma distinção analítica entre ao menos três diferentes tipos de regras com que ele parece lidar em alguns de seus trabalhos. Por fim, as considerações finais concluem o ensaio.

4.2. A economia institucional e a virada cognitiva

Williamson (2000) propõe a distinção entre quatro níveis na análise social. Ele entende que os níveis são interligados mas desiguais, com os superiores, detentores de mais força, impondo restrições aos inferiores, que respondem com certo *feedback*.

O primeiro nível, o da teoria social, é onde as mudanças requerem prazo mais longo; aqui, a medida de tempo são séculos ou milênios. A análise social nesse nível envolve conceitos como tradições, padrão moral, religião e normas. Segundo o autor, a maioria dos economistas institucionais toma esse nível como dado, como uma plataforma que deve ser considerada constante.

⁹⁴ Swedberg (2004) expõe uma série de indicadores do crescimento do nível de institucionalização, participação e influência de estudiosos identificados com a NSE na academia norte-americana.

O segundo nível de análise é o ambiente institucional com mais espaço para instituições e regras formais e de desenho deliberado (o que não exclui instituições informais evolucionárias e espontâneas), tais como acordos comerciais, leis, constituições e direitos de propriedade criados e aplicados por corpos políticos como parlamentos ou tribunais. A unidade de tempo relevante para mudança é de décadas ou séculos.

Neste segundo nível Williamson (2000) destaca especialmente o ramo da teoria econômica conhecido por economia dos direitos de propriedade, ligado a nomes como Alchian e Demsetz. Na interpretação do autor, essa linha de pesquisa dá ênfase à boa definição de direitos de propriedade como solução eficiente para problemas de externalidades, dilemas dos comuns e outras supostas “falhas de mercado”, reservando à intervenção governamental meramente a definição e aplicação destes direitos e a arbitragem de disputas que possam surgir. Williamson (2000) julga que esta literatura tem sua força associada ao caráter potencialmente informativo e coordenador dos direitos de propriedade. Por outro lado, ainda segundo o autor, um ponto negativo é a crença demasiada no poder de coordenação e ordenativo via mercado dos direitos de propriedade, como se eles fossem facilmente definidos e aplicados.

O advento da literatura institucionalista dos custos de transação e da economia da governança constitui o terceiro nível de análise social na classificação de Williamson (2000), onde o tempo para mudança é de um a dez anos. O reconhecimento da existência de imprevisibilidade, custos de transação e de imperfeições na aplicação e observância dos contratos traz à tona modos diferentes de governança e de negociações entre agentes de modo a reduzir conflitos, moldar incentivos e gerar ganhos mútuos, num processo de emergência de ordem que não requer a arbitragem e vigilância governamentais. Na visão de Williamson (2000), há uma separação temporal-analítica a ser feita aqui: a teoria da agência trata de incentivos e ajustes *ex-ante*, ao passo que a teoria dos custos de transação lida com as consequências e problemas *ex-post* à concretização de um contrato.

Por fim, o quarto nível de análise social é o *locus* da economia neoclássica, com a análise marginal e otimizadora do comportamento das firmas, entendidas como funções de produção e ajustes de preços e quantidades contínuos.

Em suma, o nível 1 é o da teoria social, o nível 2 é a economia dos direitos de

propriedade ou teoria política positiva, o nível 3 é a economia dos custos de transação e o nível 4 é a economia neoclássica, lidando com a alocação de recursos e mudanças marginais e ordinárias nas condições econômicas

De volta ao primeiro nível de Williamson (2000), o que se refere a regras, tradições, etc, tem-se que a questão para a qual, segundo o autor, nem ele nem pesquisadores como Douglass North possuem resposta é o que faz com que essas restrições informais permanentes influenciem tão fortemente as características econômicas de longo prazo das sociedades. Propõe, então, que o conceito de enraizamento (*embeddedness*) possa ser útil a essa tradição intelectual,⁹⁵ o que remete à nova sociologia econômica, linha de pesquisa que procura apreender o funcionamento das sociedades capitalistas, onde pessoas são influenciadas por regras de comportamento transmitidas culturalmente, sujeitas que são a pressões sociais de toda ordem, donas de racionalidade apenas limitada e de sentimentos de confiança e solidariedade. Aqui, mercados não são simples mecanismos frios e automáticos, mas construções sociais, ordens que emergem a partir do relacionamento social entre pessoas concretas (não autômatos anônimos e abstratos), expressões da própria sociedade que não se organiza através de um comando central (Abramovay, 2007).

De acordo com Williamson (2000), paralelamente à discussão sobre a atuação das instituições informais de longo prazo, no nível 1 também acontecem debates sobre os mecanismos pelos quais essas instituições informais emergem, são mantidas e mudam. Na sua visão, as respostas mais satisfatórias vão na direção de tratá-las como espontâneas, criadas sem propósito específico, evolucionárias e com relativamente elevado grau de inércia, já que ou são funcionais (isoladamente ou como parte de um arcabouço a que estejam associadas) e/ou são parte constitutiva do modo de interpretar o mundo dos indivíduos.

Karl Polanyi (e.g. 2000) talvez tenha sido o primeiro pensador a lidar com o conceito de enraizamento para o entendimento da atividade econômica das sociedades. Para ele, não se pode desdobrar o conceito de racionalidade econômica típica das (ou, pelo menos, a que tendem as) sociedades industriais a todas as épocas e todos os lugares da

⁹⁵ A tradução do termo *embeddedness*, consagrado na literatura, não é trivial. Aqui utilizo a palavra enraizamento, seguindo a versão em português de Swedberg (2004). Imersão talvez seja outra tradução possível.

história do homem. Sua ênfase recai sobre a solidariedade, a simpatia, a reciprocidade, os nexos familiares e patrícios, a lealdade, como importantes fatores a determinar as formas de produção e troca (ainda que na sociedade capitalista o mercado busque se afirmar como instância superior a todas as outras a coordenar os diversos indivíduos supostamente racionais, egoístas e maximizadores). Ou seja, a ação econômica só pode ser compreendida se se tiver em mente que ela acontece em meio a outras esferas da vida social, e não como um campo à parte que a tudo subordina, seja pela lógica do indivíduo do mundo neoclássico, seja pela lógica do capital. Granovetter reconhece a importância da contribuição de Polanyi, mas a julga um pouco exagerada. Para ele, o comportamento econômico egoísta e racional tem um papel maior que o atribuído por Polanyi mesmo nas sociedades não capitalistas (cf. Zukin e DiMaggio, 1990, p. 15).

Zukin e DiMaggio (1990) propõem a divisão do conceito de enraizamento em quatro tipos, cada qual enfatizado por uma parte da literatura em sociologia econômica.⁹⁶

Em primeiro lugar, o enraizamento cognitivo, que se refere às limitadas capacidades mentais e computacionais dos participantes do mercado, gerando regularidades na forma de percepção, interpretação e reação à realidade que os rodeia. Este tipo de enraizamento se relaciona, a princípio, à psicologia cognitiva e à economia comportamental, áreas que têm procurado dar contribuições para o entendimento do comportamento humano num ambiente de incerteza, complexidade e informação imperfeita. Nas palavras de Zukin e DiMaggio (1990, p. 16), “[t]he notion of cognitive embeddedness is useful in calling attention to the limited ability of both human and corporate actors to employ the (...) rationality required by neoclassical approaches”.

A propósito, Dequech (2003b; 2011a) chega a falar de uma “virada cognitiva” na sociologia e na economia nas últimas décadas, reflexo entre outras coisas do aumento da preocupação com as restrições às capacidades mentais e de processamento de informações por parte dos atores econômicos. A aceitação da existência de regras mentais socialmente compartilhadas a influenciar de diferentes maneiras o pensamento e a ação humana facilita

⁹⁶ Por seu turno, Abramovay (2004) faz a distinção de duas vertentes dentro da (nova) sociologia econômica: uma enfatizando a ideia de “mercados de produção”, geralmente associada ao trabalho de Harrison White, em que se destaca o caráter local, concreto, mimético e permeado pelas relações sociais da concorrência entre as firmas; outra dando papel central à cultura na formação das instituições e sua marcante influência no comportamento dos atores econômicos.

o entendimento de por que “o social está dentro do econômico e dos próprios agentes econômicos, o que aproxima de modo fundamental a economia da sociologia econômica” (Dequech, 2011a, p. 600). Williamson (2000) mesmo reconhece a existência de um nível “zero” de análise social, anterior ao nível do enraizamento social e semelhante ao enraizamento cognitivo, já que lida com a formação e constituição dos processos mentais segundo princípios evolucionários. Segundo ele, “[t]he application of these ideas to economics even now is beginning to reshape our understanding of human actors. Our evolutionary psychologist and cognitive science colleagues are vital to the exercise” (Williamson, 2000, p. 600).

Em segundo lugar, o enraizamento cultural diz respeito às formas de racionalização e interpretação vivenciadas pelos indivíduos, formas essas que são socialmente compartilhadas ou influenciadas pela estrutura social à qual estes pertencem. A cultura fornece as regras morais, os padrões éticos e estéticos, as normas de comportamento, fatores que possuem forte influência na ação econômica dos membros de qualquer grupo social. Por isso, Zukin e DiMaggio (1990, p. 17) bem colocam que “culture has a dual effect on economic institutions. On the one hand, it constitutes the structures in which economic self-interest is played out; on the other, it constrains the free play of market forces”.

Em terceiro lugar, o enraizamento estrutural, identificado com a contribuição de Granovetter à sociologia econômica ao destacar o papel das redes de relações pessoais exercendo importante influência no comportamento dos indivíduos, em oposição ao anonimato do mercado proposto pela economia neoclássica. Granovetter chama de argumento do enraizamento “the argument that the behavior and institutions (...) are so constrained by ongoing social relations that to construe them as independent is a grievous misunderstanding” (Granovetter, 1985, p. 482). Refinando sua proposta, ele afirma:

A fruitful analysis of human behavior action requires us to avoid the atomization implicit in the theoretical extremes of under- and oversocialized conceptions. Actors do not behave or decide as atoms outside a social context, nor do they adhere slavishly to a script written for them by the particular intersection of social categories that they happen to occupy. Their attempts at purposive action are instead embedded in concrete, ongoing systems of social relations (Granovetter, 1985, p. 487).

Por fim, aparece o enraizamento político, com o que se pretende destacar a assimetria de poder entre os diversos atores econômicos e grupos sociais, e como esta constatação influencia a compreensão da ação econômica, como, por exemplo, através do arcabouço legal, da participação do Estado na resolução de controvérsias entre grupos rivais, etc. Segundo Zukin e DiMaggio (1990, p. 20), “[b]y “political embeddedness” we refer to the manner in which economic institutions and decisions are shaped by a struggle for power that involves economic actors and nonmarket institutions, particularly the state and social classes”.

Dequech (2011a), por sua vez, propõe uma classificação referente a várias formas pelas quais as instituições influenciam o comportamento e o pensamento individual, que ele chama de seus papéis restritivo, cognitivo, motivacional e emocional. No primeiro caso, tão mais destacado na literatura quanto mais próxima da economia neoclássica é a abordagem adotada, as instituições funcionam como restrições (analogamente à restrição orçamentária e à função de produção). O papel cognitivo é subdividido em três: o papel informacional, pelo qual as instituições fornecem a um indivíduo informações sobre o provável comportamento de outras pessoas ou agentes coletivos; o papel cognitivo prático, correspondente à incorporação, pelas instituições, de conhecimento tácito ou prático, transmitido, por exemplo, via imitação; e o papel cognitivo profundo, através do qual as instituições influenciam a própria maneira como as pessoas escolhem as informações relevantes, as classificam e interpretam. Finalmente, as instituições têm um papel motivacional simples, no sentido de que dão incentivos, ou profundo, no sentido de que influenciam os objetivos que as pessoas perseguem ou obrigações que elas se atribuem, e um papel emocional, que diz respeito à maneira como as instituições interferem no estado emocional dos indivíduos. Segundo Dequech (2006, 2011a), a aceitação do papel motivacional e possivelmente do papel cognitivo profundos é incompatível com o uso atomístico do individualismo, na medida em que estas funções indicam a existência de uma influência relativamente forte das instituições sobre os indivíduos, ao passo que o papel cognitivo informacional, a princípio, possui compatibilidade com o atomismo.

Diante do que foi apresentado na corrente seção, o restante do ensaio será dedicado à discussão acerca de alguns elementos do institucionalismo hayekiano.

Transparecerá que, à luz dos tópicos emergentes associados à economia institucional e à nova sociologia econômica, o institucionalismo de Hayek procura explicar, de um ponto de vista liberal associado à *mainline economics* (Boettke, 2007), a importância que as instituições formais e informais possuem na determinação do desempenho (e mesmo na sobrevivência) de grupos sociais no longo prazo (que, como visto acima, é preocupação de autores como Williamson e North) através do caráter restritivo e cognitivo das instituições, regras e cultura que influenciam profundamente o comportamento individual em sociedade.

4.3. Algumas observações sobre o institucionalismo de Hayek

O objetivo da presente seção é tecer algumas considerações sobre o institucionalismo hayekiano. Em particular, interessa entender de que maneira Hayek tentou esclarecer a relação entre regras, cultura e instituições e o desempenho e sobrevivência de certo grupo social, e como, a partir de tal perspectiva, a abordagem institucional do austríaco se relaciona com o liberalismo defendido por ele. É importante para a compreensão de sua obra ter em mente que o liberalismo não surge de maneira *ad hoc* em Hayek, mas emerge a partir de suas considerações pertinentes tanto à economia institucional quanto ao estudo do ciclo econômico e da teoria monetária. Aliás, como é possível se depreender de Lewis (2009), a preocupação de Hayek com o tema das instituições foi surgindo de maneira gradual com o desenvolvimento do projeto de pesquisa do austríaco.

De fato, a contribuição de Hayek à teoria institucional pode ser melhor compreendida a partir de uma perspectiva mais ampla do projeto de pesquisa subjacente a toda sua obra. Como se encarregam de esclarecer Garrison e Kirzner (1987) e Lewis (2009), o entendimento de que a economia lida com o problema da coordenação (ou sua incompletude, seja temporal, seja espacial) trespassa a produção hayekiana, bem como a noção de que é através do funcionamento do processo de mercado que o sistema econômico

dinamicamente caminha em direção a um maior grau de coordenação.⁹⁷ Sob tal ângulo, pode-se entender a pesquisa institucional hayekiana como uma tentativa de aproximação desse problema, de quais são as instituições que melhor permitem a existência do maior grau possível de coordenação no sentido de que o conhecimento difuso, subjetivo e tácito possa fluir da melhor maneira através dos participantes do processo de mercado, permitindo o aumento do grau de compatibilização dos planos individuais. Nas palavras de Caldwell, “Hayek’s central question is: What set of institutional arrangements might best assist fallible individuals to make better decisions and better use of their knowledge?” (Caldwell, 2004, p. 286).

Lewis (2009) oferece uma perspectiva interessante do projeto hayekiano. Segundo ele, os textos de Hayek de 1937 e 1945 expõem o problema econômico como o problema do conhecimento, fazendo, assim, uma crítica epistemológica à teoria econômica. Seu livro de psicologia (Hayek, 1976c), publicado originalmente em 1952, aprofunda os fundamentos ontológicos àquela crítica epistemológica. Finalmente, após 1960, seus trabalhos (e.g. Hayek 1960, 1973, 1976b, 1979, 1988) procuram avançar na compreensão de como as instituições lidam com aquele tipo de problema, e, através de uma análise institucional comparativa, achar no liberalismo a maneira mais adequada de a sociedade tratar e conviver com eles.⁹⁸

Em particular, o institucionalismo hayekiano ajuda a entender os fenômenos sociais a partir da influência das instituições sobre o comportamento dos indivíduos. De acordo com Hayek (1988, cap. 1), o comportamento individual é resultado da ação conjunta de três fatores: os instintos, a razão e as regras de conduta, sendo que tais regras são

⁹⁷ Tanto assim que o livro de O’Driscoll (1977) sobre a economia hayekiana se chama *Economics as a Coordination Problem*.

⁹⁸ Caldwell (1988a), por sua vez, enxerga duas etapas na obra de Hayek, com a “transformação” sendo marcada pelo artigo de 1937, quando ele faz a escolha metodológica de abandonar o estudo do equilíbrio rumo a uma abordagem que enfatize o processo de mercado, o problema do conhecimento e as instituições. Já Soromenho (1994) não vê tal rompimento na obra hayekiana, ao contrário, parece entender que as novas preocupações e opções metodológicas de Hayek pós-1937 já estavam como que prontas a florescer em sua obra anterior, que lidava mais com problemas típicos do economista, como aqueles envolvendo o ciclo econômico e a teoria monetária.

mediadas pelo lugar, época, história e experiência individuais e particulares.⁹⁹ Todos esses elementos da ação individual tem origem evolucionária, na perspectiva de Hayek.

A preocupação com a relação entre instinto e razão não é exclusiva a Hayek no pensamento econômico institucional. Veblen, por exemplo, fala da existência de ao menos três tipos de instintos (cf. Cavalieri e Lima, 2010; Almeida, 2010): trabalho eficaz, inclinação parental e curiosidade desinteressada. Em sua perspectiva, os instintos são inclinações naturais do ser humano, de caráter biológico e evolucionário, e que, ao serem atendidos ou não, geram prazer (se o instinto é atendido) ou dor (caso o instinto não seja atendido); vale dizer, são os instintos que imprimem os objetivos que os seres humanos devem buscar atender. A razão entra como uma espécie de capacidade de se formular planos de ação que possam levar o indivíduo a satisfazer seus instintos. A repetição por diversos indivíduos dos mesmos caminhos racionalmente construídos para a consecução de certos objetivos acaba, ao longo do tempo, por se cimentar na forma de instituições sociais, na perspectiva vebleniana.

Já de acordo com o austríaco, os instintos, que não deixam de ser tipos de regras (Hayek, 1967a), são impulsos internos referentes à percepção e à ação herdados geneticamente que expressam uma evolução de milhões de anos que ajudou a constituir o ser humano no sentido biológico do termo, inclusive (Hayek, 1988, cap. 1). Eles eram importantes mecanismos que garantiam a sobrevivência dos pequenos grupos tribais, na medida em que produziam nos membros de cada grupo objetivos concretos e comuns a serem perseguidos, bem como percepções sobre riscos e oportunidades que poderiam ser exploradas. Ou seja, a atuação dos instintos geneticamente herdados levava os indivíduos a cooperarem para a consecução de objetivos comuns, como a busca por alimento, abrigo e segurança. Eram eles o mecanismo através do qual os pequenos grupos, compostos por membros que se conheciam e eram atados por laços de solidariedade, podiam ser

⁹⁹ “The concrete individual action will always be the joint effect of internal impulses, such as hunger, the particular external events acting upon the individual (including the actions of other members of the group), and the rules applicable to the situation thus determined. The rules upon which different individual members of a group will at any moment act may therefore be different either because the drives or external circumstances acting upon them make different rules applicable, or because different individuals according to age, sex, status, or some particular state in which each individual finds itself at the moment” (Hayek, 1967a, p. 68). Destaque-se, aliás, que aqui Hayek parece admitir a existência de diferentes lógicas de ação adequadas a diferentes ambientes e situações em que o indivíduo esteja imerso, como as de que Dequech (2008) trata, e que serão vistas adiante.

coordenados – através da existência de objetivos comuns gerados pela percepção também socialmente compartilhada de oportunidades e perigos. Entre os instintos humanos Hayek destaca o da solidariedade e do altruísmo, “instincts applying to the members of one's own group but not to the others” (Hayek, 1988, p. 12).

Contudo, a coordenação e cooperação não anônima baseada nos instintos e nos objetivos e percepções compartilhadas não podem ser levadas muito adiante como mecanismo de coesão social, na perspectiva de Hayek. Tais instrumentos podem ser úteis e importantes para pequenos grupos - “small roving bands or troops” (Hayek, 1988, p. 11), nas palavras do austríaco – e continuar a influenciar o comportamento individual na *open society*, mas são incapazes de, sozinhas, exercerem o mesmo papel virtuoso em tal tipo de grupo social maior e mais complexo. Em sua visão, com o crescimento do grupo social rumo a se tornar uma ordem complexa espontânea, ficaria cada vez mais difícil a existência tanto de objetivos comuns quanto de percepções compartilhadas e de métodos julgados como apropriados ao alcance daqueles fins. Com isso, basear a sociabilidade apenas nos instintos primários se torna progressivamente inviável. De acordo com ele, “[c]ooperation, like solidarity, presupposes a large measure of agreement on ends as well as on methods employed in their pursuit” (Hayek, 1988, p. 19).

É neste ponto que Hayek traz à tona a necessidade da existência de regras de comportamento socialmente compartilhadas como condição necessária à existência de uma ordem espontânea ampla. Nesse sentido o austríaco se coloca, em sua própria interpretação, na mesma linha de pesquisa dos fundadores da ciência econômica, que se preocupavam em como poderia acontecer de se chegar a uma ordem social tão larga que excederia a capacidade de criação e organização da razão humana. De acordo com ele, já nos *founding fathers* pode ser encontrada uma explicação de cunho evolucionário para esse tipo de investigação. Em suas palavras, “Economics has from its origins been concerned with how an extended order of human interaction comes into existence through a process of variation, winnowing and sifting far surpassing our vision or our capacity to design” (Hayek, 1988, p. 14).

Se os instintos foram importantes para o processo milenar de formação da própria espécie humana, é a existência de limites a esses mesmos instintos que liberta

algumas das amarras ao crescimento do grupo social, na medida em que não se exige mais o compartilhamento de percepções e objetivos como uma condição à existência de certo grupo social.

A relação entre instintos e regras é complexa ao invés de unidirecional. Na perspectiva hayekiana, as regras de conduta (ou o que adiante será chamado de regras de comportamento) podem ser classificadas como restrições culturais ao comportamento instintivo biologicamente herdado, de modo que regras e instintos estão em recorrente oposição e conflito.¹⁰⁰ As regras são construções coletivas não intencionais, explícitas ou implícitas, transmitidas através da cultura que provocam uma espécie de inclinação à rejeição ou desgosto por certos tipos de impulsos internos instintivos.

As regras de comportamento tradicionais exercem uma função coordenadora dos grupos sociais mais ampliados. De um ponto de vista hayekiano, a adesão a regras tradicionais é importante para a expansão do grupo social ao “libertar” os indivíduos de seguirem seus instintos de percepção e objetivos comuns. Daí que Hayek, ao menos em seu livro de 1988, dá mais ênfase ao papel das regras como restrições ao comportamento benevolente do que como uma espécie de controle do egoísmo exacerbado e da “guerra de todos contra todos”. Aliás, para ele, “[t]he primitive individualism described by Thomas Hobbes is hence a myth. The savage is not solitary, and his instinct is collectivist” (Hayek, 1988, p. 12). A preocupação com a inviabilidade de se usar a benevolência como fundamento da sociabilidade ampliada, claro, leva Hayek a se remeter a Mandeville e sua fábula das abelhas (Hayek, 1988, cap. 1).

Em Hayek há ao menos três maneiras inter-relacionadas pelas quais as práticas selecionadas evolucionariamente expressam sua colaboração para o sucesso de um grupo social: o crescimento (demográfico mesmo), a utilização do conhecimento disperso e a manutenção da ordem (Hayek, 1988, introdução). Por ora, as duas últimas serão avaliadas.

Como já dito, a abordagem institucional de Hayek surge como resposta ao problema mais geral com que o austríaco se depara no seu esforço de compreensão da

¹⁰⁰ Hayek parece afirmar que mesmo entre os animais as regras se opõem aos instintos. Em suas palavras, “[t]he conflict which will often arise between immediate desires and the built-in rules or inhibitions is well attested by the observation of animals” (Hayek, 1973, p. 76).

sociedade descentralizada e de cooperação anônima, qual seja, o problema do conhecimento. As práticas que são selecionadas pelo processo evolucionário e, portanto, espreiadas no tempo e no espaço, são precisamente aquelas que conseguem de alguma maneira promover uma melhor articulação entre os fragmentos do conhecimento que se encontra difuso na sociedade. Hayek encontra no arcabouço institucional-jurídico típico de uma sociedade livre – ou seja, em que as regras possuem caráter negativo, em que prevaleça a *rule of law* e em que as pessoas estejam livres do arbítrio alheio – a possibilidade de promoção daquela articulação.

Nesse tipo de ambiente, os indivíduos desfrutam da liberdade de utilizarem seu conhecimento local e muitas vezes inarticulado em seu próprio favor, e as instituições existentes numa sociedade coordenada através do livre mercado promovem a conversão desse interesse privado em benefícios alheios; temos, então, a cooperação anônima não intencional.

Hayek (1988, introdução) também relaciona o comportamento de acordo com práticas selecionadas através da evolução como uma condição para a existência da “extended order” (Hayek, 1988, p. 6), quando fala, por exemplo, sobre “the traditions that formed the extended order that made civilization possible” (Hayek, 1988, p. 7). Dois possíveis motivos podem ser elencados para isso. Em primeiro lugar, de forma coadjuvante, a razão mais atrelada ao dilema hobbesiano; nesse caso, a internalização de certo padrão moral tradicional evitaria tanto a guerra de todos contra todos quanto a tirania do soberano. Em segundo lugar, mais de acordo com a obra mais ampla de Hayek, é a possibilidade de utilização do conhecimento difuso e parcelado existente na sociedade trazida pela evolução de tais práticas. Do ponto de vista de Hayek, é possível que uma pequena comunidade consiga viver com um comando central e baseada na cooperação não anônima, e com as motivações altruístas; contudo, com o crescimento deste grupo tal forma de sobrevivência acabaria por destruir a ordem.

Assim, a *extended order* ou a *Great Society* deve estar assentada sobre a cooperação anônima e a utilização das práticas de origem espontânea e que são selecionadas exatamente por oferecerem ao grupo a possibilidade de aumentar sua eficiência perante outros através do crescimento do conhecimento e do grau de sua

utilização. Nesse caso, a ordem tem origem espontânea, sem prévio planejamento, e, por isso mesmo, pode alcançar um grau de complexidade muito maior do que aquela que tivesse sido planejada *ex-ante*, racionalmente, já que a capacidade humana de previsão de todas as consequências que certa ação gerará é bastante limitada para lidar com a complexidade dos fenômenos inerentes aos grandes grupos. Para Hayek, reconhecer tal limite do uso da racionalidade é uma virtude; o desejo de se redesenhar racionalmente a sociedade e suas regras, característica inúmeras vezes associada por Hayek à linha de pensamento do “racionalismo construtivista”, ao contrário, acaba por cair no erro de se aderir a uma “naive and uncritical theory of rationality, an obsolete and unscientific methodology” (Hayek, 1988, p. 8).

De acordo com Hayek, o processo de evolução atua de modo a selecionar o grupo que adota as regras de comportamento (ou práticas) que melhor permitam a ele se adaptar ao ambiente constantemente sujeito a mudanças. A manifestação do sucesso ou fracasso do grupo se dá pelo crescimento tanto econômico quanto demográfico relativamente a outro grupo que siga um conjunto de regras e práticas distinto. Assim, o papel da evolução é permitir que o conjunto de regras que melhor permita a um grupo social prosperar e crescer numericamente. Logo nas linhas de abertura daquela que é sua última grande obra, Hayek fala do espriamento de práticas via seleção evolucionária que pode ser vista como “the comparative increase of population and wealth” (Hayek, 1988, p. 6).

O socialismo, segundo Hayek, ao recusar as regras de origem espontânea e de seleção evolucionária, não permitiria à sociedade que o adota alcançar o mesmo nível de produção das sociedades que não adotam o planejamento central. Em parte isso acontece porque a distribuição do produto numa economia de livre mercado é rebatida numa certa estrutura de incentivos que leva os agentes participantes do processo de mercado a atuarem na direção que conduza ao aumento da produção, bem como, entendo, do grau de coordenação entre os indivíduos; já uma economia socialista procuraria realizar a distribuição do produto segundo algum critério de justiça social que, de acordo com Hayek, ainda que pudesse vir a existir, não atenderia àquela necessidade de geração de incentivos que atuam como sinalizadores. Deve-se ter em conta, ao pensar nesse ponto, tanto que os

economistas austríacos enfatizam sobremaneira a soberania do consumidor em sua explicação do processo de mercado, quanto que Hayek nega a possibilidade de se realizar a “justiça social” segundo algum critério racional, até mesmo porque, se tal busca implicar numa reorganização da sociedade segundo princípios supostamente racionais, o produto total seria menor que no caso de livre concorrência. Em suas palavras, “the widely held concept of 'social justice' either describes a possible state of affairs or is even meaningful” (Hayek, 1988, p. 8).

De qualquer maneira, na abordagem hayekiana, como se sabe do debate do cálculo econômico socialista, a defesa do livre mercado em comparação ao planejamento socialista não está assentada principalmente na questão da diferença de incentivos existente entre os dois sistemas econômicos, mas sim no problema do conhecimento. É ao vincular sua pesquisa ao problema do conhecimento que Hayek pretende mostrar a impossibilidade do socialismo como mecanismo capaz de assegurar a distribuição da produção de acordo com algum suposto critério de justiça, bem como de se rearranjar a sociedade, planejando racionalmente a participação econômica individual, a composição do produto e sua distribuição. Segundo ele (Hayek, 1988, introdução), a defesa do socialismo está assentada na falha de percepção sobre qual é o problema do conhecimento, ou seja, que o conhecimento presente de maneira difusa na sociedade sequer existiria fora do processo de mercado, e ainda que existisse, tal conhecimento, por sua própria natureza, não poderia ser coletado e organizado em uma espécie de comitê central de planejamento; ao contrário, o socialismo, na interpretação de Hayek (1988, introdução), não consegue distinguir entre regras planejadas e criadas intencionalmente pelo homem daquelas que também são criadas pela ação humana, porém como consequência não intencional dela. Daí a confusão que leva à crença de que é possível racionalmente reconstruir o padrão moral e as regras que caracterizam determinada sociedade.

O que Hayek procura defender é que as tradições morais de origem espontânea e selecionadas evolucionariamente, mesmo que geralmente não sejam seguidas de boa vontade e que, a princípio, não demonstrem ter influência positiva sobre o grupo que as executa, são importantes sim para seu sucesso; o fracasso do socialismo, pensa o austríaco, reside no desejo que esta doutrina representa de refundar a sociedade e suas práticas

racionalmente. Isso a leva a descartar as práticas tradicionais que são importantes no processo de crescimento e utilização do conhecimento social difuso e, portanto, no ritmo de crescimento e de progresso, substituindo aquela tradição moral pela organização supostamente racional. A competição entre livre mercado e socialismo, portanto, acaba por se tornar, no pensamento hayekiano, uma disputa na qual está em jogo a sobrevivência da própria civilização humana na dimensão e riqueza que atingiu contemporaneamente: “[t]o follow socialist morality would destroy much of present humankind and impoverish much of the rest” (Hayek, 1988, p.7).

Daí que, sob a perspectiva hayekiana, a humanidade como que está contida em sua escolha pelo regime de livre mercado assentado em regras espontâneas evolucionárias, uma condição necessária para sua sobrevivência. O interesse no estudo da evolução das instituições, assim, ganha especial relevância, na medida em que ajude no entendimento de como se dá esse processo tão importante para a sobrevivência da humanidade, apesar de pouco apreciado – e muitas vezes criticado como conservadorismo,¹⁰¹ e também porque seu produto (regras de comportamento tradicionais, por exemplo) está em constante pressão, por um lado, pelo comportamento instintivo e, por outro, pelo comportamento supostamente esclarecido e guiado racionalmente.

O estabelecimento de uma relação entre os diferentes tipos de regras a prevalecer em distintos grupos sociais e o que Dequech (2008) chama de diferentes lógicas de ação pode ajudar na compreensão do intuito de Hayek ao levantar as questões referentes à cooperação anônima e não intencional necessária à ordem expandida. Rapidamente, lógicas de ação são coleções de maneiras usuais de se pensar, desejar e agir socialmente compartilhadas e que se adequam e variam conforme o ambiente e o papel exercido por uma pessoa em determinado meio. Na proposta de Dequech, dentro da perspectiva das lógicas de ação o comportamento pode ser instrumental – ou seja, voltado aos fins associados a determinada lógica – ou não-instrumental – quando é o comportamento em si,

¹⁰¹ Hayek reservou o posfácio (chamado *Why I am not a conservative*) a seu livro de 1960 à explicação da diferença central entre liberalismo e conservadorismo. Em uma palavra, seu argumento é que o conservador repudia mudanças e transformações, em particular das instituições e das regras morais, ao passo que o liberal é, a princípio, simpático às mudanças, desde que elas aconteçam através do processo competitivo espontâneo e evolucionário.

e não o objetivo, o esperado de acordo com certa lógica de ação. Como exemplos de diferentes lógicas de ação, Dequech (2008) fala da família, do mercado e da cidadania.

É um conceito semelhante a este que Hayek parece ter em mente quando se refere à existência de regras distintas de comportamento adequadas ao pequeno grupo primitivo e à grande sociedade contemporânea. Em sua perspectiva, o surgimento, consolidação e expansão da grande sociedade tem como pré-requisito o seguimento de regras de comportamento culturalmente transmitidas que inibam aqueles instintos mais primários que foram importantes para os grupos humanos ancestrais – dentre eles, o instinto da benevolência e da fraternidade dirigida aos semelhantes, e da cooperação visível e direcionada ao atendimento de necessidades específicas ao invés da invisível e anônima da *open society* – que, segundo o austríaco, já havia sido percebido por Adam Smith na gênese da ciência econômica.¹⁰²

Para o austríaco é vital que a cooperação existente na sociedade seja do tipo anônima, ao invés de intencional ou direcionada. Segundo ele, se todos passassem a se tratar como irmãos, a sociedade estendida logo viria à ruína, na medida em que isso poderia desviar o comportamento individual para longe daquilo que seria mais frutífero e proveitoso para a sociedade como um todo ao desestimular a concentração naquilo que cada um sabe fazer melhor e, assim, cooperar anonimamente com seus pares.

Isso não significa que, em seu entendimento, a lógica de ação típica do mercado deva ser aplicada às demais esferas da vida do indivíduo. De acordo com ele (Hayek, 1988, cap. 1), a convivência entre uma lógica e outra não é uma passagem simples ou sem custos, mas, ao contrário, “[p]art of our present difficulty is that we must constantly adjust our lives, our thoughts and our emotions, in order to live simultaneously within different kinds of orders according to different rules” (Hayek, 1988, p. 18). A importância da existência paralela na vida dos sujeitos de diferentes círculos e ambientes, e, por tabela, de diferentes lógicas de ação, contudo, não deve ser minimizada, já que a separação entre as lógicas é

¹⁰² “The recognition that a man’s efforts will benefit more people, and on the whole satisfy greater needs, when he lets himself be guided by the abstract signals of prices rather than by the perceived needs, and that by this method we can best overcome our constitutional ignorance of most of the particular facts, and can make the fullest use of the knowledge of concrete circumstances widely dispersed among millions of individuals, is the great achievement of Adam Smith” (Hayek, 1976a, p. 121).

fundamental para a existência da ordem social ampliada. Vale a pena a leitura da passagem a este respeito:

If we were to apply the unmodified, uncurbed, rules of the micro-cosmos (i.e., of the small band or troop, or of, say, our families) to the macro-cosmos (our wider civilisation), as our instincts and sentimental yearnings often make us wish to do, *we would destroy it*. Yet if we were always to apply the rules of the extended order to our more intimate groupings, *we would crush them*. So we must learn to live in two sorts of world at once (Hayek, 1988, p. 18, grifos no original).

No ponto de vista hayekiano, é através do mecanismo de mercado – e, por tabela, do comportamento associado a ele – que as pessoas, ao seguirem regras espontâneas, conseguem, numa ordem complexa, atingir por meio de suas ações uma gama enorme de outros indivíduos. Ao mesmo tempo, é essa a forma de se beneficiarem do conhecimento e ações também de pessoas que não são suas conhecidas. Nessa perspectiva, a ordem ampliada só se torna possível se a sociedade se dispõe, ainda que inconscientemente, a tirar proveito dessa vasta rede de cooperação anônima necessária ao aumento do grau de divisão do trabalho e do conhecimento e à utilização, por cada um, do trabalho e do conhecimento alheios. É o seguimento compartilhado de regras – inclusive regras de percepção, como as que se ligam ao sistema de preços – que promove o erguimento e manutenção das ordens sociais que nos permitem tanto “to do things by circumstances of which we are largely unaware and which produce results that we do not intend” (Hayek, 1988, p. 14) quanto “[to] serve people whom we do not know, and even of whose existence we are ignorant” (Hayek, 1988, p. 14). Assim, Hayek assenta a existência da grande sociedade nos fundamentos das regras tradicionais e instituições espontâneas e evolucionárias, de seguimento muitas vezes inconsciente, de maneira que, ao seguir os sinais abstratos e escolher cooperar e atender as necessidades de quem esteja além de sua percepção, o indivíduo consegue beneficiar um número muito maior de pessoas. Ao comentar a obra de Adam Smith, o austríaco escreve:

“The great society indeed became possible by the individual directing his own efforts not towards visible wants but towards what the signals of the market represented as the likely gain of receipts over outlay. The practices by which the great commercial centres had become rich were shown to

enable the individual to do much more good and to serve much greater needs than if he let himself be guided by the observed needs and capacities of his neighbours” (Hayek, 1976a, p. 120).

Como é de se esperar, o pensamento de Hayek se remete à ideia tradicional do que Boettke (2007) chama de *mainline economics*, ao valorizar a força do interesse próprio para o progresso através da cooperação anônima que acontece via mecanismo de mercado. Hayek fala que o atendimento de todos os apelos por caridade que chegam a nós seria um custo bastante grande por “distracting us from what we are most competent to do” (Hayek, 1988, p. 13).¹⁰³ Interessante notar que seu argumento não vai em direção a uma suposta redução dos incentivos (no sentido de motivação) ao trabalho ou à frugalidade; isso parece estar de acordo com sua posição no debate do cálculo econômico socialista, em que o problema dos incentivos numa sociedade socialista é um argumento menor diante de outros como a ausência do sistema de preços (e, portanto, do mecanismo necessário ao cálculo) e da questão do conhecimento difuso e tácito.

Nesse sentido, Hayek (assim como Smith) tem uma visão distinta da de Buchanan. Como se sabe, pode-se interpretar que Buchanan procura justificar a adoção, pelos economistas, do construto teórico do indivíduo egoísta como uma ferramenta para se realizar a análise institucional comparativa. Em sua perspectiva, é fácil entender que, se todos forem benevolentes, não há dificuldade em se aceitar que um indivíduo consiga ajudar os demais. O problema reside, segundo ele, em como solucionar o “pior cenário”, que é a convivência em sociedade entre indivíduos dotados do pior tipo de motivação ou, se se quiser, egoístas. A resposta dos economistas, em sua perspectiva, não é nem o Leviatã nem a transformação de uma suposta natureza humana, mas a cooperação anônima através do mercado e suas instituições. Hayek, porém, é mais radical do que Buchanan no sentido

¹⁰³ Essa posição de Hayek o alinha de forma clara com Adam Smith, como ele próprio reconhece (Hayek, 1976a). Basta ver, por exemplo, a semelhança com a posição expressa em *A Riqueza das Nações*. Ao discutir a tendência de um indivíduo a realizar a melhor aplicação para a sociedade de seu capital, ainda que vise apenas seu próprio interesse, o escocês afirma, em uma das mais famosas passagens da história do pensamento econômico: “[a]o preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. Aliás, nem sempre é pior para a sociedade que esse objetivo não faça parte das intenções do indivíduo. **Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.** Nunca ouvi dizer que tenham realizado grandes coisas para o país aqueles que simulam exercer o comércio visando ao bem público” (Smith, 1996, p. 438, grifo meu).

de enfatizar que a benevolência não é uma saída,¹⁰⁴ o que Buchanan admite apesar de considerar um cenário irrelevante. Se todos passassem a agir com uma lógica de ação diferente da adequada ao grande grupo, o resultado seria um empobrecimento geral, e não a melhoria da vida de todos, na interpretação hayekiana.

De qualquer maneira, o que Hayek (1988, cap. 1) enfatiza é a necessidade de regras de comportamento que limitem o escopo da ação humana ao direcionar o comportamento mais adequado a cada tipo de ambiente e posição. Assim, tão importante quanto a benevolência no pequeno grupo – seja o de nossos ancestrais, seja na família ou na igreja – é o respeito à propriedade e aos contratos no grande grupo. Essa é uma mudança central no comportamento das pessoas que permite a passagem da ordem mais simples para a mais complexa e ampliada. O problema é que essa mudança de atitude costuma ser mal vista, já que a negação dos instintos não costuma ser algo prazeroso ou bem visto. Tanto assim que Hayek chega a inverter o sentido usual de causa, afirmando que, por tanto detestarmos as regras tradicionais, “we hardly can be said to have selected them; rather, these constraints selected us: they enabled us to survive” (Hayek, 1988, p. 14). Isso se deve também, por um lado, à necessidade que a sociedade ampla tem de se assentar sobre regras que controlem o comportamento instintivo, e por outro ao fato de tanto essas regras quanto sua seleção não serem fruto do desejo ou do planejamento de nenhum homem, mas de um processo espontâneo e não-intencional.

Em suma, Hayek procura explicar a existência de diferentes regras de comportamento em diferentes níveis de relação pessoal num tipo de análise similar ao que Dequech (2008) chama de lógicas de ação – a da família, a do mercado, etc. No caso de Hayek, podemos falar da lógica de ação do pequeno grupo (a família, por exemplo) e a do grande grupo (a sociedade ou o mercado). Agir em um ambiente se valendo da lógica de ação de outro, na perspectiva do austríaco, pode ser bastante danoso à sociedade, por não ser um tipo de ação adequada à ordem expandida, em que as percepções de riscos e oportunidades e os objetivos não são mais compartilhados pelos membros do grupo.

¹⁰⁴ “[F]ollowing these learnt rules generally does have the effect of providing a greater benefit to the community at large than most direct ‘altruistic’ action that a particular individual might take” (Hayek, 1988, p. 19).

Antes de dar continuidade ao ensaio, cabe ser feita uma pequena observação. A crítica de Hayek ao socialismo e ao uso inapropriado da razão, bem como a defesa que ele faz das regras associadas ao livre mercado e, em última instância, do liberalismo, bem como o papel central por ele atribuído ao processo evolucionário que atua sobre práticas e regras tradicionais, não impedem o austríaco de admitir a possibilidade de uma intervenção consciente neste aparato. O importante, na perspectiva de Hayek, é que cada faceta das regras propostas seja avaliada de forma científica e criteriosa para que se verifique a possibilidade de atendimento dos fins a que se propõe: “[w]e can do so, however, only by probing every part of a system of morals” (Hayek, 1988, p. 8). Nesse caso, a ideia de socialismo é falha na medida em que não dispõe dos meios necessários para colher e processar o conhecimento social necessário ao planejamento, bem como para que se realize a “justiça social”, um conceito bastante criticado pelo austríaco como um atavismo, “a demand which cannot be reconciled with the open society in which the individual may use his own knowledge for his own purposes (Hayek, 1976a, p. 121). Nesse ponto, Hayek faz referência à possibilidade de o processo evolucionário, ao atuar sobre certo conjunto institucional, eventualmente carregar certas partes que não venham a contribuir com os grupos sociais que as seguem. Talvez seja por isso que o julgamento consciente do arcabouço de regras deva ser feito na base da avaliação de cada parte do conjunto maior, para que possíveis correções ocorram na medida em que sejam mais úteis ao atendimento de certos fins do que a herdada através da cultura tradicional.

Hayek (1994) admite a intervenção racional do arcabouço constitucional (no sentido buchiano do termo) que permita a existência dentro de si da competição como forma de ordenamento e convivência social. Ao comentar as atividades aceitáveis que o governo pode – e deve – exercer numa sociedade livre, ele fala que “[t]here is the whole design of the legal framework within which competition works—the law of contract, the law of property, the general provisions to prevent fraud and deception. All these are entirely desirable activities” (Hayek, 1994, p. 99). Assim, cumpre ao Estado colaborar no oferecimento de uma plataforma constitucional que permita aos participantes do processo de mercado agirem de forma competitiva dentro dela, promovendo, assim, a transmissão do conhecimento difuso e a articulação entre os indivíduos. A existência de um ambiente que

favoreça a livre ação individual e, portanto, o uso máximo do conhecimento na busca do interesse próprio, é um mecanismo poderoso na promoção do bem estar social, na perspectiva hayekiana e da *mainline economics*. Cumprido ao Estado, assim, proporcionar a existência de um ambiente dentro do qual o processo de mercado competitivo possa se desenvolver da maneira mais fluida possível – o que remete à “política Smithiana” de que fala Buchanan (1969). Dessa forma, Hayek não coaduna com a visão anarquista que desdenha a importância do Estado para a sociedade livre ou competitiva. Em suas palavras, “I am not an anarchist. I do not suggest that a competitive system can work without an effectively enforced and intelligently drawn up legal system” (Hayek, 1994, p. 102).

Dessa maneira, a posição que Hayek propõe ao Estado é a de facilitador do processo de mercado competitivo. Sua oposição é àqueles que pretendem substituir o processo de mercado facilitado por instituições estatais pelo planejamento central que provoque a submissão do mercado organizado ao redor da competição e cooperação anônima ao ativismo estatal, através do qual se procuraria determinar quem vai atuar em certo mercado, ou quanto de um produto será feito e comercializado a um preço fixado. Ou seja, Hayek defende o que Buchanan (1969) chama de “política Smithiana”, caracterizada, em particular, pelas políticas que conduzem à ampliação da possibilidade de trocas mutuamente benéficas.

Na verdade, a delimitação precisa entre o que é conveniente ou não no que se refere à interferência do Estado na economia, em Hayek, é, muitas vezes, obscura. A primeira seleção foi feita acima: cumprir ao Estado facilitar o processo de mercado, e não substituí-lo pelo planejamento central. A partir daí, em certo sentido a participação estatal, em minha interpretação de Hayek, deve ser muito mais questão de grau e bom senso do que de uma regra universal e imutável, o que, ressalte-se, não pode ser confundido com a aceitação de políticas discricionárias, até pela ênfase do austríaco na *rule of law*, de maneira a não ser direcionada a um grupo específico em detrimento de outros, e pela valorização da iniciativa individual e da competição – o que não impede Hayek de admitir a existência de um limite razoável, por exemplo, para a jornada de trabalho, o que é justificado, por ele, como uma tentativa potencialmente válida de se promover a igualdade de condições entre os

indivíduos. Em suma, Hayek diz: “[a]ll I am arguing about is that, where you can create a competitive condition, you ought to rely upon” (Hayek, 1994, p. 100).

De uma perspectiva hayekiana, a intervenção estatal pode ser admitida, mas é como se o ônus da prova estivesse colocado sobre aqueles que desejam e apregoam a participação do Estado em certo aspecto do processo de mercado. Isso, no entanto, não impede o autor de dar centralidade ao papel da avaliação crítica, em especial com as ferramentas providas pela teoria econômica, da relação entre emergência espontânea de regras, sua influência sobre o grupo social e sua contribuição para a formação de ordens espontâneas que permitam a sobrevivência e prosperidade humanas. Em sua perspectiva, o argumento evolucionário não deve ser usado no sentido de se interditar o debate: “[r]ecognising that rules generally tend to be selected, via competition, on the basis of their human survival-value certainly does not protect those rules from critical scrutiny” (Hayek, 1988, p. 20). A mensagem de Hayek é a de cuidado, por isso ele tanto enfatiza a cautela, a avaliação cuidadosa das consequências da intervenção e o perigo de se dinamicamente tender a substituir o mercado como mecanismo de cooperação e coordenação da sociedade.

4.4. Breve sumário de alguns conceitos institucionais hayekianos

Feita uma discussão sobre alguns aspectos do institucionalismo de Hayek e sua relação com o liberalismo defendido pelo austríaco, cumpre esclarecer o entendimento do autor para alguns conceitos utilizados. Até porque, como afirma Pondé (2005), a grande variedade de abordagens preocupadas com temas institucionais e a falta de consenso entre elas torna nebulosa a própria definição de instituições – e isto se mostra, a meu juízo, um problema para que diferentes correntes institucionalistas possam dialogar entre si. Tendo isto em mente, esta seção procura entender qual era a concepção de Hayek para alguns termos pertinentes à análise institucional, e propor uma classificação para variantes de um destes conceitos, qual seja, o de regras.

4.4.1. Regras e cultura

Um conceito central na economia institucional de F. A. Hayek é o de regras que servem como uma espécie de caracterização de certo grupo social. Denominações alternativas que possuem significado semelhante (cf. Hayek, 1988, introdução e cap.1; 1973, cap. 4), ao menos em uma dimensão do termo, são práticas, já que o seguimento de regras é um elemento que atua no sentido de produzir regularidade no comportamento individual, ou mesmo moralidade tradicional. Hayek (1988, cap. 1) faz a distinção entre dois usos para o termo moral: o primeiro é o referente a uma espécie de moralidade natural e o segundo dizendo respeito à moralidade cultural. É a esse segundo sentido que o austríaco faz referência quando utiliza o termo moral.

Em seu livro de 1988, Hayek dá mais destaque ao caráter negativo ou restritivo das regras, ou o que chamo abaixo de regras de comportamento, até para realçar a contraposição entre elas e os instintos. Contudo, anteriormente, em 1973, tal caráter meramente restritivo não ganha destaque, já que lá o austríaco fala sobretudo do que chamo abaixo de regras de conhecimento tácito. Em certo sentido, portanto, é possível imaginar um caráter positivo das regras sobre o comportamento, se bem que não na dimensão restritiva delas, mas sim na mental e na de conhecimento tácito.

As regras de origem espontânea possuem um caráter social e coordenador na medida em que Hayek fala delas usualmente relacionando-as, por exemplo, com a criação e utilização do conhecimento social inarticulado e com a distribuição do produto econômico (e.g. Hayek, 1988, introdução). Elas também são, de certa forma, a manifestação do conhecimento acumulado pela sociedade na medida em que representam a maneira como certo povo atuou para garantir sua sobrevivência ao longo do tempo. A propósito, Zukin e DiMaggio (cf. Dequech, 2003a) falam da cultura como um constrangimento à racionalidade econômica dos indivíduos. Em certo sentido, portanto, a posição deles inverte o argumento de Hayek, para quem as regras que fazem parte da cultura de um povo são ao mesmo tempo resultado dos próprios limites da racionalidade dos agentes (e não sua origem) e mecanismo tanto de se utilizar o conhecimento social acumulado por gerações quanto dar uma

racionalidade não necessariamente à ação individual, mas sim ao ambiente, como no conceito de racionalidade ecológica de Vernon Smith (e.g. 2002).

Regras, práticas e padrão moral são um subconjunto da cultura de certa sociedade e, mais do que isso, atuam como instrumento de construção não-intencional e manutenção de ordens auto-organizadas e complexas, já que a capacidade racional de entendimento de todas suas facetas, qualidades e manifestações particulares é bastante reduzida.

As regras de que trata Hayek, por serem parte da cultura de um povo, devem ter sua forma de transmissão caracterizada de modo distinto da herança genética, podendo ocorrer por “tradition, teaching and imitation” (Hayek, 1988, p. 12); a cultura influencia profundamente o comportamento individual sim, mas de modo distinto da herança genética, que por sua vez atua através dos instintos e de outras características humanas inatas, como a própria capacidade racional, que Hayek qualifica como produto tanto da evolução genética quanto da evolução cultural.

Para Hayek (1973, caps. 1 e 4), cultura “consists of a complex of practices or rules of conduct” (Hayek, 1973, p. 17) que é transmitido de geração a geração (não necessariamente de pai para filho) e que representa a solução que o grupo encontrou, geralmente sem saber o motivo exato, para os problemas enfrentados e que por isso acabaram levando à sua sobrevivência. Nesse sentido, não é propriamente o conjunto de regras ou a cultura que são selecionados; a seleção é do grupo que tenha aderido a tal cultura, ou melhor ainda, da ordem social que é a estrutura supra-individual formada pela regularidade do seguimento de regras de comportamento.

Na abordagem hayekiana as práticas comportamentais tradicionais são herdadas culturalmente, ou seja, elas são uma parte do que Hayek chama de instituições de origem espontânea que surgem concomitantemente à emergência não só da civilização, mas da própria razão humana. Por isso, tentar encontrar um fundamento racional para as regras morais é um esforço, em certo sentido, anacrônico. Segundo Hayek, “[o]ur moral traditions, like many other aspects of our culture, developed concurrently with our reason, not as its product” (Hayek, 1988, p. 10). Elas passam por um processo evolucionário e são seguidas geralmente de forma inconsciente sem que haja necessariamente, para elas, justificativa

racional ou motivo claro para que sejam cumpridas, o que pode explicar por que Hayek (1988, p. 6) fala de uma possível adesão a estas regras mesmo contra a vontade. Nesse sentido, pode-se pensar nessas práticas como uma espécie de código moral; contudo, neste ponto não fica claro se tais práticas morais de origem espontânea e frutos de seleção evolucionária devem ser acompanhadas de algum tipo de pressão externa ou se é admitida a possibilidade de serem internalizadas. O que Hayek admite é uma relação inversa entre internalização das regras de comportamento e necessidade de coerção: “freedom has never worked without deeply ingrained moral beliefs and (...) coercion can be reduced to a minimum only where individuals can be expected as a rule to conform voluntarily to certain principles” (Hayek, 1960, p. 62).

O austríaco admite a possibilidade de elas serem implícitas ou explícitas: “although learnt, morals do not necessarily always operate as explicit rules” (Hayek, 1988, p. 13). Contudo, isso não é o mesmo que afirmar a chance de serem internalizadas ou não. É possível, por exemplo, que uma regra seja implícita mas não seja internalizada, ou que seja explícita mas internalizada.

Regra também pode ser entendida como uma mera descrição das características abstratas e gerais do comportamento individual usualmente seguido dentro de certo grupo social.¹⁰⁵ Para Hayek (e. g. 1967a) regra também é a forma pela qual determinada regularidade no comportamento individual, seja ela deliberada e voluntária ou não, pode ser descrita. Um conjunto de regras de comportamento socialmente compartilhado pode fazer emergir aquilo que ele chama de “ordem de ações”, uma espécie de estrutura social formada por indivíduos que agem de forma razoavelmente coerente e semelhante diante de determinada situação.

Para Hayek, convenção é uma regra de comportamento a que o indivíduo se submete quando participa de um grupo social, sem necessidade de coerção,¹⁰⁶ só rompendo

¹⁰⁵ Brennan e Buchanan (2000, p. xv) se aproximam desta definição quando falam de regras como descrição do comportamento individual coletivamente seguido por ocasião da participação nos “jogos” que são as interações política, legais, sociais e econômicas. Para eles, assim como para Hayek, os indivíduos atuam de acordo com essas regras sem que compreendam ou mesmo reflitam criticamente a respeito da existência delas, de sua origem, aplicação e possibilidade deliberada de mudança.

¹⁰⁶ “[T]raditions and conventions (...) evolve (...) without being enforceable, [and] establish flexible but normally observed rules that make the behavior of other people predictable in a high degree” (Hayek, 1946, p. 23). “[C]oercion can

quando consegue enxergar justificativas plausíveis para tanto.¹⁰⁷ Convenção é arbitrária, no sentido de que não é fruto da racionalização, tampouco pode ser justificada em termos racionais, em geral, chegando muitas vezes a parecer absurda. Ela é fruto do processo evolucionário não-teleológico e torna o comportamento de outrem previsível.¹⁰⁸

Em Hayek podem-se encontrar ao menos três tipos correlacionados mas distintos de regras: as regras de conhecimento tácito, que exercem papel semelhante ao cognitivo prático na classificação de Dequech acima, as regras de conduta, que podem ser comparadas ao papel restritivo, e as regras mentais, que podem ser aproximadas tanto do papel cognitivo informacional quanto do fundamental. Essa classificação é explicada a seguir.

4.4.1.1. Regras de conhecimento tácito

Em boa parte das vezes em que se refere a regras, Hayek as relaciona ao conhecimento tácito, inarticulado, possuído pelos indivíduos. Como se sabe, Hayek, por diversas vezes ao longo de sua obra, deu destaque ao caráter tácito do conhecimento, o *knowing how*, em contraposição ao conhecimento claro, verbalizado e passível de formulação, o *knowing that* (Andrade, 2004). O conhecimento tácito de que trata Hayek diz respeito à maneira de pensar e agir diante de determinada situação a partir da adesão, ainda que de maneira inconsciente, a certas regras, maneira esta que o indivíduo é incapaz de descrever, justificar e transmitir fácil e perfeitamente.

O conceito de conhecimento tácito de Hayek pode ser associado, por analogia, à noção de paradigma tecnológico, ao menos quando esta assume um caráter tácito, já que ambos os conceitos dizem respeito a formas convencionais, usuais, de se lidar com certos

probably be kept to a minimum in a society where conventions and tradition have made the behavior of man to a large extent predictable” (Hayek, 1946, p. 24).

¹⁰⁷ Segundo Hayek, a adesão às regras convencionais se dá “not merely so long as one understands the reason for them but so long as one has no definite reasons to the contrary” (Hayek, 1946, p. 23).

¹⁰⁸ “[T]he individual, in participating in the social process, must be ready and willing to adjust himself to changes to submit to conventions which are not the result of intelligent design, whose justification in the particular instance may not be recognizable, and which to him will often appear unintelligible and irrational” (Hayek, 1946, p. 22).

problemas considerados relevantes.¹⁰⁹ Além disso, a existência de paradigmas tecnológicos pode servir como fonte de redução da incerteza e como maneira de lidar com a capacidade racional e cognitiva limitada.

O conceito hayekiano de regras, especialmente o de regras de conhecimento tácito, é semelhante ao de heurística, uma forma determinada de se resolver problemas transmitido ao longo do tempo. As regras são como que depósitos de conhecimento social de determinado grupo, manifestações da maneira como ele resolveu seus problemas anteriores e que, ao serem seguidas, como que liberam recursos mentais.¹¹⁰

4.4.1.2. Regras de conduta

Um segundo tipo de regras em Hayek diz respeito às regras de conduta que tem mais especificamente um caráter negativo, restritivo, a atuar sobre o comportamento humano. Aqui, o termo moral se adequa bem. Elas delimitam o espaço, de forma consciente ou não, no qual o comportamento instintivo individual pode se manifestar. Nas palavras do austríaco, “rules of conduct will always act only as a restraint on actions induced by other causes” (Hayek, 1967a, p. 69).

Nesse sentido, regra é o oposto de ordem (comando), já que a última impõe de maneira positiva os caminhos que devem ser traçados pelo indivíduo, ao passo que a primeira se limita a indicar, na forma de princípios abstratos,¹¹¹ que o indivíduo tem responsabilidade pelos seus atos, de modo que ele possa adaptar suas ações a elas.

A existência de regras de comportamento e de um padrão moral que delimitam e restringem a ação dos instintos, e que são seguidos mesmo a contragosto, aliada à possibilidade de internalização, ou seja, adesão mesmo sem pressão ou sanção externa, leva a admitir que, do ponto de vista hayekiano, seja possível se falar da existência do que

¹⁰⁹ “A large part of technological knowledge is tacit” (Dequech, 2011b, p. 636).

¹¹⁰ O uso consagrado em economia de heurísticas, claro, é o da economia comportamental, ainda que o caráter, digamos, social ou enraizado de tais heurísticas nessa linha de pesquisa seja considerado insatisfatório por alguns economistas. De acordo com Dequech (2011b), o conceito de paradigma tecnológico pode ser pensado também como envolvendo uma espécie de heurística negativa, o que pode ser mais relacionado com o lado prático das regras de Hayek.

¹¹¹ “[A]n individualistic order must rest on the enforcement of abstract principles rather than on the enforcement of specific orders” (Hayek, 1946, p. 19).

Dequech (2009) chama de normas sociais. Normas sociais são tipos de comportamento ou pensamento socialmente esperados ou aceitos em certas situações e que podem ser, ao menos em parte, impostos ao indivíduo. Contudo, na classificação de Dequech (2009), é possível que as normas sejam internalizadas e seguidas simplesmente porque, para o indivíduo, são a coisa certa a se fazer. Assim, as “crenças morais profundamente arraigadas” de que fala Hayek em trecho citado acima (Hayek, 1960, p. 62) parecem se adequar às normas sociais tratadas por Dequech (2009).

De fato, Hayek (1973, cap. 4) trata da existência de um tipo modificado de regras de conduta que ele chama de regras normativas, quais sejam, aquelas que descrevem como deveria acontecer uma sequência de ações, ao invés de meramente descreverem tal sequência de eventos e atitudes. Ele parece chamar de regras normativas aquelas que surgiram como regras de conduta implícitas, não verbalizadas, mas que, com o passar do tempo, como que emergiram e se tornaram aos poucos explícitas, sujeitas à adesão consciente e passíveis de contestação.¹¹² Essa possibilidade de falta de adesão produz muitas vezes a existência de uma pressão externa, uma imposição explícita a que tal regra seja seguida, ainda que não se encontre motivo racional ou explicação para isso.

Assim, tais padrões de comportamento não necessariamente são racionais, no sentido de que nem sempre são seguidos após cálculos utilitaristas de ganhos ou perdas advindos da adesão a tais regras, tanto pelo comportamento originado pela regra quanto pelas consequências, diante da sociedade, da (não) adesão às regras. As pessoas os seguem, em geral, simplesmente porque, por hábito, sempre fizeram isso: “though we do not know their significance and may not even be consciously aware of their existence” (Hayek, 1960, p. 62). Tanto que Hayek os classifica como hábitos e tradições firmemente estabelecidos:

[M]ost of the time, members of our civilization conform to unconscious patterns of conduct, show a regularity in their actions that is not the result of commands or coercion, often not even of any conscious adherence to known rules, but of firmly established habits and traditions (Hayek, 1960, p. 62).

¹¹² “It seems that the specific character usually ascribed to 'norms' which makes them belong to a different realm of discourse from statements of facts, belongs only to articulated rules, and even there only once the question is raised as to whether we ought to obey them or not” (Hayek, 1973, p. 79).

4.4.1.3. Regras mentais

Em Hayek pode-se também encontrar uma dimensão mental das regras que se adequam ao que Dequech (2006, 2011a) chama de influência cognitiva profunda das instituições. Para o austríaco, as regras mentais são herdadas culturalmente e servem como uma espécie de critério de classificação e organização das percepções caóticas que nos atingem a todo o momento.

Na dimensão mental as regras levam a uma organização e permanente rearranjo dos constantes estímulos sensoriais que nos bombardeiam de modo aparentemente caótico a todo instante. Essa organização se dá segundo alguns critérios que são aderentes às próprias regras. Esse infindável processo de rearranjo, classificação e diferenciação organiza os estímulos sensoriais, permitindo à mente, que na perspectiva hayekiana é considerada uma estrutura abstrata de regras de classificação, ordenar os fenômenos e objetos ao nosso redor de acordo com os critérios ditados pelas regras mentais, de modo a associar os estímulos sensoriais a certas características do mundo que conhecemos, capacitando-nos a agir nele.

O aparente caos característico dos estímulos sensoriais que nos alcançam continuamente é reflexo da complexidade do mundo que nos rodeia. Nesse sentido, as regras são uma solução para o dilema entre nossa capacidade cognitiva limitada e o ambiente complexo em que estamos inseridos. A racionalidade limitada dos indivíduos diante da complexidade do ambiente, portanto, ajuda a entender porque, para Hayek, as regras espontâneas evolucionárias são tão importantes para a sobrevivência da sociedade na dimensão que conhecemos hoje.

Hayek trata da mente humana como um sistema de interpretação do mundo através do conhecimento produzido no passado seja pelo próprio indivíduo, seja pela espécie (cf. Di Iorio, 2010). As percepções que temos são reflexos imperfeitos e incompletos da realidade exterior, baseados na experiência pretérita. A relação entre estímulos sensoriais e percepção mental é bastante imperfeita. De acordo com Di Iorio,

It follows that sensory qualities, that is, the blue of the sky or the green of the grass, cannot be regarded as objective and ultimate properties of reality, but as mental constructions. Hayek maintains that the mind

reproduces only conjecturally, partially and approximately the external world (Di Iorio, 2010, p. 181-182).

A estrutura de regras classificativas que é a mente capta alguns elementos abstratos dos estímulos, identifica alguns traços deles e encontra seu lugar de acordo com o conhecimento pretérito que possuímos. É a primazia do abstrato (Hayek, 1968) de que o austríaco tanto fala: o reconhecimento de certas qualidades abstratas dos objetos e fenômenos que chegam a nós e que permitem sua identificação, organização e classificação por analogia, segundo critérios existentes oriundos de nosso passado individual ou grupal.

Dois marcas desse processo de classificação devem, portanto, ser ressaltadas: a primeira, como explicado acima, é que, para Hayek, a correspondência entre realidade objetiva e nossa percepção é imperfeita,¹¹³ e a segunda é que esse tipo de processo de ordenamento dos estímulos sensoriais segundo regras é uma das facetas que assume o conhecimento tácito que Hayek procura destacar em diversos pontos de sua obra, conhecimento inarticulado, não passivo de verbalização e incapaz de ser recolhido e processado por uma única mente ou comitê central.

É interessante notar que o entendimento de Hayek para o papel do sistema de preços pode ser compreendido melhor se tivermos em mente a presente discussão. De um ponto de vista hayekiano, o sistema de preços é uma manifestação numérica do caráter social, tácito e difuso do conhecimento existente na sociedade. Ele exerce um papel informativo relevante na coordenação entre os diversos participantes do mercado, ao indicar em qual direção a ação econômica individual deve ser orientada, mesmo que as pessoas não saibam ao certo a razão que leva a determinado movimento nos preços relativos.

A tabela 2 abaixo resume a discussão acerca da classificação proposta para os diferentes tipos de regras e os instintos em Hayek:

¹¹³ De acordo com Di Iorio (2010), o avanço do conhecimento científico serve como mecanismo para correção deste tipo de desvio. Em suas palavras, “[n]atural sciences tend to “revise” and “correct” our sensorial categorizations in order to grasp the features of the physical world” (Di Iorio, 2010, p. 183).

Tabela 2: características de instintos e de regras em Hayek

	Instintos	Regras de Conhecimento Tácito	Regras Práticas	Regras Mentais
Transmissão	Biológica e de indivíduo para indivíduo	Cultural	Cultural	Cultural
Atuação Usual Sobre Indivíduo	Positiva sobre Comportamento	Positiva sobre Comportamento	Negativa sobre Comportamento	Organizativa sobre Estímulos Sensoriais
Tipo de Compartilhamento	Compartilhado Geneticamente	Compartilhado Culturalmente	Compartilhado Culturalmente	Compartilhado Culturalmente

Fonte: elaboração própria.

4.4.2. *Ordem*

Outro conceito central à economia institucional de Hayek é o de ordem. Na perspectiva do austríaco, ordem é uma espécie de padrão ou estrutura supra-individual formada pelo seguimento regular de regras por parte dos indivíduos em sua ação proposital em busca de redução da *uneasiness*, na expressão misesiana.¹¹⁴ Tais indivíduos, apesar de formarem a ordem através de suas ações, não planejavam que isso acontecesse, o que permite enquadrá-la no conjunto das consequências não intencionais da ação humana. Uma ordem emerge quando os indivíduos seguem regras que permitem a descoberta, utilização e transmissão de conhecimento entre eles. Tais qualidades das regras e das ordens correspondentes variam em grau, e Hayek argumenta que as instituições típicas do liberalismo são aquelas capazes de aumentá-las ao máximo, gerando um tipo especial de ordem, a ordem catalítica (cf. Lewis, 2009).

¹¹⁴ Existe um interessante debate entre a complementaridade, ou não, das abordagens de Mises e Hayek, em particular no que se refere à ação racional proposital e o seguimento inadvertido de regras, em particular as mentais. Ver, por exemplo, os textos de Salerno (1993) e Boettke (1998a). Sobre a possibilidade de desomogenização das epistemologias de ambos, ver Feijó (2000, cap. 5). Barbieri (2005, cap. 6) avalia criticamente a tentativa de desomogenização tendo por pano de fundo o debate do cálculo econômico socialista.

Hayek (1988, cap. 1) usa o termo ordem para a dimensão espacial (na minha compreensão envolvendo, portanto, distintos indivíduos) e regularidade para a dimensão temporal da mesma espécie de fenômenos.

O processo de seleção se dá, na perspectiva evolucionária de Hayek, no nível da ordem social e não no nível das regras propriamente dito. Dessa forma, é selecionada a ordem que carrega consigo certo conjunto de regras que a permita ser mais bem adaptada que as demais, em particular ao reduzir a violência e estabelecer um ambiente pacífico dentro da ordem – o que nos leva a relacionar esse papel que Hayek atribui às regras para o estabelecimento de uma ordem tanto à ideologia da honestidade de que fala Vernon Smith (e.g. 2002) quanto na saída que Brennan e Buchanan (e.g. 2000, prefácio) dão ao dilema hobbesiano através do sistema de mercado e suas instituições típicas.

A propósito, Hayek faz uma interessante analogia entre as sociedades humanas e as animais. De acordo com ele (1973, cap. 1), já em alguns animais que socializam é possível se distinguir alguns padrões comportamentais que atuam no sentido de garantir que haja paz dentro de determinado grupo. Nesses casos até instituições semelhantes a propriedade ou territorialidade podem ser encontradas. Em suas palavras:

The study of comparative behaviour has shown that in many animal societies the process of selective evolution has produced highly ritualized forms of behavior governed by rules of conduct which have the effect of reducing violence and other wasteful methods of adaptation and thus secure an order of peace (Hayek, 1973, p. 75).

É possível se fazer dois tipos de corte para analisarmos as ordens. Em primeiro lugar, assim como Hayek parece admitir a existência de diferentes categorias de regras, quais sejam, as mentais, de um lado, e as práticas e as de conhecimento tácito, de outro, o austríaco também fala da existência de dois tipos de ordem: uma mental e uma física.¹¹⁵ Além desta primeira divisão, Hayek (1973) também faz a distinção entre a *kosmos*, que é

¹¹⁵ A rigor, Hayek (1976c), em sua psicologia teórica, trata de três tipos de ordens: a ordem sensorial, a ordem neural e a ordem física. A ordem física é objetiva e externa ao ser humano, e não pode ser conhecida diretamente. Ela produz a ordem neural, que é formada pelas conexões neurais e que produz a ordem sensorial. Afirmar que existe uma ordem física objetiva não significa que elas estejam acessíveis ao cérebro humano. Ao contrário, a ordem neural é uma mera aproximação da ordem física, mas diferente dela, e a ordem sensorial é análoga à ordem neural. Butos e Koppl (2006) e Di Iorio (2010) apresentam explicações interessantes sobre a psicologia teórica de Hayek e sua relação com a teoria econômica.

um tipo de ordem que “forms of itself” (Hayek, 1988, p. 20), ordem espontânea, complexa, surgida sem um propósito definido e sem um planejamento anterior, *grown* (Hayek, 1973, p. 35), e a *taxis*, ordem artificial, planejada, simples (no sentido de não ser complexa), *made* (Hayek, 1973, p. 35) e que objetiva o atendimento de determinado fim. Já na dimensão física o termo ordem exprime a qualidade que as coisas possuem de serem estruturadas, apresentarem padrão que se propaga pelo espaço e que pode ser notada pela possibilidade de se fazer inferência acerca do comportamento e resposta das partes que formam tal ordem (Hayek, 1973, p. 155, n. 3).

A distinção feita por Hayek entre ordem espontânea e ordem artificial não deve ser confundida com a oposição natural *versus* antinatural. A partir de Hayek (1988, p. 19), pode-se compreender que a *kosmos* é natural no sentido de que emergiu de maneira espontânea, independente do desígnio humano, através de um processo de seleção evolucionária, análoga à biológica, das regras que a cimentam, mas, ao mesmo tempo, é antinatural na medida em que não se baseia e nem favorece o comportamento natural, entendido como instintivo, do ser humano, mas sim sobre regras que justamente limitam o espaço de ação desse tipo de comportamento.

Na verdade, de acordo com o austríaco (Hayek, 1967c), a falta de clareza usual, associada principalmente ao racionalismo construtivista, no que se refere à existência de uma terceira categoria – nem propriamente natural, tampouco precisamente artificial (no sentido de desenhado, planejado) – para as ordens que emergem como consequência não intencional da ação humana, é reflexo de uma imprecisão comum, qual seja, a falha que acontece quando se classifica todo tipo de fenômeno como sendo natural ou artificial, em particular quando se fala de instituições que surgem por causa da natureza (as *physei*) e das que surgem por planejamento (as *thesei*), ignorando a existência de uma categoria intermediária a lidar com fenômenos que são resultados não intencionais da ação humana.

Assim, cabe destacar que Hayek (e.g. 1967c) levanta três tipos de origem das instituições: aquelas que são dadas pela natureza (*physei*), as que surgem pela ação humana e são fruto de planejamento (*thesei*) e, por fim, uma classe intermediária, aquelas que são consequências não intencionais da ação humana. O problema, para ele, é que boa parte do pensamento ocidental parece ignorar a existência desta terceira categoria, tendendo a

qualificar todas as instituições ou como naturais, ou como planejadas. E, se foram resultado do planejamento racional humano, passíveis de serem reconstruídas racionalmente, ou então eliminadas. Essa visão equivocada, na interpretação do austríaco, é resultado da ação conjunta de dois erros: em primeiro lugar, a disseminação de um tipo antropomórfico, quase animista, de visão da sociedade e, em segundo lugar, uma confiança exagerada na capacidade ilimitada da razão humana, a que ele chama de “presunção fatal” (Hayek, 1988), e que são características de uma linha intelectual que ele repetidamente critica ao longo de seus textos: o racionalismo construtivista.¹¹⁶

4.4.3. Lei e legislação

A distinção entre lei e legislação, do ponto de vista hayekiano, está atrelada à maneira como estas duas categorias surgem. Para Hayek (1973, cap. 4), lei é uma regra de conduta imposta aos indivíduos vivendo em determinada sociedade, sendo, portanto, uma norma. Ela é de origem espontânea (“has never been invented”, Hayek, 1973, p. 72), podendo inclusive ter surgido antes mesmo que a humanidade conscientemente passasse a formular esse tipo de regras, o que leva o austríaco a afirmar que “law is older than law-making” (Hayek, 1973, p. 73).

Não por acaso, de acordo com Hayek, o termo usado para se descrever os fenômenos regulares da natureza é o mesmo, lei. Isso porque, ele explica, a perspectiva humana era que tanto as regularidades apresentadas no mundo natural quanto as regras que governam a conduta humana em sociedade não podiam ser atribuídas ao desígnio humano, no sentido de que não eram fruto do desejo, planejamento ou ação direta de um homem, mas eram como que externas à humanidade, frutos seja da divindade, seja da natureza. Daí que “they were regarded as eternal truths that man could try to discover but which he could not alter” (Hayek, 1973, p. 73).

Contudo, com o advento do racionalismo construtivista, a crença exacerbada nos poderes da razão humana e a visão antropomórfica de que todas as instituições são, ou

¹¹⁶ Em minha dissertação de mestrado (Angeli, 2007, cap. 3) pude estudar as críticas de Hayek ao racionalismo construtivista, bem como suas explicações para a superioridade da tradição oposta, o racionalismo crítico, formado pelos iluministas escoceses (como Smith) e por outros autores, como Menger e o próprio Hayek.

deveriam ser, fruto do desígnio humano, essa noção da lei como algo externo ao homem foi perdendo força. A legislação passou a ganhar espaço. Legislação, de acordo com Hayek, é “the deliberate making of law” (Hayek, 1973, p. 72), fruto do desejo de que as práticas que regem o comportamento individual sejam resultado da avaliação racional humana e da vontade expressa do legislador, e tem como filosofia jurídica o positivismo legal (Hayek, 1967c), profundamente ligado ao racionalismo construtivista. Nessa perspectiva a distinção entre lei e legislação perde importância, na medida que só possui legitimidade e efetividade o que for resultado do trabalho deliberado do legislador – e é essa qualidade que define o que é ou não justo. De acordo com Hayek, “the suggestion contained in this term [positivismo legal] that only deliberately made law is real law still provides the essential core of the positivist doctrine on which all its other assertions depend” (Hayek, 1976b, p. 45), e, como consequência:

Yet the definition of law as the product of the will of the legislator leads not only to the inclusion in ‘law’ of all the expressions of the will of the legislator, whatever its content (...) but also to the view that content constitutes no significant distinction between different statements called law, and, in particular, that justice can in no sense be a determinant of what in fact is law but that it is rather the law which determines what is just. Contrary to the older tradition which had regarded justice as prior to law, and at least certain parts of law as limited by conceptions of justice, the contention that the lawgiver was the creator of justice became the most characteristic tenet of legal positivism” (Hayek, 1976b, p. 48).

O conceito de lei se torna mais interessante quando utilizado na discussão sobre a intervenção estatal na economia. Ao lidar com a capacidade estatal de criar e impor leis, Hayek (2007, cap. 6) defende que a lei não deve ser usada para buscar fins específicos (até porque esse tipo de política, em um ambiente complexo, traz resultados imprevisíveis) ou para atingir determinado grupo restrito de pessoas. O que ele procura argumentar é que a *rule of law* deve prevalecer nas sociedades livres, de maneira a proporcionar aos participantes do mercado tanto a previsibilidade sobre quais serão as ações do governo quanto o espaço necessário para a busca do interesse próprio e o uso do conhecimento privado nisso.

A *rule of law* é a situação em que a atuação do governo está bem delimitada por regras formais, estáveis e prévias, de modo que a ação individual possa ocorrer sobre um ambiente estável, em que é sabido pelos indivíduos que o poder coercitivo estatal não será utilizado de maneira imprevista, arbitrária e deliberada contra suas atividades.

O papel da lei deve ser, na perspectiva hayekiana, o de fornecer uma plataforma geral, estável, previsível e anônima para a atuação dos agentes no processo de mercado, de maneira a se maximizar o uso social do conhecimento e a força do interesse próprio.

Buchanan (2009) traça um paralelo entre os conceitos hayekianos de lei e legislação e os seus próprios. Segundo ele, o que Hayek pensava sobre lei pode ser comparado ao que, na teoria da escolha pública, é chamado de constituição, ao passo que legislação é o resultado que emerge da ação coletiva ordinária. Em outras palavras, constituição/lei fornece os limites da ação, ao passo que legislação pode ser pensada como ação pós (ou intra) constitucional.¹¹⁷

A partir deste ponto de vista, pode-se entender que Hayek estabelece a distinção entre lei e legislação da seguinte maneira: lei é o estágio mais alto de delimitação da ação individual, ao estabelecer princípios mais gerais dentro dos quais as pessoas criam expectativas e tomam suas decisões corriqueiras. Por outro lado, legislação é o conceito que lida com estas ações mais comuns, que podem se alterar mais facilmente de acordo com as vicissitudes do cotidiano, com a dinâmica das relações humanas e suas consequências intencionais ou não, e com o crescimento do conhecimento.

¹¹⁷ Buchanan (2009) recupera esta distinção hayekiana para propor que o controle da moeda, em um sistema fiduciário, deixe de ser tratado como legislação (sujeito, portanto, a adaptações corriqueiras como forma de reação à conjuntura econômica) para se tornar tema constitucional, desfrutando, portanto, de maior previsibilidade e estabilidade. Isso porque a moeda, segundo ele, não é um bem qualquer: seu valor para a sociedade não está diretamente na sua quantidade disponível, mas sim na estabilidade de seu valor. Com isso, a meu juízo, procura rebater tanto os adeptos do *free banking* quanto os monetaristas, que apoiam a injeção de liquidez no sistema bancário de modo a se evitar acontecimentos como a grande depressão.

4.6. Considerações Finais

O ensaio procurou avançar na compreensão do institucionalismo de Hayek, em particular ao avaliar de que maneira a abordagem institucional do austríaco pode ser aderente e contribuir com alguns dos importantes debates atuais em economia.

Para isso, foram recuperadas algumas discussões contemporâneas em economia, em particular envolvendo os níveis de análise institucional e os papéis que as instituições podem ter sobre o comportamento individual. Foi mostrado que algumas preocupações dos economistas contemporâneos envolvidos com estudos institucionais e da nova sociologia econômica se referem ao desempenho econômico de longo prazo das sociedades e como isso pode estar ligado com as instituições que influenciam a maneira como as pessoas percebem, interpretam e atribuem sentido à realidade que as rodeia. Foi argumentado que Hayek, ao longo de suas contribuições, procura defender a adesão às instituições tipicamente associadas ao sistema de livre mercado como a melhor, e possivelmente única, forma de organização social. Para isso, o austríaco mostra que as regras e instituições associadas ao liberalismo permitem ao grupo social se assentar sobre o tipo de cooperação anônima e não intencional, o que dá ocasião a que ele cresça numa dimensão superior àquela vigente quando a sociabilidade está construída sobre os instintos, percepções e objetivos comuns, como nos pequenos grupos. Por fim, foi proposta uma classificação dos termos usados por Hayek normalmente associados à análise institucional, com o propósito não só de aprofundar o conhecimento da contribuição do austríaco, mas também para se facilitar o diálogo entre o institucionalismo hayekiano e austríaco e outras abordagens.

Assim, ao longo do ensaio transpareceu que as preocupações usuais dos teóricos em economia institucional envolvendo questões cognitivas e o papel da cultura no comportamento individual e no desempenho social, nos três tipos de classificação apresentadas, seja nos níveis 0 (que diz respeito aos processos cognitivos e mentais dos indivíduos) e 1 (que se refere a tradição, normas e moral de certo grupo social) da classificação da análise institucional proposta por Williamson (2000), ou no papel cognitivo em suas diversas dimensões, como propõe Dequech (2011a), ou mesmo no enraizamento

cognitivo de que falam Zukin e DiMaggio (1990), são, de alguma maneira e, por vezes, *avant la lettre*, inquietações também de Hayek em vários de seus trabalhos, nos quais o austríaco busca avançar tais questões de forma coerente com sua postura liberal e com o tipo de teorização que Boettke (2007) chama de *mainline economics*. Os elementos levantados ao longo do ensaio explicitaram que em Hayek as regras e instituições exercem uma influência profunda sobre os indivíduos que vai muito além da mera restrição ao comportamento individual. É precisamente ao estudar o papel que essas regras e instituições possuem, bem como sua relação com o desempenho do grupo que adere a elas, que Hayek argumenta em favor do liberalismo contra o ativismo estatal e as recomendações da corrente de pensamento que ele chama de racionalismo construtivista. Assim, no pensamento do austríaco, as instituições estão intimamente ligadas à capacidade racional limitada dos indivíduos e ao comportamento e percepção de mundo deles, por um lado, e ao liberalismo apregoado por ele, de outro.

Referências bibliográficas

- Abramovay, R. (2004), “Entre Deus e o Diabo: mercados e interação humana nas ciências sociais”, *Tempo Social*, 16(2): 35-64.
- Abramovay, R. (2007), “Entrevista: Propostas sobre a mesa”, *Revista Página* 22, 12(Setembro): 13-17.
- Almeida, J. F. A. (2010), *Uma Abordagem Institucional-Psicológica da Tomada de Decisão dos Consumidores*, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Tese de Doutorado.
- Andrade, R. P. (2004), “On fallible knowledge”, *Nova Economia*, 14 (1): 123-149.
- Angeli, E. (2007), *Hayek e a Teoria das Instituições*, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Dissertação de Mestrado.
- Arida, P. (1983), “A história do pensamento econômico como teoria e retórica”, Departamento de Economia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Texto para discussão nº. 54.
- Arnold, R. A. (1980), “Hayek and Institutional Evolution”, *The Journal of Libertarian Studies*, 4(4): 341-352.
- Arrow, K. J. “Methodological Individualism and Social Knowledge”, *The American Economic Review*, 84(2): 1-9.
- Barbieri, F. (2005), *História do debate do cálculo econômico socialista*, Programa de Pós-Graduação em Economia, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado.
- Barbieri, F. (2006), “Filosofia da ciência como ferramenta microeconômica”, *Nova Economia*, 16(3): 507-534.
- Barry, N. P. (1982), “The Tradition of Spontaneous Order”, *Literature of Liberty*, 5(2): 7-58.
- Belluzzo, L. G. M. (2000), “Prefácio”, in Braga, J. C. S. (2000).
- Bianchi, A. M. (1992), “Muitos Métodos é o Método: A Respeito do Pluralismo”, *Revista de Economia Política*, 12(2): 135-142.
- Birner, J., Ege, R. (1999), “Two Views on Social Stability: An Unsettled Question”, *American Journal of Economics and Sociology*, 58(4): 749-780.
- Boettke, P. J., Horwitz, S., Prychitko, D. L. (1994), “Beyond Equilibrium Economics: Reflections on the Uniqueness of the Austrian Tradition”, in Boettke, P. J., Prychitko, D. L. (orgs.)(1994), *The Market Process: Essays in Contemporary Austrian Economics*, Aldershot, Edward Elgar.

- Boettke, P. J., Leeson, P. T. (2003), “An ‘Austrian’ Perspective on Public Choice”, in Rowley, C. K., Schneider, F. (orgs.)(2003), *Encyclopedia of Public Choice: Volume 2*, Boston, Kluwer.
- Boettke, P. J., Leeson, P. T. (2004), “Liberalism, Socialism, and Robust Political Economy”, *Journal of Markets and Morality*, 7(1): 99-111.
- Boettke, P. J., Coyne, C. (2005), “James M. Buchanan (1919-)”, in Krier, D., Van Dinder, J. (orgs.)(2005), *Dictionary of Modern American Philosophers*, Bristol, Thoemmes Press.
- Boettke, P. J., Sautet, F. (2009), “Introduction to the Liberty Fund Edition”, in Kirzner, I. M. (2009).
- Boettke, P. J., Caceres, W. Z., Martin, A. G. (2012), “Error is Obvious, Coordination is the Puzzle”, Department of Economics, George Mason University, Working Paper 12-23.
- Boettke, P. J. (1990), “The Theory of Spontaneous Order and Cultural Evolution in the Social Theory of F. A. Hayek”, *Cultural Dynamics*, 3(1): 61-83.
- Boettke, P. J. (1998a), “Economic Calculation: *The Austrian Contribution to Political Economy*”, *Advances in Austrian Economics*, 5: 131-158.
- Boettke, P. J. (1998b), “James M. Buchanan and the rebirth of political economy”, in Holt, R., Pressman, S. (orgs.)(1998), *Economics and Its Discontents: Twentieth Century Dissenting Economists*, Aldershot, Edward Elgar.
- Boettke, P. J. (1998c), “Is There an Intellectual Market Niche for Austrian Economics?”, *Review of Austrian Economics*, 11(1-2): 1-4.
- Boettke, P. J. (2000), “Why read the classics in Economics?”, *Library of Economics and Liberty (Online)*, 24 de julho de 2000. Disponível em <http://www.econlib.org/library/Features/feature2.html>. Acessado em 27 de julho de 2011.
- Boettke, P. J. (2001), “F. A. Hayek as an intellectual historian of economics”, in Medema, S. G., Samuels, W. J. (orgs.)(2001), *Historians of Economics and Economic Thought: The construction of disciplinary memory*, London, Routledge.
- Boettke, P. J. (2002), “The Use and Abuse of the History of Economic Thought within the Austrian School of Economics”, *History of Political Economy*, 34 (Supp. 1): 337-360.
- Boettke, P. J. (2003), “Milton and Rose Friedman’s “Free to Choose” and Its Impact in the Global Movement Toward Free Market Policy: 1979 –2003”, in Wynne, M., Rosenblum, H., Formaini, R. L. (orgs.)(2004), *The Legacy of Milton and Rose Friedman’s “Free to Choose”: Economic Liberalism at the Turn of the 21st Century*, Dallas, Federal Reserve Bank of Dallas.
- Boettke, P. J. (2007), “Liberty vs. Power in Economic Policy in the 20th and 21st Centuries”, *Journal of Private Enterprise*, 32(2):7-36.

- Boettke, P. J. (2009), “Institutional Transition and the Problem of Credible Commitment”, in Chamlee-Wright, E. (org.)(2009), *The Annual Proceedings of the Wealth and Well-Being of Nations*, vol. 1, Beloit College Press.
- Boettke, P. J. (2012), “FiveBooks Interviews: Peter Boettke on Austrian Economics”, *The Browser (Online)*. Publicado em 12/02/2012. Disponível em <http://thebrowser.com/interviews/peter-boettke-on-austrian-economics>
- Braga, J. C. S. (1996), “Economia Política da Dinâmica Capitalista (Observações para uma proposta de Organização Teórica)”, *Estudos Econômicos*, 26(especial): 83-133.
- Braga, J. C. S. (2000), *Temporalidade da Riqueza: Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo*, Campinas, IE-Unicamp, Coleção Teses.
- Brennan, G., Buchanan, J. M., (1981) “The Normative Purpose of Economic 'Science': Rediscovery of an Eighteenth Century Method”, in Buchanan, J. M. (2000).
- Brennan, G., Buchanan, J. M. (2000), *The Reason of Rules: Constitutional Political Economy*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 7.
- Buchanan, J. M., Vanberg, V. J. (1991), “The Market as a Creative Process”, *Economics and Philosophy*, 7(2): 167-186.
- Buchanan, J. M., Wagner, R. (2000), *Democracy in Deficit: The Political Legacy of Lord Keynes*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 8.
- Buchanan, J. M., Tullock, G. (2004), *The Calculus of Consent: Logical Foundations of Constitutional Democracy*, Indianapolis, Liberty Fund. The Selected Works of Gordon Tullock, vol. 2.
- Buchanan, J. M. (1962), “Economics as a Public Science”, in Buchanan, J. M. (2000).
- Buchanan, J. M. (1964), “What Should Economists Do?”, in Buchanan, J. M. (1999).
- Buchanan, J. M. (1969), “Is Economics the Science of Choice?”, in Buchanan, J. M. (2000).
- Buchanan, J. M. (1980), “Rent Seeking and Profit Seeking”, in Buchanan, J. M. (1999).
- Buchanan, J. M. (1986), “Better than Plowing”, in Buchanan, J. M. (1999).
- Buchanan, J. M. (1991), “The Foundations for Normative Individualism”, in Buchanan, J. M. (1999).
- Buchanan, J. M. (1994), “Economic Theory in the Postrevolutionary Moment of the 1990s”, in Buchanan, J. M. (2000).
- Buchanan, J. M. (1999), *The Logical Foundations of Constitutional Liberty*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 1.
- Buchanan, J. M. (2000), *Economic Inquiry and Its Logic*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of James M. Buchanan, vol. 12.

- Buchanan, J. M. (2009), “The Constitutionalization of Money”, Stockholm, Mont Pelerin Society Regional Meeting.
- Bueno, N. P. (2005), “Introdução à Modelagem de Sistemas Complexos”, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, Programa de Seminários Economia e Complexidade.
- Butos, W. N. (1985), “Hayek and General Equilibrium Analysis”, *Southern Economic Journal*, 52(2): 332-343.
- Butos, W. N., Koppl, R. (2006), “Does the *Sensory Order* Have a Useful Economic Future?”, *Advances in Austrian Economics*, 9: 19-50.
- Caldwell, B. J. (1988a), “Hayek’s transformation”, *History of Political Economy*, 20(4): 513-541.
- Caldwell, B. J. (1988b), “The case for pluralism”, in De Marchi, N. (org.)(1988), *The Popperian Legacy in Economics: Papers Presented at a Symposium in Amsterdam, December 1985*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Caldwell, B. J. (1990), “Does methodology matter? How should it be practiced?”, *Finnish Economic Papers*, 3(1): 64-71.
- Caldwell, B. J. (1994), *Beyond Positivism: Economic Methodology in the Twentieth Century*, London, Routledge.
- Caldwell, B. J. (2004), *Hayek’s Challenge: An Intellectual Biography of F. A. Hayek*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Cardim de Carvalho, F. J. (2004), “Teoria e política monetárias: Uma visão pessoal sobre uma relação difícil”, *Econômica*, 6(2): 315-334.
- Carneiro, D. D. (1996), “Apresentação”, in Walras, L. (1996), *Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura*, São Paulo, Nova Cultural, Coleção Os Economistas.
- Cavalieri, M. A. R. (2009), “Sobre os porquês do pluralismo em Economia: aproximações de uma alternativa historicista”, *Pesquisa & Debate*, 20(1): 165-187.
- Cavalieri, M. A. R., Lima, I. V. (2010), “Aproximações de um olhar foucauldiano sobre o institucionalismo de Thorstein Veblen”, Departamento de Economia, Universidade Federal do Paraná, Texto para discussão nº. 11/2010.
- Cerqueira, H. E. A. G. (2006), “Adam Smith e seu contexto: o iluminismo escocês”, *Economia e Sociedade*, 15(1): 1-28.
- Clark, A. E., Frijters, P.; Shields, M. A. (2008), “Relative Income, Happiness, and Utility: An Explanation for the Easterlin Paradox and Other Puzzles”, *Journal of Economic Literature*, 46(1): 95-144.
- Colander, D. (2000), “The Death of Neoclassical Economics”, *Journal of the History of Economic Thought*, 22(2): 127-143.
- Colander, D., Richard, P. F. H., Rosser, J. B. Jr. (2004), “The changing face of mainstream economics”, *Review of Political Economy*, 16(4): 485–499.

- Corazza, G. (org.)(2003), *Métodos da Ciência Econômica*, Porto Alegre, Editora da UFRGS.
- Coutinho, M. C. (1990), *Lições de Economia Política Clássica*, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Livre-Docência.
- Coyne, C., Boettke, P. J. (2006), “The Role of the Economist in Economic Development”, *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 9(2): 47-68.
- Davis, J. B. (2003), *The theory of the individual in economics: identity and value*, London, Routledge.
- Debreu, G. (1970), “Economies with a Finite Set of Equilibria”, *Econometrica*, 38(3): 387-392.
- Dequech, D. (2003a), “Cognitive and cultural embeddedness: Combining institutional economics and economic sociology”, *Journal of Economic Issues*, 37(2): 461-470.
- Dequech, D. (2003b), “Uncertainty and Economic Sociology: A Preliminary Discussion”, *American Journal of Economics and Sociology*, 62 (3), 509–532.
- Dequech, D. (2007-08), “Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 30(2): 279-302.
- Dequech, D. (2008), “Logics of justification and logics of action”, *Journal of Economic Issues*, 42(2): 527-535.
- Dequech, D. (2009), “Institutions, social norms, and decision-theoretic norms”, *Journal of Economic Behavior & Organization*, 72: 70-78.
- Dequech, D. (2011a), “Instituições e a Relação entre Economia e Sociologia”, *Estudos Econômicos*, 41(3): 599-619.
- Dequech, D. (2011b), “Uncertainty: a typology and refinements of existing concepts”, *Journal of Economic Issues*, 45(3): 621-640.
- Desai, M. (2002), “The Nature of Equilibrium on Keynes’s *General Theory*”, in Arestis, P., Desai, M., Dow, S. (orgs.)(2002), *Methodology, Microeconomics and Keynes: Essays in honour of Victoria Chick*, vol. 2, London, Routledge.
- Di Iorio, F. (2010), “*The Sensory Order* and the Neurophysiological Basis of Methodological Individualism”, *Advances in Austrian Economics*, 13: 179–209.
- Dow, S. C. (1999), “Post Keynesian and critical realism: What is the connection?”, *Journal of Post Keynesian Economics*, 22(1): 15-33.
- Ebner, A. (2005), “Hayek on entrepreneurship: competition, market process and cultural evolution”, in Backhaus, J. G. (org.)(2005), *Entrepreneurship, Money and Coordination: Hayek’s Theory of Cultural Evolution*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Feijó, R. (2000), *Economia e Filosofia na Escola Austríaca: Menger, Mises e Hayek*, São Paulo, Nobel.

- Fernandez, R. V. G. (2011), “A metodologia com argumento para uma economia pluralista”, Anais do XVI Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia.
- Ferreira, A. N. (2003), *Teoria Macroeconômica e Fundamentos Microeconômicos*, Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Tese de Doutorado.
- Foley, D. (2004), “The Strange History of the Economic Agent”, *New School Economic Review*, 1(1): 82-94.
- Foley, D. (2006), *Adam’s Fallacy*, Cambridge, Harvard University Press.
- Foley, D. (2009), “The History of Economic Thought and the Political Economic Education of Duncan Foley”, *Journal of the History of Economic Thought*, 31(1): 21-31.
- Fonseca, E. G. (1988), “Comportamento Individual: Alternativas ao Homem Econômico”, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, Texto de discussão.
- Fonseca, E. G. (2002), *Felicidade: Diálogos sobre o bem-estar na civilização*, São Paulo, Companhia das Letras.
- Fonseca, P. C. D. (2003), “O método como tema: controvérsias filosóficas, discussões econômicas”, in Corazza, G. (org.)(2003).
- Fonseca, P. C. D. (2010), “Keynes: o liberalismo econômico como mito”, *Economia e Sociedade*, 19(3): 425-447.
- Friedman, M. (1953a), “The Methodology of Positive Economics”, in Friedman, M. (1953b), *Essays in Positive Economics*, Chicago, University of Chicago Press.
- Friedman, M. (1984), *Capitalismo e Liberdade*, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas.
- Friedman, M., Friedman, R. D. (1990), *Free to Choose: A Personal Statement*, San Diego, Harcourt.
- Galeotti, A. E. (2008), “Individualism, Social Rules, Tradition: The Case of Friedrich A. Hayek”, *Political Theory*, 15(2): 163-181.
- Gardes, F., Merrigan, P. (2008), “Individual needs and social pressure: Evidence on the Easterlin hypothesis using repeated cross-section surveys of Canadian households”, *Journal of Economic Behavior & Organization*, 66(3-4): 582-596.
- Garrison, R., Kirzner, I. M. (1987), “Friedrich August von Hayek”, in Eatwell, J., Milgate, M., Newman, P. (orgs.)(1987), *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, London, Macmillan Press.
- Gerber, J., Harinder, S., Frantz, R. (1990), “Macrofoundations for Microanalysis?”, *Methodus*, 2: 46-49.
- Granovetter, M. (1985), “Economic Action and Social Structure: The Problem of Embeddedness”, *American Journal of Sociology*, 91(3): 481–510.
- Guimarães, A. Q. (1996), “Paixão e Razão na Economia Política”, *Nova Economia*, 6(2): 143-174.

- Hayek, F. A. (1934), “Introdução”, in Menger, C. (1988), *Princípios de Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas.
- Hayek, F. A. (1937), “Economics and Knowledge”, *Economica*, 4(13): 33-54.
- Hayek, F. A. (1946), “Individualism: True and False”, in Hayek, F. A. (1948), *Individualism and Economic Order*, Chicago and London, The University of Chicago Press,.
- Hayek, F. A. (1960), *The Constitution of Liberty*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1967a), “Notes on the Evolution of Systems of Rules of Conduct”, in Hayek (1967b).
- Hayek, F. A. (1967b), *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1967c), “The Results of Human Action but not of Human Design”, in Hayek, F. A. (1967b).
- Hayek, F. A. (1968), “Competition as a discovery procedure”, in Hayek, F. A. (1978), *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, London & Melbourne, Routledge & Kegan Paul. Reimpresso em *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 5(3): 9-23, Fall 2002.
- Hayek, F. A. (1973), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 1: “Rules and Order”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1976a), “Adam Smith (1723-1790): his message in today’s language”, in Hayek, F. A. (1991), *The Trend of Economic Thinking: Essays on Political Economists and Economic History*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of F. A. Hayek, vol. 3.
- Hayek, F. A. (1976b), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 2: “The Mirage of Social Justice”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1976c), *The Sensory Order*, Chicago, The University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1979), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 3: “The Political Order of a Free People”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1988), *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*, Chicago, The University of Chicago Press, The Collected Works of F. A. Hayek, vol. 1.
- Hayek, F. A. (1994), *Hayek on Hayek: an autobiographical dialogue*, London, Routledge, The Collected Works of F. A. Hayek, Supplement.
- Hayek, F. A. (2007), *The Road to Serfdom: Text and Documents*, Chicago, The University of Chicago Press, The Collected Works of F. A. Hayek, vol. 2.

- Herscovici, A. (2004), “Uma crítica do conceito neoclássico de capital: as contribuições de Keynes e de Sraffa”, Anais do IX Encontro Nacional de Economia Política, Uberlândia.
- Hicks, J. (1987), *Capital and Time: A Neo-Austrian Theory*, Oxford, Oxford University Press.
- Hodgson, G. M. (2007), “Meanings of methodological individualism”, *Journal of Economic Methodology*, 14(2): 211-226.
- Hoover, K. D. (1995), “Review: Why Does Methodology Matter for Economics?”, *The Economic Journal*, 105(430): 715-734.
- Horwitz, S. (2001), “From Smith to Menger to Hayek: Liberalism in the Spontaneous-Order Tradition”, *The Independent Review*, 6(1): 81–97.
- Ingrao, B., Israel, G. (1990), *The Invisible Hand: Economic Equilibrium in the History of Science*, Cambridge, MIT Press.
- Jaffe, W. (1976), “Menger, Jevons and Walras De-Homogenized”, *Economic Inquiry*, 14(4): 511-524.
- Kerstenetzky, C. L. (2007), “Individualismo Interativo: Um Ensaio Sobre o Individualismo metodológico de Hayek”, *Estudos Econômicos*, 37(1): 101-128.
- Kirzner, I. M. (1973), *Competition and Entrepreneurship*, Chicago, University of Chicago Press.
- Kirzner, I. M. (1999), “Creativity and/or Alertness: A Reconsideration of the Schumpeterian Entrepreneur”, *Review of Austrian Economics*, 11(1-2): 5-17.
- Kirzner, I. M. (2006), “The Anatomy of Economic Advice – Part II”, *The Freeman: Ideas on Liberty*, 56(7): 14-19.
- Kirzner, I. M. (2009), *The Economic Point of View: An Essay in the History of Economic Thought*, Indianapolis, Liberty Fund, The Collected Works of Israel M. Kirzner, vol. 1.
- Kohn, M. (2004), “Value and Exchange”, *Cato Journal*, 24(3): 303-339.
- Koppl, R. (2002), “What is Alertness?”, *Journal des Economistes et des Etudes Humaines*, 12(1): 11-21.
- Koppl, R. (2006), “Austrian economics at the cutting edge”, *Review of Austrian Economics*, 19(4): 231-241.
- Lavoie, D. (1994), “Introduction: Expectations and the Meaning of Institutions”, in Lavoie, D. (org.)(1994), *Expectations and the Meaning of Institutions: Essays in Economics by Ludwig Lachmann*, London, Routledge.
- Leeson, P., Boettke, P. J. (2006), “Liberal Tolerance as Robust Political Economy”, in Moreno-Riano, G. (org.)(2006), *Tolerance in the 21st Century: Prospects and Challenges*, Lanham, Lexington Books.

- Leeson, P., Subrick, J. R. (2006), “Robust Political Economy”, *Review of Austrian Economics*, 19(2-3): 107-111.
- Leeson, P. (2007), “An-arrgh-chy: The Law and Economics of Pirate Organization”, *Journal of Political Economy*, 115(6): 1049-1094.
- Leonard, T. (2001), “Review of Armando C. Ochangco, Rationality in Economic Thought”, *Journal of the History of Economic Thought*, 23(1): 115-117.
- Lewis, P. (2009), “Hayek: From Economics as Equilibrium Analysis to Economics as Social Theory”, in Garrison, R., Barry, N. P. (orgs.)(2009), *The Elgar Companion to Hayek*, Cheltenham, Edward Elgar. No prelo.
- Lisboa, M. B. (1997), “A Miséria da Crítica Heterodoxa - Primeira parte: Sobre as Críticas”, *Revista de Economia Contemporânea*, 1(2): 5-66.
- Lisboa, M. B. (1998), “A Miséria da Crítica Heterodoxa – Segunda parte: Método e Equilíbrio na Tradição Neoclássica”, *Revista de Economia Contemporânea*, 1(3): 113-151.
- Lucas, R. E., Jr. (1977), “Understanding Business Cycle”, in Lucas, R. E., JR. (1981), *Studies in Business-Cycle Theory*, Cambridge, MIT Press.
- Lucas, R. E., Jr (1980), “Methods and Problems in Business Cycle Theory”, *Journal of Money, Credit and Banking*, 12(4): 696-715.
- Lucas, R. E., Jr. (1987), *Models of Business Cycles*, Oxford, Basil Blackwell.
- Minford, P. (1997), “Macroeconomics: before and after rational expectations”, in Snowdon, B., Vane, H. R. (orgs.)(1997), *Reflections on the Development of Modern Macroeconomics*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Mises, L. (1960), “Foreword”, in Kirzner, I. M. (2009).
- Mises, L. (2006), *The Ultimate Foundation of Economic Science*, Indianapolis, Liberty Fund.
- Monteiro, S. M. M. (2003), “Metodologia da economia e a filosofia da ciência”, in Corazza, G. (org.)(2003).
- Moss, L. S. (1975), “Introduction to the Second Edition”, in Kirzner, I. M. (2009).
- O’Driscoll, G. P. (1977), *Economics as a Coordination Problem*, Mission, Sheed Andrews and McMeel.
- O’Driscoll, G. P., Rizzo, M. J. (1996), *The Economics of Time and Ignorance*, London and New York, Routledge.
- Paulani, L. M. (2005), *Modernidade e discurso econômico*, São Paulo, Boitempo.
- Peart, S. J. (1998), “Jevons and Menger re-homogenized?: Jaffe after 20 years”, *The American Journal of Economics and Sociology*, 57(3): 307-325.
- Petsoulas, C. (2001), *Hayek's Liberalism and Its Origins: His Idea of Spontaneous Order and the Scottish Enlightenment*, London, Routledge.

- Polanyi, K. (2000), *A grande transformação: as origens de nossa época*, Rio de Janeiro, Campus.
- Pondé, J. L. (2005), “Instituições e Mudança Institucional: Uma Abordagem Schumpeteriana”, *Economia*, 6(1): 119-160.
- Possas, M. L. (1984), “Marx e os fundamentos da dinâmica econômica capitalista”, *Revista de Economia Política*, 4(3): 63-84.
- Possas, M. L. (1989), *Dinâmica e concorrência capitalista: uma interpretação a partir de Marx*, São Paulo e Campinas, HUCITEC e Editora da Unicamp.
- Possas, M. L. (1997), “A Cheia do *Mainstream*: Comentário sobre os Rumos da Ciência Econômica”, *Revista de Economia Contemporânea*, 1(1): 13-37.
- Prado, E. F. S. (1989), *Um estudo sobre a compreensão da economia como ciência*, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Tese de Livre-Docência.
- Prado, E. F. S. (2003), “A questão da comparação das teorias em “economia””, in Corazza, G. (org.)(2003).
- Prado, E. F. S. (2006), “Microeconomia reducionista e microeconomia sistêmica”, *Nova Economia*, 16(2): 303-322.
- Prado, E. F. S. (2007), “Formação de Preços como Processo Complexo”, *Estudos Econômicos*, 37(4): 745-769.
- Prado, E. F. S. (2009), “Why not out-of-equilibrium economics!”, Departamento de Economia, Universidade de São Paulo, International Symposium on History of Economic Thought.
- Prychitko, D. L. (1995), “Introduction: Why hermeneutics?”, in Prychitko, D. L. (org.)(1995), *Individuals, Institutions, Interpretations: Hermeneutics Applied to Economics*, Aldershot, Avebury.
- Ricardo, D. (1996), *Princípios de Economia Política*, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas.
- Rizzo, M. J., Whitman, D. G. (2009), “The Knowledge Problem of New Paternalism”, *Brigham Young University Law Review*, 2009: 103-161.
- Rizzo, M. J. (1996), “Introduction: Time and Ignorance After Ten Years”, in O’Driscoll, G. P. Jr., Rizzo, M. J. (1996).
- Robbins, L. (1972), *Teoria da Política Econômica*, São Paulo, Ibrasa e Edusp.
- Runde, J. (1997), “Comment: Rules for Prices?”, in Frowen, S. F. (org.)(1997), *Hayek the Economist and Social Philosopher: a Critical Retrospective*, London, Macmillan.
- Salerno, J. T., “Mises and Hayek dehomogenized”, *Review of Austrian Economics*, 6(2): 113-146.

- Salerno, J. T. (2009), “Lionel Robbins: Neoclassical Maximizer or Proto-Praxeologist?”, *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 12(4): 98-110.
- Santos, A. T. L. A., Bianchi, A. M. (2007), “Além do Cânon: Mão Invisível, Ordem Natural e Instituições”, *Estudos Econômicos*, 37(3): 635-662.
- Schumpeter, J. A. (2006), *History of Economic Analysis*, London, Routledge.
- Smith, A. (1996), *A Riqueza das Nações: Investigação sobre sua Natureza e suas Causas*, São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Economistas.
- Smith, V. L. (2002), “Constructivist and Ecological Rationality in Economics”, in Frängsmyr, T. (org.)(2003), *The Nobel Prizes 2002*, Stockholm, Nobel Foundation.
- Soromenho, J. E. C. (1994), *Um Estudo Sobre as Origens da Crítica de Hayek ao Conceito de Equilíbrio*, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado.
- Soromenho, J. E. C. (2000), “Microfundamentos e Sociabilidade”, *Economia*, 1(2): 185-219.
- Souza, A. P. F. (1995), *Fundamentos da Economia: Um Estudo sobre o Conceito de Homem em O Capital*, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.
- Stigler, G. J. (1982), “The Process and Progress of Economics”, in Mäler, K. (org.), *Nobel Lectures, Economics 1981-1990*, Singapore, World Scientific Publishing Co.
- Swedberg, R. (2004), “Sociologia econômica: hoje e amanhã”, *Tempo Social*, 16(2): 7-34.
- Tolipan, R. (1989), “A Noção de História do Pensamento Econômico”, in Amadeo, E. (org.)(1989), *Ensaio sobre economia política moderna: teoria e história do pensamento econômico*, São Paulo, Marco Zero.
- Tolipan, R. (2002), “Anotações sobre a história do pensamento econômico”, *Revista de Economia Contemporânea*, 6(1): 147-165.
- Van Bouwel, J. (2005), “Towards a framework for Pluralism in Economics”, *Post-Austrian Economics Review*, 30.
- Vaughn, K. I. (1999), “Hayek’s Implicit Economics: Rules and the Problem of Order”, *Review of Austrian Economics*, 11(1-2): 129-44.
- Vercelli, A. (1985), “Keynes, Schumpeter, Marx and the structural instability of capitalism”, in Deleplace, G., Maurisson, P. (orgs.)(1985), *L’hétérodoxie dans la pensée économique*, Paris, Anthropos, “Cahiers d’Economie Politique, 2”.
- Vriend, N. J. (2002), “Was Hayek an Ace?”, *Southern Economic Journal*, 68(4): 811-840.
- Wagner, R. (2007), “Value and exchange: Two windows for economic theorizing”, *Review of Austrian Economics*, 20(2-3): 97-103.
- Wagner, R. (2008), “Finding social dilemma: West of Babel, not east of Eden”, *Public Choice*, 135(1-2): 55-66.

- Wagner, R. (2011), “Viennese Kaleidics: Why Liberty and not Policy Calms Turbulence”, Department of Economics, George Mason University, Working Paper 11-46.
- Williamson, O. E. (2000), “The New Institutional Economics: Taking Stock, Looking Ahead”, *Journal of Economic Literature*, 38(3): 595-613.
- Zukin, S., DiMaggio P. (1990), “Introduction”, in Zukin, S., DiMaggio P. (orgs.)(1990), *Structures of Capital*, Cambridge, Cambridge University Press.